

MOACIR HEERDT

AS ESCOLAS PAROQUIAIS EM SANTA CATARINA  
1890 - 1930

FLORIANÓPOLIS  
1992

MOACIR HEERDT

AS ESCOLAS PAROQUIAIS EM SANTA CATARINA  
1890-1930

Dissertação à título de mestrado apresentada no  
curso de Pós-Graduação em História sob a orientação  
do professor Dr. Rufino Porfírio Almeida.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
FLORIANÓPOLIS - 1992

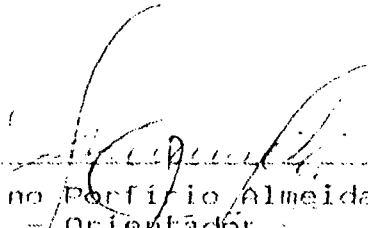
AS ESCOLAS PAROQUIAIS EM SANTA CATARINA

1890-1930

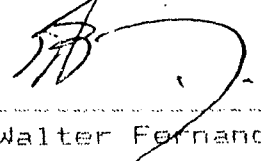
por

Moacir Heerdt

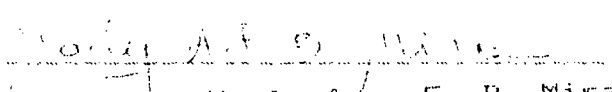
Dissertação aprovada com requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, pela Comissão examinadora formada pelos Profs. Doutores.



-----  
Rufino Porfírio Almeida  
Orientador



-----  
Prof. Dr. Walter Fernando Piazza



-----  
Prof. Dra. Marly Anna F. B. Mira

Florianópolis  
1992

A

Suelita!

## ***Agradecimentos***

### ***Aos professores, em especial***

Alberto Oscar Cupani  
Ernesto Anibal Ruiz

### ***As secretárias do DPH***

Irma  
Ana Lúcia

### ***Ao amigo***

Pe. José Artulino Besen

### ***Ao orientador***

Rufino Porfírio Almeida

### ***Ao Criador da Vida...!***

## RESUMO

A presente dissertação aborda as Escolas Paroquiais do Estado de Santa Catarina no período de 1890 à 1930 e suas relações com as mudanças e transformações ocorridas com a Igreja Católica Apostólica Romana no século XIX e começo do século XX, particularmente o processo de romanização do catolicismo brasileiro.

O estabelecimento de um catolicismo mais romanizado entra em conflito com o Estado na segunda metade do século XIX culminando no decreto de separação de 1890. A partir deste momento a Igreja e o Estado passam a ter uma convivência conflituosa obrigando a Igreja Católica Apostólica Romana a buscar seus próprios meios de inserção na sociedade.

Entre os meios que a Igreja mais investiu em Santa Catarina estão as Escolas Paroquiais. Com estas escolas, a Igreja pretendia combater o ensino leigo e educar o povo nos ensinamentos da fé.

As Escolas Paroquiais surgiram num modelo específico de Igreja - a Igreja como Sociedade Perfeita - e se tornaram desinteressantes para ela quando o Estado permitiu o uso de seus estabelecimentos para o ensino da Religião.

## ABSTRACT

This dissertation presents an approach to the Parochial Schools of Santa Catarina State within the period 1890-1930.

It attempts to relate such schools to the changes that took place within the Roman Catholic Church in the 19th century and early 20th century, particularly in connection with the process of "romanization" of the Brazilian Catholicism.

The establishment of a more "romanized" Catholicism gave rise to a conflict between the Church and the State which resulted in a decree that separated one from the other in 1890. Henceforth both the Church and the State came into a conflicting relationship which led the former to search for its own means of influencing society.

The Parochial Schools were included among the means used by the Church in Santa Catarina. They were intended to fight the lay schooling and educate people according to the teachings of the Catholic faith.

The Parochial Schools have arisen according to a specific model established by the Church - the Church as a Perfect Society - and then became uninteresting for this very same Church as the State allowed the teaching of Religion in public schools.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1 - A IGREJA E O ESTADO: TENSÃO E CRISE .....	6
1.1 - A situação da Igreja no século XIX .....	7
1.2 - O clero .....	13
1.3 - Os religiosos .....	15
1.4 - Movimentos de reforma do catolicismo brasileiro....	17
1.4.1 - A reforma regalista .....	18
1.4.2 - A reforma ultramontana.....	20
1.5 - A Igreja em Santa Catarina .....	28
1.6 - A Igreja no final do Império.....	29
2 - A IGREJA E O ESTADO: O FIM DO "PLACET" .....	33
2.1 - O decreto da separação.....	35
2.2 - A Constituição de 1891.....	38
2.3 - A reação da Igreja .....	40
3 - A REORGANIZAÇÃO DA IGREJA .....	48
3.1 - A coesão episcopal.....	52
3.2 - A organização institucional .....	58
3.3 - A educação religiosa do povo.....	68
4 - A EDUCAÇÃO NOS DOCUMENTOS EPISCOPAIS .....	70
4.1 - A Carta Pastoral de 1890.....	71
4.2 - O Concílio Plenário Latino-Americano.....	73
4.3 - A Pastoral Coletiva de 1915 .....	75
4.4 - A Pastoral Coletiva da Província Eclesiástica Meri- dional.....	81
4.5 - Os Sínodos da Diocese de Florianópolis .....	85
4.6 - Os Documentos dos Bispos da Diocese de Florianópolis.....	90
5 - AS ESCOLAS PAROQUIAIS.....	100
5.1 - A primeira fase (1890-1900).....	102
5.2 - A segunda fase (1900-1920).....	111
5.3 - A terceira fase(1920-1930).....	138
6 - ORGANIZAÇÃO E PEDAGOGIA DAS ESCOLAS PAROQUIAIS .....	153
6.1 - Estatutos das Escolas Paroquiais .....	154
6.2 - O currículo .....	156
6.3 - O professor paroquial.....	159
6.4 - As congregações religiosas .....	163
6.5 - A manutenção das Escolas Paroquiais.....	165
7 - A REAPROXIMAÇÃO DA IGREJA DO ESTADO E O OCASO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS.....	170
CONCLUSÃO.....	181
BIBLIOGRAFIA .....	187



## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO Nº 1	- Censo de 1872 - Número de Padres, Religiosos e Religiosas por Província.....	59
QUADRO Nº 2	- Censo de 1920 - Número de Religiosos e Religiosas por nacionalidade (segundo os estados)..	60
QUADRO Nº 3	- Censo de 1920 - Distribuição percentual de padres seculares e de religiosos pela nacionalidade, por estados da federação .....	61
QUADRO Nº 4	- Ordens, Congregações e Institutos Masculinos por período e país de procedência .....	62
QUADRO Nº 5	- Entrada de Ordens e Congregações Femininas no Brasil .....	62
QUADRO Nº 6	- Frequência dos Catecismos .....	104
QUADRO Nº 7	- Escolas Católicas .....	105
QUADRO Nº 8	- Mapa Geral de estatística escolar Recenseamento de 31 dezembro de 1890.....	107
QUADRO Nº 9	- Mapa Geral de estatística escolar Recenseamento de 31 de julho de 1896.....	109
QUADRO Nº 10	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1910 .....	120
QUADRO Nº 11	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1913 .....	121
QUADRO Nº 12	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1914 .....	122
QUADRO Nº 13	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1915 .....	125
QUADRO Nº 14	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1916 .....	126
QUADRO Nº 15	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1918 .....	127
QUADRO Nº 16	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1919 .....	129
QUADRO Nº 17	- Relatório da Instrução Pública - 1903 .....	133
QUADRO Nº 18	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1920 .....	141
QUADRO Nº 19	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1921 .....	142
QUADRO Nº 20	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1924 .....	143
QUADRO Nº 21	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1925 .....	144
QUADRO Nº 22	- Relatório das Escolas Públicas - 1926 .....	146
QUADRO Nº 23	- Quadro Geral da Escolas Públicas Estaduais - 1930 .....	147
QUADRO Nº 24	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1927 .....	149
QUADRO Nº 25	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1928 .....	150
QUADRO Nº 26	- Relatório das Escolas Paroquiais - 1930 .....	151
QUADRO Nº 27	- Relatório da Congregação das Irmãs da Divina Providência - 1917 .....	164
QUADRO Nº 28	- Relatório das Escolas Subvencionadas - 1913 ..	166

## INTRODUÇÃO

A pesquisa em História Eclesiástica vem crescendo nestes últimos anos em Santa Catarina e com ela desvenda-se cada vez mais a ação da Igreja Católica Apostólica Romana no movimento da história.

Com o intuito de contribuir e provocar a ampliação dos estudos nesta área, lançamo-nos na tarefa de pesquisar sobre as Escolas Paroquiais no Estado de Santa Catarina. A princípio, como ponto de partida tivemos o artigo do Pe. José Artulino Besen sobre as Escolas Paroquiais: "Idéias para uma História da Igreja em Santa Catarina"<sup>(1)</sup>. Em seguida, as dissertações de Élio Cantalício Serpa <sup>(2)</sup> e Ana Maria Martins Coelho Correa <sup>(3)</sup> apresentadas na Universidade Federal de Santa Catarina.

As duas dissertações afirmavam que o processo de romanização do catolicismo no Brasil e Santa Catarina a partir da segunda metade do século XIX transformou o panorãma sócio-religioso de

---

(1) José Artulino BESEN, Idéias para uma história da igreja em Santa Catarina: sobre a instrução religiosa (1889-1951), *Revista Pastoral de Conjunto*, Arquidiocese de Florianópolis, 13 (143), 1977.

(2) Élio Cantalício SERPA, *Igreja e catolicismo popular no planalto serrano catarinense (1891-1930)*, Florianópolis, UFSC, 1989.

(3) Ana Maria Martins Coelho CORREIA, *A expansão da igreja em Santa Catarina, a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*, Florianópolis, UFSC, 1988. p.18.

Santa Catarina.

O artigo do Pe. José Artulino Besen, indicava que no período republicano de 1890 até 1930 a Igreja Católica teve que buscar um novo modo de inserção social, e um dos mecanismos no qual ela investiu consideravelmente foram as Escolas Paroquiais.

Estas leituras e uma pesquisa documental nos levaram ao seguinte questionamento: Em que intensidade existiram as Escolas Paroquiais em Santa Catarina e porque elas surgiram e desapareceram em tempo (1890-1930) e espaço determinados?

Para responder esta pergunta, analisamos a situação da Igreja Católica no Brasil e em Santa Catarina no século XIX; os fatores que levaram à separação entre o Estado e a Igreja; e a reorganização da Igreja Católica a partir do final do século XIX mediante a criação de mecanismos de influência na sociedade.

Depois desta análise, tendo por base os documentos Episcopais procuramos esclarecer que as Escolas Paroquiais são umas das prioridades do Episcopado brasileiro e catarinense para a catequização do povo e uma tentativa de combater o Estado leigo. Portanto, na concepção do Episcopado, um meio privilegiado de inserção social.

Diante desta perspectiva, fizemos um levantamento da evolução das Escolas Paroquiais no Estado de Santa Catarina no período de 1890 à 1930, relacionando-as com os estabelecimentos de Instrução Pública Estadual, destacando alguns fatores que influenciaram seu desenvolvimento. Mereceram atenção alguns aspectos pedagógicos como, o Currículo, o Professor Paroquial, o Estatuto das Escolas Paroquiais, a Associação de Santo Antônio e a Subvenção das Escolas Paroquiais.

E, finalmente, na tentativa de explicar o ocaso dessas Escolas em torno da década de 1930 retomamos as relações entre a Igreja e o Estado que são fundamentais para a compreensão do processo de desaparecimento das Escolas Paroquiais.

Consideramos de fundamental importância para o nosso estudo o entendimento da noção de modelo. Situamos nossa análise em relação a três modelos eclesiológicos. Primeiro, o modelo de Igreja da Cristandade, anterior à Primeira República onde a Igreja e o Estado estavam integrados. Ou seja, a Igreja se articulava com o mundo através da estrutura do Estado. No segundo modelo, a Igreja como Sociedade Perfeita, ela se considera uma sociedade juridicamente perfeita com atribuições semelhantes as do Estado, mas se articula com o mundo através de seus próprios mecanismos de influência. E por último, o modelo de Igreja da Neo-cristandade, onde ela re-assume as características do primeiro modelo num período diferente.

Desta forma, passamos a trabalhar na perspectiva de que as Escolas Paroquiais em Santa Catarina estavam inseridas num modelo específico de Igreja, ou seja, a Igreja como Sociedade Perfeita. Este modelo se sobressaía com tal intensidade que a Igreja Católica passou a criar uma estrutura e mecanismos próprios com o intento de maximizar sua influência na sociedade de maneira paralela ao Estado e numa relação de conflito e competição.

Baseamo-nos, principalmente, na obra de Thomas Bruneau, **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição** (4), onde o autor

---

(4) Thomas BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974.

analisa as mudanças de posição da Igreja Católica ao longo de sua trajetória no Brasil e a maneira que a mesma encontrou para manter sua influência na sociedade. Contribuíram da mesma forma os artigos do Riolando Azzi (5) e Oscar Figueiredo Lustosa (6).

O levantamento dos dados, fizemos a partir de documentos do Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, com consultas nas pastas individuais das Paróquias do período, Resenha Eclesiástica, Boletim Eclesiástico, Livros de Protocolo, Relatórios Paroquiais e documentos avulsos. No Arquivo Público, os Relatórios dos Presidentes de Província, Mensagem dos Governadores, Ofícios da Instrução Pública, Relatórios do Diretor Geral da Instrução Pública e os Documentos da Secretaria Geral dos Negócios do Estado. Pesquisamos, ainda, na Biblioteca Pública os jornais catarinenses do período editados em língua portuguesa.

Acreditamos que a presente pesquisa analisa uma temática importante da História Eclesiástica catarinense, que aos poucos vai estendendo sua compreensão do passado. Enfrentamos dificuldades de ordem bibliográfica em virtude da falta de publicação sobre o assunto e algumas limitações quanto ao universo de pesquisa documental. Ou seja, os jornais da época publicados em língua estrangeira, principalmente em alemão e italiano.

Desta forma, devemos encarar este estudo como um "começar"

---

(5) Riolando AZZI, O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. *REB*, Petrópolis, Vozes, 34 (135). 1974; Dom Manoel Joaquim da Silveira, primaz da Bahia (1861-1874), e a luta pela liberdade da igreja. *REB*, Petrópolis, Vozes, 34 (134), 1974.

(6) Oscar de Figueiredo LUSTOSA, Pio IX e o catolicismo no Brasil. *REB*, Petrópolis, Vozes, 40 (158). 1980; *Reformismo da igreja no Brasil império; do celibato à caixa eclesiástica*. São Paulo, Loyola, s.d..

que aos poucos vai adquirindo novas interpretações e novas contribuições. Nosso objetivo básico é apresentar um quadro evolutivo das Escolas Paroquiais e apontar alguns fatores fundamentais no seu desenvolvimento.

## 1 - A IGREJA E O ESTADO: TENSÃO E CRISE

A passagem dos séculos XVIII para o XIX anunciava novos rumos à sociedade brasileira.

Enquanto o mundo ocidental estava experimentando os sabores e dissabores da revolução liberal, no Brasil definhava o projeto colonial português, questionado desde os meados do século anterior pelas idéias liberais, em forma de conjurações, revoluções e movimentos pela independência.

Na afirmação dessa nova conjuntura a Igreja Católica(\*) já levava um duro golpe com a expulsão dos Jesuítas em 1759, enfraquecendo em muito sua atuação na sociedade. Com um número reduzido de clero secular e regular, e a maioria destes embevecida no novo pensamento liberal, a Igreja começava a conviver com as divergências internas em relação ao seu posicionamento nesta nova situação.

De um lado, a tendência conservadora com o intuito de afirmar o caráter universalista da Igreja, e de outro, sua aproximação com as idéias liberais se afinava com os movimentos de independência, defendendo uma Igreja de caráter nacionalista.

Com a Proclamação da Independência em 1822, estas duas

---

(\*) Qualquer referência à palavra Igreja ou Igreja Católica, será sempre considerada neste trabalho, por Igreja Católica Apóstolica Romana.

tendências mantêm um relacionamento diverso com as forças políticas constituídas no poder, e vão originar um conjunto de fatos determinantes para a vida da Igreja no século XIX.

### 1.1 - A situação da Igreja no Século XIX

A primeira metade do século XIX se inicia com a Igreja Católica no Brasil atravessando um período de profundas crises, e dando sinais visíveis de decadência.

A historiografia religiosa sobre a época é unânime em registrar o descalabro pastoral e institucional em que vivia a Igreja. Lustosa, estudando o período, afirma "que as cartas dos Núncios Apostólicos, os relatórios dos Presidentes de Província, as exposições dos Bispos, as narrativas dos viajantes, põem a nú o estado de calamidade pública a que estava reduzida a Igreja por razões e fatores diversos, dos quais as mais importantes se enraizavam na tática de ingerência progressiva do poder temporal nos negócios eclesiásticos".(1)

Embora possa parecer paradoxal, a Independência do Brasil, em 1822, não mudou a relação Igreja-Estado, ou seja, permaneceu o Sistema do Padroado Régio instaurado desde o Período Colonial. A Constituição de 1824 assegurou, ainda, que a Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império (Artigo

---

(1) Oscar de Figueiredo LUSTOSA, Pío IX e o Catolicismo no Brasil. *REB*, Petrópolis, Vozes, 40 (158). 1980. p. 270.



5). Além disso o Imperador, antes de aclamado, jura mantê-la (Artigo 103). E este juramento é também prestado pelo herdeiro presuntivo ao completar a idade de quatorze anos (Artigo 106), bem como o Regente, a Regência e o Conselho de Estado.(2)

Competia também ao Imperador, independentemente do direito do Padroado Imperial e de Concordata com a Santa Sé, "nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos" (Artigo 102). Importante lembrar que estes poderes são auferidos pelo Poder Executivo na Constituição como inerentes à soberania nacional e não como uma concessão do poder eclesiástico.(3)

Portanto, tais direitos e o assim chamado "beneplácito régio" foram consagrados pela Constituição de 1824 como direitos soberanos da nação, ignorando o caráter universalista da Igreja Católica. Foi por isso que a Bula "Praeclara Portugalliae" de Leão XII, de 27 de Maio de 1827, que anunciava a criação da Ordem de Cristo no Império Brasileiro, e constituindo os Imperadores do Brasil como Grão-Mestres perpétuos dessa Ordem, não foi aprovada pela Assembléia Geral.(4)

Desta forma o "beneplácito régio" se constituiu numa figura tipicamente regalista(\*\*), que supõe a necessidade do consentimento do Estado para que possam vigorar atos da autoridade eclesiástica. Rege o Artigo 102, §14: "Compete ao Poder Executi-

---

(2) José SCAMPINI, *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 23.

(3) Ibid., p. 23.

(4) Ibid., p. 25.

(\*\*) Regalismo é a teoria que dá ao Estado todo poder sobre a Igreja e, conseqüentemente, coloca os interesses do Estado acima dos da Igreja.

vo: conceder ou negar beneplácito aos decretos dos concílios e letras apostólicas e quaisquer outras constituições eclesiásticas que não se opuserem à constituição; precedendo a aprovação da assembléia, se contivessem disposição geral e aprovação do poder executivo se contivessem disposições particulares".(5) Na opinião dos regalistas, essa aprovação prévia era indispensável, pois a bula ou qualquer outra legislação poderia conter algum princípio nocivo ao Estado.

Além dessas, haviam outras prescrições legais de que fazia uso o Estado, tais como: recurso à Coroa, que consistia numa apelação contra o abuso ou improcedência dos tribunais eclesiásticos. Isto vinha a ser um direito que assistia a todo cidadão, inclusive aos clérigos, de acudir ao juiz civil para que corrigisse as sentenças do juiz eclesiástico. Esta desigualdade de direitos veio a ser amenizada pelo princípio "ex informata conscientia" que veio restabelecer a reciprocidade do recurso, ou seja, recor- rência ao juiz para protestar contra os excessos da autoridade temporal em relação às prerrogativas da Igreja.(6)

A circular de 19 de Maio de 1855 foi outro golpe que afetou consideravelmente a vida da Igreja. Com esta nova determinação, o Poder Civil intervinha na admissão dos noviços em todos os conventos do Império, até que fosse resolvida a Concordata que o governo iria propor à Santa Sé. Como porém, nunca se cogitou de propor essa Concordata, e tampouco de revogar a circular, os con-

---

(5) Ibid, p. 26.

(6) Ibid, p. 29.

ventos se foram aos poucos despovoando e extinguir-se-iam de todo, não fosse o decreto de 7 de Janeiro de 1890 do Governo Provisório da República, que restituiu a liberdade de constituir por parte da Igreja, instituições e associações religiosas.(7)

Esta ingerência do Estado nos negócios da Igreja chegou a tal ponto que os Bispos se manifestaram de maneira veemente:

"O governo ingere-se em tudo, e quer decidir sobre tudo... e assim vão os avisos, os decretos, consultas dos magistrados seculares substituindo pouco a pouco os cânones da Igreja. A catequese, a residência dos párocos, o noviciado dos conventos, a administração das Igrejas, os estatutos das catedrais e dos seminários, a organização que se lhes deve dar, e até os nomes que lhes competem, as condições que se devem exigir para a admissão às Ordens, tudo isto julga o governo ser de sua alçada".(8)

Dessa forma, a Igreja Católica se estabeleceu no Brasil, sem uma organização central que desse direção e coerência ao corpo, e com todas as estruturas integradas, de uma forma ou de outra, no Estado.(9)

Em virtude desta situação de dependência da Igreja em relação ao Estado, e sendo este eminentemente regalista, as relações da Igreja local com a Cúria Romana eram conflituosas. Qualquer tentativa de afirmação e organização da tendência universalista da Igreja Católica era obstaculizada pelo Estado que, por sua vez, tratava e resolvia os assuntos eclesiásticos à sua ma-

---

(7) Ibid, p. 31.

(8) Hugo FRAGOSO, *A igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875)*. In: *História da igreja no Brasil; ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, Vozes, 1985. Tomo II/2, p. 185.

(9) Thomas BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974. p. 42.

neira.(10)

O relacionamento se tornou tão delicado a ponto de D. Pedro I achar mais fácil o Brasil separar-se de Roma, do que o Imperador deixar de exercer sua autoridade soberana em assuntos religiosos. A idéia era compartilhada também pela maioria do clero, mesmo que a consequência fosse o estabelecimento de uma Igreja Nacional. (11)

Esta autonomia do poder civil em assuntos religiosos, e a independência dos bispos com relação ao Papa, com o qual se consideravam em pé de igualdade na qualidade de sucessores diretos dos Apóstolos, eram defendidas com naturalidade por bispos brasileiros anteriores ao movimento de romanização. Livros condenados por Roma se admitiam como texto de ensino nos Seminários.

Basta ver que, no Brasil, o reconhecimento formal do Concílio de Trento(1545-1563), aconteceu somente em 3 de Novembro de 1827, e o primeiro Núncio, Pedro Ostini, foi nomeado à 23 de Junho de 1829, mas chegando ao Brasil sentiu logo a resistência que a Câmara dos Deputados fazia contra suas faculdades de intermediário do Papa. O papel do Núncio, parecia, pois, meramente diplomático, uma vez que D. Pedro não via utilidade na presença de um Núncio no Brasil como representante do Papa.(12)

A pouca atividade pastoral do Episcopado deve situar-se neste contexto, ou seja, nas limitações das funções episcopais no

---

(10) João Fagundes HAUCK, A igreja na emancipação (1808-1840). In: *História da igreja no Brasil; ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, Vozes, 1985. p. 77.

(11) *Ibid.*, p. 78.

(12) *Ibid.*, p. 80.

regime do Padroado, além do insuficiente número de dioceses no Brasil, que constituíam uma única província eclesiástica, com o Arcebispado da Bahia, mais seis Dioceses: Rio de Janeiro, Olinda, São Luiz do Maranhão, Pará, Mariana e São Paulo; e duas prela- zias, as de Goiás e Cuiabá, também elevadas a dioceses neste pe- ríodo.

Devido a esta escassez de dioceses e do controle do Esta- do, havia muito pouco do que se poderia chamar uma Organização Eclesiástica. As dioceses do Pará e Maranhão estavam sujeitas à Sé de Lisboa até 1827, enquanto as outras estavam sob a responsa- bilidade do Arcebispado da Bahia. As comunicações eram extrema- mente difíceis, e para a convocação de um Sínodo era necessária a permissão da Coroa. Basta ver que o primeiro Sínodo foi convocado em 1707 para atualizar as normas da Igreja, conforme o Concílio de Trento; das quatro unidades episcopais no Brasil, só a anfi- triã pode estar presente, acabando por reduzir-se, então, a um Sínodo Diocesano.(13)

Além destes problemas, não havia homogeneidade no episco- pado brasileiro para desencadear uma ação conjunta e, as nomea- ções de bispos atendiam muito mais aos interesses da Corte do que aos interesses pastorais. A formação teológica dos Bispos era marcada pela mentalidade regalista vigente na Universidade de Coimbra, onde muitos deles estudaram, sendo comum entre eles a aceitação da autoridade absoluta do rei em assuntos religiosos, e

---

(13) T. BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 37.

da necessidade da aprovação prévia do rei para a validade de documentos emanados por Roma.(14)

## 1.2 - O Clero

O Clero Secular se encontrava numa situação difícil. As dificuldades se estendiam tanto a questões econômicas quanto pastorais. Pedro A. Ribeiro, analisa da seguinte maneira:

"O Clero estava pois, numa situação difícil. Por um lado , os padres eram funcionários do Estado, que arrecadava os dízimos para manter a religião; por outro lado, tinham que buscar fontes de rendimento para viverem com certo conforto. Uma dessas fontes era o exercício de profissões não-clericais. Embora proibidas pelo direito canônico, muitos padres tornavam-se fazendeiros , comerciantes, professores, e até mesmo proprietários de hospedarias. A outra fonte era a arrecadação de espórtulas por celebrações religiosas e distribuição dos sacramentos. Ambas, é claro, agravavam a indisciplina do clero, dando lugar a muitos abusos: se o padre tinha ocupação profana, relaxava os serviços religiosos; se pedia dinheiro pelos serviços religiosos, os pobres ficavam excluídos e praticava-se, de fato, a simonia".(15)

A figura do sacerdote doméstico era ainda bastante comum nos engenhos e nas grandes fazendas. Encarregado das missas, dos batizados, das festas e da catequese dos escravos, tais capelães pareciam mais subordinados ao senhor do que à Igreja.

---

(14) J. F. HAUCK, *A igreja na emancipação (1808-1840)*, p. 82.

(15) Pedro A. RIBEIRO, *Gênese e estrutura do catolicismo romanizado brasileiro*. Petrópolis, Vozes, s.d., p. 148.

"A residência do proprietário da estância é uma vasta casa de vários andares, em cujo rés-do-chão, existe sempre um sacrário, servido por um capelão que vem aos sábados à noite e passa a manhã de domingo com a numerosa família do estancioneiro".(16)

Em igrejas urbanas, o padre representava um papel de contratado das irmandades para funções definidas por "compromissos". As igrejas paroquiais, menos importantes que as irmandades ricas, faziam parte do funcionalismo, cabendo aos párocos, principalmente, o encargo das desobrigas. Vejamos algumas anotações sobre o clero no século XIX:

"Em São Pedro da Aldeia (RS), após a missa o padre acompanhou o povo nas comemorações das festas, "mas parecia tratavam-no não com muito respeito, exceto na Igreja" (Maximiliano). O padre se igualava ao povo também na indumentária, e, como todos costumava levar à cintura um punhal ou uma faca".(17)

"Por falta de dinheiro não houve, certo ano, a celebração da Semana Santa, em Vila do Príncipe; e por falta de pagamento antecipado foi celebrada sem solenidade a missa de comemoração da coroação do Príncipe Dom João VI. Mas, há também casos de dedicação ao ministério, como o padre de Boa Vista (MG), que viajou nove léguas para celebrar a Festa de Pentecostes".(18)

Grande parte desta situação conturbada em que vivia o clero, era devida à precariedade dos Seminários e sua respectiva formação, aniquilada pela reforma pombalina que, com a ausência dos jesuítas e religiosos no Brasil, impossibilitou o aprimoramento adequado do clero nacional. Observemos este relato:

"A maioria dos padres, segundo o testemunho de Mons. Bruno, eram ignorantes e incapazes de paroquiar. As causas de tanta decadência não nos são ocultas: não havendo seminários bem disciplinados naqueles tempos idos, a formação sacerdotal era descuidada. Havia em certas

---

(16) J. B. Debret, apud J. F. HAUCK, *A igreja na emancipação (1808-1840)*, p. 85.

(17) *Ibid.*, p. 86.

(18) *Ibid.*, p. 87.

cidades do Ceará, como em Fortaleza, Crateús, Sobral, Aracaty e outras, professores de latim, encarregados de mandar para Olinda aqueles que desejavam se ordenar. Iam para Pernambuco esses moços com um mínimo de preparo, e lá depois de poucos meses eram ordenados padres e vigários. Outros iam para o Maranhão e de lá voltavam padres com maior presteza ainda".(19)

Não era necessário, portanto, para a ordenação que o candidato freqüentasse os seminários: bastava um exame de conhecimento, que costumava ser bastante indulgente. E os mesmos não se encontravam em situação privilegiada. O seminário de Mariana, foi fechado em 1811; o de Olinda, foi transformado em colégio preparatório das artes e do curso jurídico em 1832. Além destes, existiam ainda, o do Maranhão (1805), o da Bahia (1816) e no Rio de Janeiro, o de São José e de São Joaquim; como os outros, também estes não se dedicavam exclusivamente à formação de sacerdotes, pois comerciantes ricos os financiavam, para neles colocarem seus filhos. (20)

### 1.3 - Os Religiosos(\*\*\*)

Os religiosos reduziram em muito seu nível de influência desde a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal. "Viam-se por várias partes do litoral grandes conventos abandonados pelos

---

(19) Riolando AZZI, O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. *REB*, Petrópolis, Vozes, 34 (135). 1974. p. 647.

(20) J. F. HAUCK, *A igreja na emancipação (1808-1840)*, p. 89.

(\*\*\*) Entende-se por religiosos os Institutos de vida consagrada masculinos ou femeninos.



Jesuítas, cheios de morcegos; alguns tinham sido aproveitados por órgãos do governo, mas as bibliotecas tinham sido depredadas. Eram construções sólidas, dando a impressão de coisas bem feitas".(21)

Havia também o interesse do governo em diminuir o poderio econômico das ordens religiosas, cujos bens começavam a despertar interesse por parte do poder político. Ao mesmo tempo, a Metrópole temia sempre mais a participação, que se fazia mais freqüente, nos levantes precursores da Independência.(22)

Alguns registros de observadores do século passado atestam:

"Numerosos também os enormes conventos, habitados por dois ou três religiosos, seja por falta de pessoal, seja pela liberdade em matéria de residência. Os Beneditinos e os Carmelitas, eram considerados ricos; nos centros urbanos, suas maciças construções se destacavam, construídas nos lugares mais aprazíveis, contrastando com a pobreza generalizada".(23)

"Lidley, comenta a mesa luxuosa dos Franciscanos e insinua vida luxuosa. Tollinare, fala de um lauto banquete de religiosos, seguido de longa sesta e do banho; afirma que os religiosos são mais instruídos do que os outros, e que talvez por isso ainda existam, apesar da opinião geral que exige sua supressão; sua influência se exerce só sobre as classes mais baixas. Os Frades Mendicantes, diminuíram a consideração pela raça, humilhando-se a pedir esmolas aos negros. Os frades ricos e os cônegos observam pouco a castidade, têm filhos que conseguem legitimar com pouco escândalo".(24)

Este estado alarmante da Igreja Católica no Brasil, foi percebido por seus membros, que empreenderam um vigoroso esforço

---

(21) Ibid, p. 91.

(22) R. AZZI, *O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX*, p. 647.

(23) J. F. HAUCK, *A igreja na emancipação (1808-1840)*, p. 91.

(24) Lidley, apud. Ibid., p. 92.

de redimensionar os conflitos dessa situação. Não era mais possível continuar com a maioria dos padres vivendo num estado de ignorância e imoralidade (25); o governo regalista, ampliando sua influência nos negócios eclesiásticos, não pagava decentemente o clero, e não dava condições de funcionamento à Igreja; vigiava os noviços, concedendo licenças limitadas para o ingresso dos candidatos, dificultava a profissão das Ordens, ficava de olho nas fazendas e bens próprios das Congregações; sob o ponto de vista organizacional, sentia-se a necessidade de maior ampliação e reestruturação das bases físicas da Igreja com a criação de novas dioceses e províncias eclesiásticas, nomeação de bispos, incentivo ao surgimento de vocações e estabelecimento de seminários.

#### 1.4 - Movimentos de Reformas do Catolicismo Brasileiro

Após a Independência, começou a evidenciar-se a urgência de uma reforma na Igreja Católica no Brasil, dada a situação conflitante em que se encontrava. Nesta tentativa de restaurar o Catolicismo no Brasil, "podemos destacar dois grupos e duas correntes que, partindo de princípios opostos e aplicando métodos diferentes, visavam, no fundo, uma mesma e grande meta: colocar um ponto final a tantos males profundos.(26)

---

(25) Oscar de Figueiredo LUSTOSA, *Reformismo da igreja no Brasil império; do celibato à caixa eclesiástica*. São Paulo, Loyola, s.d, p. 9.

(26) O. F. LUSTOSA, *Pio IX e o Catolicismo no Brasil*, p. 270.

#### 1.4.1 - A Reforma Regalista

O primeiro grupo, especialmente o clero paulista, liderado pelo Padre Diogo Antônio Feijó, político de projeção e influência nacionais, tentou, no período de 1826 a 1842, um esquema reformista de fundo radicalmente regalista, apoiando-se no Estado. Abertos às idéias inovadoras e de sentimentos liberais então em voga na Europa, batiam-se os reformistas regalistas por um catolicismo de coração, nacionalista, distanciando-se das influências de Roma; era uma reforma que buscava como ponto de partida a realidade brasileira de um clero não celibatário e pouco distinto dos leigos.(27)

Lustosa, analisando a caminhada do grupo de padres reformistas, destaca quatro momentos.

O primeiro momento significativo no processo reformista, data de 1827 quando, sem muita preparação, um deputado pela Bahia, Ferreira França, apresentou uma indicação de projeto contra a presença de religiosos no Brasil, e favorável à abolição do celibato.

O segundo momento no processo reformista ocorre em 1831, quando começam a decantar propostas que vêm sendo ventiladas, estudadas pelo grupo paulista e, naturalmente, pelos adeptos das mesmas idéias, espalhados em pouco tempo por toda parte do território nacional. A proposta principal ficou consubstanciada no projeto apresentado à Assembléia Geral, em 1831, sob a responsa-

---

(27) Ibid., p. 272.

bilidade da Comissão Eclesiástica, e que cobria três áreas: a de governo (com a proposta da criação do presbitério em substituição ao cabido), a financeira (com a proposta da criação da caixa eclesiástica que substituiria a prática do dízimo), a canônico-disciplinar (que daria ao poder civil faculdade de dispensar ou promulgar impedimentos para o matrimônio).

O terceiro momento, é um dos mais importantes, e de alcance mais amplo. Começa em 1834 com a **Representação que o Conselho Geral** de São Paulo entrega ao Bispo, pedindo que ele, no uso de suas faculdades episcopais, conceda a dispensa do celibato clerical, no território de sua jurisdição, aos seus súditos. A referida Representação, circulou com muitas idas e vindas entre as personalidades influentes de São Paulo, mas acabou sendo arquivada nas gavetas da burocracia.

O quarto momento da estratégia reformista logo virá, e de uma maneira mais estudada e capciosa. A tática usada é bem diferente. Monta-se um esquema objetivamente razoável. Apoiar-se o esquema em uma prescrição do Concílio de Trento, que manda aos Ordinários adaptarem as normas conciliares às necessidades de suas dioceses, através de constituições ou regimentos particulares. No Brasil, as dioceses se regiam pelas Constituições Primeiras, do Arcebispado da Bahia, promulgadas em 1707, pelo Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide. A necessidade de ajustar as velhas constituições, tornou mais fácil ao Grupo de Padres Reformistas apresentarem propostas para a diocese de São Paulo.

O texto relativiza a questão do celibato clerical, não mais reclamando a supressão pura e simples. Reconhece que é lei

geral, mas procura deixar algumas saídas em artigos que facultam ao diocesano regulamentar e dispensar na matéria. É sugestiva na preocupação pela cultura do clero. Enfrenta o problema financeiro, relembrando as Caixas Eclesiásticas, na linha do projeto apresentado na Assembléia Geral (1831). Impõe a organização ou formação do presbitério, uma espécie de Senado do Bispo no governo cotidiano da diocese. Só que o projeto, apesar de contar com a simpatia de Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (São Paulo), será mais uma vez engavetado, frustrando as últimas esperanças do Grupo Paulista. (28)

#### 1.4.2 - A Reforma Ultramontana

Este grupo caracteriza-se por um programa de reformas baseado no espírito do Concílio de Trento: formação de um clero ilustrado e santo, verdadeiros homens de Igreja, e instrução religiosa do povo pela catequese. A reforma do clero passou a ser a preocupação prioritária e, para isso, era preciso entrar em choque com o poder civil, que considerava o assunto de sua exclusiva competência.

Já é uma orientação com as linhas mestras da mentalidade romana, dos princípios teológico-jurídicos em torno de uma concepção societária da Igreja e das funções do Romano Pontífice. A

---

(28) O. F. LUSTOSA, *Reformismo da igreja no Brasil império; do celibato à caixa eclesiástica*. p. 9-18.

supervalorização dos quadros institucionais e a concentração de poderes, a uniformização pastoral, a intensificação da vida interna da Igreja na expansão das devoções de cunho sentimental e no cultivo da piedade individualista, vão aglutinar os esforços para fazer frente às mudanças que o século XIX incitava.(29)

O processo de revitalização do catolicismo proposto por este grupo, tem a década de vinte do século XIX como marco inicial de seu movimento. Para isso, foi muito expressiva a nomeação destes três bispos: Dom Romualdo de Souza Coelho (1819-1841), que criou um círculo de influência do qual saíram também, seu sobrinho Dom Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia (1817-1860) e Dom Marcos Antônio de Souza, Bispo do Maranhão (1827-1842).(30) Destes, a figura mais expressiva foi a do Metropolita do Brasil, Dom Romualdo de Souza Coelho, por sua inteligência e pela decidida luta empreendida em defesa dos direitos da Igreja, contra as pretensões e usurpações do governo regalista.

Seguindo o exemplo de São Carlos Borromeu, que é o modelo dos bispos executores do Concílio de Trento, o bispo da Bahia achou que o passo mais importante para a reforma era a criação de um clero sábio, virtuoso e apostólico. Para modificar a imagem do clero secularizado e casado, pouco distinto do leigo, que era comum no Brasil, passou a insistir no uso do hábito clerical como sinal de sua consagração e no funcionamento das conferências

---

(29) O. F. LUSTOSA, *Pio IX e o Catolicismo no Brasil*, p. 271.

(30) R. AZZI, *O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX*, p. 650.

eclesiásticas. Estas entravam em todos os programas de reforma do tempo, o que mostra a consciência da pouca formação teológica do clero.(31)

Um segundo passo decisivo para a revitalização do catolicismo foi dado, também, pela escolha do padre Antônio Ferreira Viçoso, para bispo de Mariana (1844) que vai encontrar na pessoa, nos gestos e na orientação de Pio IX, o respaldo de toda uma linha de pensamento e de ação que marcará o tipo de catolicismo até nossos dias. O novo Bispo logo iniciou uma reforma do clero através da formação intelectual e religiosa nos Seminários.(32)

A característica mais forte desse processo é a ênfase no "ultramontanismo": o que se convencionou chamar, conforme Ferdinand Azevedo, como "as posições oficiais e não-oficiais do Vaticano em face do processo sócio-político, econômico e cultural."(33)

Como termo, o ultramontanismo foi usado, inicialmente, no século XIII para designar Papas escolhidos no norte dos Alpes. Seis séculos mais tarde, porém, o termo sofreu uma mudança radical - veio a significar as pessoas ou o partido que seguiam a liderança política e a orientação espiritual dos Papas na luta contra os Estados levados pelas correntes do nacionalismo e liberalismo, os quais olhavam a Igreja como uma agência governamental a

---

(31) J. F. HAUCK, *A igreja na emancipação (1808-1840)*, p. 84.

(32) Ferdinand AZEVEDO, *A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil império, Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, Faculdade da Companhia de Jesus, (20), 1988. p. 211.

(33) O. F. LUSTOSA, *Pio IX e o catolicismo no Brasil*, p. 270.

ser controlada, ou como um inimigo a ser destruído.<sup>(34)</sup>

Os bispos ultramontanos defendiam uma Igreja universal, sob orientação exclusiva da Santa Sé, com adesão incondicional ao Sumo Pontífice.

Esta "revitalização" ultramontana, também denominada de "romanização do catolicismo", se desenvolve na medida em que o episcopado brasileiro se integra dentro dessa concepção de Igreja, ou seja, uma fidelidade indiscutível e uma aplicação rigorosa das normas da Santa Sé. Com essa convergência de aspirações, houve condições de a Cúria Romana corresponder de maneira eficaz à reforma do catolicismo brasileiro.

Desta forma, foi atendido por parte de Roma algo que há muito era preconizado pelo episcopado brasileiro, a ereção de novas Dioceses. Pio IX autorizou a criação das dioceses de Porto Alegre (1848), Fortaleza e Diamantina (1864). Tal medida, de si mesma válida e simpática, não traria as vantagens almejadas se, à frente das dioceses, não fossem colocados eclesiásticos de formação acurada, zelo indiscutível, visão realista e habilidades a toda prova dos desafios pastorais e administrativos.<sup>(35)</sup>

Torna-se, portanto, justificável a constante preocupação de Roma para a fundação do Colégio Pio Latino Americano (1858). De lá sairia grande número de bispos para o Brasil, entre eles: Pedro Maria de Lacerda, Sebastião Dias Laranjeira, Luiz Antônio

---

(34) F. AZEVEDO, *A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil império*, p. 213.

(35) O. F. LUSTOSA, *Pio IX e o catolicismo no Brasil*, p. 274.



dos Santos. E outros teriam sua formação junto aos padres Sulpicianos em Paris: Vital Gonçalves de Oliveira, Antônio de Macedo Costa. Os escolhidos eram personalidades marcantes, cada um com seu estilo, mas tinham em comum a obediência inquestionável às regras emanadas de Roma.(36)

A palavra de ordem deste novo episcopado será a elevação do nível moral, cultural e espiritual do clero. Basta observar a carta que Pio IX escreveu ao bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim:

"Nesta tão grande calamidade dos tempos convém à Igreja ter bons ministros, o que se não pode conseguir senão de clérigos bem instruídos, por isso debes ter todo o empenho, venerável Irmão, em aplicar todas as forças de teu cuidado, afim de que os moços que se dedicam ao estudo clerical sejam instruídos, desde os primeiros anos, segundo a mente do Concílio de Trento, em toda a virtude e disciplina canônica, em um seminário, por mestres de excelente probidade, doutrina e espírito eclesiástico, e sejam muito principalmente, instruídos nas letras e disciplinas sagradas, alheias de todo o perigo do erro e da novidade profana".(37)

Na verdade, a preocupação do Sumo Pontífice tem razão de existir, pois a formação do clero encontrava-se em situação lamentável, ao ponto do próprio Ministro do Império, em 1856, anotar em seu relatório:

"... a educação do clero ... não é possível senão com o internato mais rigoroso, para o qual a principal condição seja a mais tenruidade. Sem este internato, sem este muro de bronze, que separe o **clero atual** do **clero futuro** (grifo do original), a regeneração será uma idéia vã, a vocação do sacerdócio continuará a ser a hipocrisia, um cálculo, um meio de vida".(38)

---

(36) R. AZZI, *O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX*, p. 650.

(37) O. F. LUSTOSA, *Pio IX e o catolicismo no Brasil*, p. 270.

(38) *Ibid.*, p. 275.

Lustosa analisa esta nova atitude do episcopado da seguinte maneira:

"estava lançada assim - com a seriedade do mecanismo de escolha dos bispos e com o novo estilo de formação eclesiástica - a ponta de lança do movimento que, apesar da cerrada artilharia de ataques e perseguições, apesar das barreiras e contradições levantadas pelos adversários encapuzados ou a descoberto, iria consolidar os alicerces do catolicismo conservador e tradicionalista, voltado mais para os problemas internos da Igreja e para o espiritual do que para as questões vitais da sociedade e para o temporal, iria desenvolver um tipo de catolicismo social sob pretexto de defesa da ordem em perigo, iria montar uma estrutura mental de autodefesa de uma religião apologética e polemista muito diversa de uma visão ecumênica e pluralista".(39)

Na verdade, o que animou este movimento foi a necessidade de liberdade de ação que se impunha ao Episcopado Brasileiro, em relação ao regalismo do Império. Isto sempre mais foi alcançado na medida em que as prerrogativas ultramontanas foram se estabelecendo, principalmente com o respaldo concedido pelos documentos pontifícios como o "Syllabus" e a "Quanta Cura" (1864). Estes documentos eram uma espécie de compêndio de erros proscritos que vinham respaldar as posições do catolicismo conservador contra os avanços de toda e qualquer espécie de liberalismo, e contra as investidas do maçonismo fanático e anti-clerical.

Outro fator que contribuiu fortemente para a "romanização" do Catolicismo Brasileiro foi a participação dos Bispos Brasileiros no Concílio do Vaticano I (1869-1870).

"Os bispos trouxeram da grande assembléia a convicção de que o cristianismo enfrentava, em todas as regiões do globo os desafios de uma sociedade laicizada cujas afirmações, posições e comportamentos com relação a problemática religiosa exigiam uma concentração de forças em torno do Sumo Pontífice. Por isso mesmo quando retornam às suas

---

(39) Ibid., p. 276.

dioceses, ao darem conhecimento aos fiéis dos trabalhos, resultados e definições do Vaticano I, o tom e os destaques são reservados especialmente à infabilidade do Papa, à necessidade de fidelidade aos ensinamentos da Santa Sé, à postura de obediência intransigente às diretivas que perseguiram uma maior centralização a fim de arrostar as imensas ondas de laicização liberal que ameaçavam tragar a Igreja".(40)

Essa posição do Episcopado Brasileiro se fortaleceu ainda mais com a "Questão Religiosa"(\* \*), onde Pio IX estendeu seu inalterável apoio aos bispos anti-maçônicos. É o que o Papa declarou em seu breve "Quamquam dolores nostros" (29-05-1873), ao bispo de Olinda, louvando o seu zelo no caso dos expurgos dos maçons, confirmando que a maçonaria brasileira era idêntica à da Europa e dando abjuração dos que desejassem reconciliar-se com a Igreja".(41) E a vitória moral dos Bispos se constituía em prova nítida de que o catolicismo ultramontano era mais coeso e firme do que imaginavam os anti-clericalistas, e procurava uma saída para quebrar os sustentáculos que o tutelavam no Estado. Tudo isso com a benção de Pio IX, que os "exortava a não fraquejar nem diante das ameaças nem diante das promessas dos potentados, mas continuar a manter sempre íntegros os direitos sagrados da Igreja".(42)

Todo esse movimento de "revitalização" ou "romanização" da

---

(40) Ibid., p. 279.

(\* \*) Conflito desencadeado em 1874 pelo jovem capuchinho Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, no qual enfrentou a relação Igreja-Estado. Reinvidicou para a Igreja o controle das irmandades em detrimento dos interesses maçônicos.

(41) Ibid., p. 280.

(42) Riolando AZZI, Dom Manoel Joaquim da Silveira, primaz da Bahia (1861-1874), e a Luta pela liberdade da igreja. *REB*, Petrópolis, Vozes, 34 (134), 1974. p. 368.

Igreja Católica brasileira, de acordo com as diretrizes de Roma, resultou num processo em que a Santa Sé se empenhava em ser de direito e de fato a fonte de todos os movimentos intra-eclesiais (fluxo centralizador) e todas as manifestações católicas se voltavam para as diretrizes romanas (contra-fluxo de submissão). A esse sentimento de fidelidade e veneração ao Papa, corrobora ainda o fato do Sumo Pontífice se tornar "prisioneiro do Vaticano", que desperta no mundo católico a solidariedade que viria a intensificar o grau de fervor e de amizade filiais jamais desenvolvidas por vários outros fatores e motivações. A veneração da figura do Papa chegou a tal ponto que, em 1876, um grupo de católicos do Rio de Janeiro, organiza uma peregrinação a Roma no dia em que Pio IX completaria 50 anos de sagração episcopal.<sup>(43)</sup>

Portanto, o processo de reforma do catolicismo brasileiro iniciado pelo grupo mais conservador e tradicionalista na década de 20, chega ao final do Império caracterizado como um movimento tridentino, romanista, episcopal e clerical.

Movimento tridentino por que sua ênfase na formação de um clero ilustrado e santo, e autonomia da Igreja em relação aos governos nacionais e defesa das ordens religiosas, aspectos que durante o período colonial ofereciam poucas condições para que pudessem efetivamente ser introduzidos no Brasil; a vinculação do catolicismo brasileiro à Santa Sé sempre fora muito débil, mas que o movimento romanista, o movimento reformador estreitou a tal

---

(43) O. F. LUSTOSA, *Pio IX e o catolicismo no Brasil*, p. 283.

ponto de ocorrerem peregrinações a Roma; um movimento episcopal, isto é, conduzido por um grupo de bispos; um movimento clerical, no sentido de que a reforma e formação do clero se tornou a preocupação dominante.(44)

### 1.5 - A Igreja no final do Império

A situação da Igreja chega ao final do Império totalmente transformada. Embora subsista o regime do Padroado, a Igreja Católica já adquirira a consciência de sua importância dentro do processo sócio-cultural do País. A "Questão Religiosa" estabelece um marco inquestionável na afirmação de uma Igreja menos tutelada pelo Estado e mais alinhada com as diretrizes da Santa Sé. O fardo do regime do padroado já não pesa tanto e o "Placet" vem perdendo seu respeito para um Episcopado decidido e unido.

Com essa ascendência, o Episcopado Brasileiro vive, no período que antecede a Proclamação da República, uma situação de profunda ambigüidade. "Por um lado, parecia-lhe indispensável a proteção do Estado, como condição imprescindível para sua existência e por outro, sentia a opressão do poder civil, cujas ten-

---

(44) R. AZZI, *O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX*, p. 648.

dências regalistas eram abertamente declaradas".(45) Os bispos querem a proteção do Estado, mas sem perder a liberdade de ação. Contudo, na medida em que as reformas vão surtindo efeito, o episcopado vai se desencantando progressivamente com a estrutura do padroado, e optando pela liberdade de ação, exigência absoluta para o êxito do movimento reformador a Igreja preparava-se para renunciar à proteção oficial do Estado. Isso predispõe os espíritos para aceitar a separação entre a Igreja e o Estado, que se efetuará com a Proclamação da República.(46)

#### 1.6 - A Igreja em Santa Catarina

Como em todo o território nacional, a situação religiosa em Santa Catarina era praticamente a mesma. Entretanto, para uma compreensão mais abrangente do catolicismo em nosso estado, recorreremos ao artigo de Carlos Alberto Pinto da Silva, onde o autor afirma que a história da ocupação geográfica do Estado determinou a história da evangelização. Desta forma, com os luso-açorianos ocupando a costa marítima, esta região ficou marcada por uma espiritualidade muito própria, uma religião leiga e festiva, cheia de irmandades, onde os sacerdotes - isto até o fim da monarquia -

---

(45) R. AZZI, *Dom Manoel Joaquim da Silveira, primaz da Bahia (1861-1874), e a Luta pela liberdade da igreja*, p. 369-370.

IRN(46)

(46) *Ibid.*, p. 369-370.

eram mais funcionários do governo do que membros da Igreja.

No entanto, bem diferente, continua o mesmo autor, foi a evangelização do planalto serrano: paulistas (descendentes de portugueses), índios mansos e forros (que vão dar origem ao caboclo nas sucessivas miscegenizações) trazem uma vivência religiosa simultaneamente privada e comunitária. Nas famílias vigoravam as devoções privadas da fé e da caridade. Na comunidade se expandiram a fé festiva e a esperança, que irão fundamentar sempre propostas messiânicas (sorte, promessas dos monges profetas, benzi-mentos etc.) e escatológicas (o perdão dos pecados e a salvação eterna da alma). Mesmo que se queiram padres, eles serão funcionários públicos que cumprem seus encargos na medida que os fiéis os procuram. Não lhes compete a interferência no que extrapole a procura do religioso (batizar, casar, dizer a missa, absolver, encomendar almas, privilegiar e santificar certas famílias abastadas com seu relacionamento e santa visita).

Nas áreas de colonização, a espiritualidade dos grupos de imigrantes europeus é caracterizada pela necessidade de união do grupo, visando não perder a identidade cultural, o estímulo mútuo e solitário para conseguir superar as dificuldades de adaptação. A Igreja se torna um elemento cultural importante na identidade do grupo. A religião e origem comuns irmanam fortemente os estranhos em meio às clareiras da selva, obrigando-os a transplantar em terras desconhecidas, senão materialmente por impossibilidade, pelo menos espiritualmente, o seu torrão natal, através das respectivas tradições. Os atos de piedade e a santa missa vividos como na terra de origem, sustentam com cantos corais o culto, a

cultura, o lazer e o tempo diário além do trabalho.(47)

Fazendo um retrospecto da situação do clero no Período Imperial, Hércion Ribeiro destaca que era muito reduzido o número de sacerdotes no planalto, enquanto, que no litoral neste mesmo período o clero era identificado em três dimensões:

"1) uma parte inexpressiva, inculta, inclusive alvo de constantes reprovações, até mesmo por causa de crimes; 2) dado serem funcionários de El-Rei, muitos sacerdotes, por terem "tão pouco" a fazer, dedicaram-se à vida pública, destacando-se nela como políticos e oradores; entre eles os desterrados Pe. Joaquim Gomes de Oliveira Paiva (1821-1869) e Pe. Lourenço Rodrigues de Andrade (1767-1844), o lagunense Pe. Mestre João de Santa Bárbara (1786-1868), e o vice-presidente da República Juliana, Pe. Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro (+1860); 3) outros, finalmente, dedicados propriamente à vida religiosa".(48)

Nas áreas de colonização a atuação da Igreja Católica se faz mediante o sacerdotes estrangeiros. Alguns nomes vão surgir cedo, como é o caso do Pe. José Gneco, súdito italiano, naturalizado brasileiro, que vai se situar no Vale do rio Tijucas, onde, se fundara no alto vale a Colônia "Nova Itália", em 1936. Em seguida vão acompanhar a onda imigratória o Pe. Carlos Boegershausen, para a assistência religiosa à colônia "Dona Francisca", em 1957. Seguem os padres Alberto Francisco Gattone (1865); Pe. Rubert Bucker (1870), além de Pe. Guilherme Roer (1863).(49) *→ não confere*

---

(47) Carlos Alberto Pinto da SILVA, *História eclesiástica catarinense*. RIGHSC. 3ª fase (8), 1988/1989.

(48) Elcion RIBEIRO, *Da periferia um povo se levanta*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1988. p. 130.

(49) W. F. PIAZZA, *A igreja em Santa Catarina: notas para sua história*, p. 120-122.



Esse tipo de catolicismo persiste em traços gerais, até o começo de nosso século, através de seu caráter festivo e popular. Entretanto, desde meados do século XIX (1870), o processo de romanização se faz presente no estado, com a vinda dos imigrantes europeus que trouxeram sua religiosidade, que consistia nas devoções recomendadas pelo Concílio de Trento.(50)

Mas, é na última década do século XIX que a romanização passa a penetrar definitivamente em Santa Catarina com a vinda dos franciscanos, a criação da Diocese de Curitiba e a nomeação de D. José de Camargo Barros para a nova diocese que compreendia os estados de Paraná e Santa Catarina, em 1894.

---

(50) Ibid., p. 130-135.

## 2 - A IGREJA E O ESTADO: O FIM DO "PLACET"

A partir do Segundo Império a Igreja Católica caracteriza-se pela crescente vinculação a Roma e consolidação do senso de comunhão e solidariedade entre os Bispos.

Dessa vinculação mais íntima com Roma resultou uma dupla tensão entre a Igreja Católica e o Estado Liberal: a Igreja se tornava mais "romana" e menos "nacional" e, o Estado, em virtude do fortalecimento do Episcopado, se torna mais regalista, com um maior combate ao ultramontanismo católico.

Entretanto, a Igreja Católica estava convicta de que uma reforma no seu modo de ser era necessária. Uma Igreja que se declarava "mestra da verdade" e "infalível" não podia sujeitar-se a receber lições do Estado.

Já ao final do Primeiro Império a relação entre a Igreja e o Estado havia chegado a uma situação insustentável. Isto devido ao processo de reformas pretendido pelo Episcopado em oposição a um Estado Monárquico regalista e em oposição às tendências liberais e positivistas em ascensão no período. Essa posição da Igreja Católica no Brasil foi incentivada e patrocinada por Roma, que tentou trazer a Igreja do Brasil para o seu controle. Embora o processo tenha se iniciado bem antes, Pio IX (Pontificado de 1846-1878) deu um grande impulso nesse sentido.

Pio IX é considerado o mais famoso porta-voz do ultramontanismo, porque exigiu a centralização da Igreja em questão de doutrina e de governo eclesiástico. O "Syllabus de Erros" codificou a visão que tinha esse Papa da Igreja, do mundo e dos erros de seu tempo.<sup>(1)</sup> Para a Igreja do Brasil, o "Syllabus" tornou-se extremamente importante, em virtude das restrições contidas no mesmo: declarou o "Placet"(\*) ilegal (Syllabus, item 28); opôs-se às Igrejas Nacionais (Syllabus, item 37); declarou errônea a predominância, nos conflitos, do direito civil sobre o direito canônico; condenou, ainda, veementemente a Maçonaria.<sup>(2)</sup>

Essa firmeza nas orientações emanadas de Roma e a simpatia do Episcopado pelas mesmas, fica evidente na "Questão Religiosa". Fato determinante nas Relações da Igreja com o Estado, pela forma como foi encarado pelas duas instituições e ter impelido "tanto os Bispos como os políticos, a avaliarem a situação objetivamente e perceberem que as coisas tinham que ser mudadas".<sup>(3)</sup>

As mudanças aconteceram por iniciativa do Estado, praticamente quinze anos mais tarde, quando se proclama a República. Um ano antes da Proclamação, em sua representação dirigida à Assembléia Geral Legislativa, D. Macedo Costa, traçava um panorama triste da vida religiosa brasileira:

---

(1) T. BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 63.

(\*) O "placet" significava que o Imperador podia decidir sobre as atividades da Igreja.

(2) *Ibid.*, p. 63.

(3) *Ibid.*, p. 63.

"a Igreja diminuída em seu prestígio. O Clero abatido, mendicante e muitíssimo desfalcado em número... E se o Chefe Espiritual da Igreja o Sumo Pontífice envia ordens e conselhos para a direção das consciências dá-se rebate no Parlamento como se tratasse de invasão de um inimigo nas fronteiras do Império. Olhando para o lado do campo católico esta é a situação: enfraquecidos, desamparados e ainda por cima presos nas algemas do regalismo. Se olharmos para outro campo vemos o materialismo e o ateísmo corrompendo a mocidade do alto das cadeiras dos liceus e academias. Vemos propagar-se por toda parte o princípio de que a ciência é a antítese de fé". (4)

Esta declaração de Dom Macedo Costa, demonstra o desnortamento da Igreja Católica em face dos acontecimentos e doutrinas reinantes na época. Transparece também o seu descontentamento com o Parlamento que rebate as ordens e conselhos de Roma. Esta é uma das razões na qual mais se insiste para reivindicar a liberdade da Igreja em relação ao Estado e um dos motivos alegados para justificar a péssima situação da Igreja Católica no Brasil.

A Igreja, embora fosse escrava do regime protecionista do Império, não estava preparada à mudança do regime, e sobretudo não desejava a separação do Estado: independência sim; separação, não. (5)

## 2.1 - O Decreto da Separação

Proclamada a República, em 15 de Novembro de 1887, a Igreja, de início se mostrou indiferente quanto à forma de governo ao

---

(4) J. SCAMPINI, *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*, p. 81.

(5) *Ibid.*, p. 83.

ponto de Dom Luís Antônio dos Santos, Arcebispo da Bahia mandar um telegrama ao Governo Deodoro da Fonseca:

"Arcebispo da Bahia com seu clero saúdam na pessoa de V. Excia. novo regime estabelecido e imploram bençãos do céu sobre os esforços dos filhos da Terra de Santa Cruz pela prosperidade e felicidade da mesma".(6)

Essa indiferença logo vai se tornando num pesadelo para a Igreja, pois a nova conjuntura política, com a queda da Monarquia, estava exigindo uma série de decretos que atendessem à regulamentação das situações mais prementes e ao bom andamento dos negócios públicos. Era natural que, no contexto de então, se procurasse fixar, desde o início, a posição do Estado em relação à Igreja. (7)

O Governo Provisório, que permaneceu de novembro de 1889 à março de 1891, legalizou as implicações do processo que anteriormente culminaram no conflito de 1874 (Questão Religiosa), e decretou a separação entre a Igreja e o Estado.(8)

O primeiro projeto foi apresentado em conferência do Governo pelo Ministro da Agricultura, Dr. Demétrio Ribeiro, positivista, já na sessão do Ministério realizada a 9 de Dezembro de 1889, instituindo "a plena liberdade de cultos e abolindo a união legal da Igreja com o Estado.(9) Mas, o dito projeto recebeu im-

---

(6) Ibid., p. 82.

(7) Oscar de Figueiredo LUSTOSA, *Separação da igreja e do estado no Brasil (1890): uma passagem para libertação*. REB, Petrópolis, Vozes, 35 (139), 1975. p. 630.

(8) T. BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 64.

(9) O. F. LUSTOSA, *Separação da igreja e do estado no Brasil (1890): uma passagem para libertação*, p. 630.

pugnação dos demais membros do Ministério e o General Deodoro incumbiu o Ministro da Fazenda (Rui Barbosa), da redação de outro projeto.

Coube então, a Rui Barbosa, a elaboração de um projeto suplementar, que incluísse essas questões. Conhecedor do assunto desde a publicação do seu comentário sobre "O PAPA E O CONCÍLIO", publicado em 1877, que ele traduziu do alemão, e que lhe valeu fama pessoal, apresenta em 7 de Janeiro de 1890 um novo projeto que foi unanimemente aprovado. Eis o decreto nº 119-A de 7 de Janeiro de 1890:

"Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados Federados, expedir leis, regulamentos ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a a criar diferenças entre os habitantes do País, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as Igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5º A todas as Igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 69 O Governo Federal continua a prover à cônica sustentação dos atuais serventários do culto católico e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos precedentes.(10)

Fundamentalmente o decreto instituiu o Estado leigo separado da Igreja, promulgando a liberdade de culto, colocando todos no mesmo pé de igualdade, e extinguindo o padroado.

Viriam, em seguida, outros dispositivos legais, enquanto se esperava a data mais oportuna para a promulgação. E, em 24 de Janeiro de 1890, o decreto nº 181 promulga a lei sobre o casamento civil. O artigo 108 estabelece que "só serão considerados válidos os casamentos celebrados no Brasil, se forem de acordo com suas disposições".(11)

## 2.2 - A Constituição de 1891

No período da instauração do governo provisório, instalou-se entre o Estado e a Igreja um "modus vivendi" conflitivo. Para o primeiro tratava-se agora de criar e fortalecer a organização de um Estado moderno, aconfessional, afastando eventuais pretensões clericalistas. Para a Igreja ainda não ficava claro sua situação de liberdade outorgada pelo decreto de separação, tendendo, ainda, ao ideal de aliança e exclusivismo católicos.

---

(10) Ibid., p. 631.

(11) Ibid., p. 632.

A primeira Constituição Republicana foi promulgada a 24 de Fevereiro de 1891, por uma Assembléia Constituinte convocada pelo Governo Provisório e elaborada com base no projeto governamental no qual se destacou Rui Barbosa. Se implantava, desta maneira, o programa dos liberais radicais: laicização total do ensino, secularização dos cemitérios, nenhuma relação de dependência ou aliança entre governo e qualquer confissão religiosa... conforme rege o artigo 72 da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891:

Art. 72º A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes:

3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

7º - Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União ou dos Estados.

28º - Por motivo de crença ou de função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e políticos, nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever cívico.

29º - Os que alegarem motivo de crença religiosa com o fim de se isentarem de qualquer ônus que as leis da República imponham aos cidadãos e os que aceitarem condecoração ou títulos nobiliárquicos estrangeiros perderão todos os direitos políticos".(12)

---

(12) J. SCAMPINI, *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*, p. 273-4.



Desta forma estava decretada a liberdade da Igreja, embora não como ela desejasse: proteção do Estado, mas com liberdade de ação!

Para o Estado de Santa Catarina também prevaleceram as normas nacionais, uma vez que nas Constituições Catarinenses de 1891, 1892, 1895, 1920 e 1928 não há referência ao Ensino Religioso. Apenas a de 1892 no artigo 23, estabeleceu que: "compete à Assembléia Legislativa a catequese e civilização dos indígenas, estatísticas e bibliotecas do Estado".(13)

Se a Igreja pedia proteção e favores oficiais, se não contava, como desejava a hierarquia, com a declaração de seus direitos na Constituição, em compensação gozaria doravante, de uma enorme liberdade, em todos os sentidos, na sua organização e atividades.(14)

### 2.3 - A reação da Igreja

Iniciado o processo de secularização, surgiu logo a reação do Episcopado Brasileiro, destacando-se três momentos: 1) a publicação da Pastoral Coletiva de 19 de Maio de 1890, em resposta ao decreto 119 A, de 7 de Janeiro de 1890; 2) a **Reclamação do Episcopado Brasileiro**, dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do Governo

---

(13) SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação. *Proposta Curricular*. Florianópolis, IOESC, 1991. p. 67.

(14) O. F. LUSTOSA, *Separação da igreja e do estado no Brasil (1890): uma passagem para a libertação*, p. 642.

**Provisório** de 6 de Agosto de 1890, criticando o Ante-Projeto da Constituição de 1891; e, 3) uma vez definidas as regras do jogo, inicia um período, em que as relações entre Estado e Igreja, são de competição e concorrência nas formas de influência nos setores sociais básicos: família, educação.

A Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 19 de Maio de 1890, retrata o pensamento do Episcopado sobre o fato da separação da Igreja e do Estado. É uma posição ambígua. Enquanto o processo de romanização do catolicismo enfatizava a liberdade de ação da Igreja, a Carta Pastoral relata...

"Em nome pois, da Ordem Social, em nome da paz pública, em nome da concórdia dos cidadãos, em nome dos direitos da consciência, repelimos os católicos a separação da Igreja e do Estado; exigimos a união entre os dois poderes".(15)

E explicam o tipo de união que desejam:

"Não queremos, não podemos querer essa união de aviltante subordinação que faz do Estado o árbitro supremo de todas as questões religiosas... Queremos, sim, a união, mas essa união que resulta do acordo e da harmonia..."(16)

Eis o paradoxo, como diz Dornas Filho:

"A gente tem a impressão de estar em presença de um perfeito caso de amnésia total, quando ouve estas palavras saídas da boca do próprio D. Macedo Costa, uma das maiores vítimas do regime de comunhão de poderes".(17)

Certo é que lastimam não terem os homens do Governo Provisório levado em conta todas as benfeitorias que a Igreja fez à

---

(15) Ibid., p. 633.

(16) Ibid., p. 633.

(17) T. BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 67.

Nação Brasileira, desde os seus primórdios, ela que "tem acompanhado toda a evolução de nossa história, que tem tomado sempre parte em todos os grandes acontecimentos nacionais, e a terem confundido de repente e posto na mesma linha com algumas seitas heterodoxas".(18)

Manifestam, ainda, os Bispos, que a Igreja prestará apoio seguro ao Governo, bastando para isso que o Estado permaneça na sua esfera e não tente contra a Religião, desta maneira, "a ação da Igreja será, para o Estado, a mais salutar..."(19) Através desta Pastoral Coletiva, a primeira, do Episcopado Brasileiro, manifesta a posição da Igreja com o rumo dos novos acontecimentos, especialmente os resultantes do decreto 119 A de 7 de Janeiro de 1890 (Placitação). Embora pareça uma posição dúbia, esta Carta Pastoral, vai definir o modo de agir da Igreja Católica no Brasil nas décadas seguintes.

A segunda reação formal do Episcopado Brasileiro, deu-se durante o assentamento constitucional do país. O decreto 119-A deveria ser absorvido pela Constituição em processo de elaboração e a ser aprovada pela Assembléia Constituinte. O Projeto de Constituição, num primeiro momento, não manifesta nenhuma hostilidade contra a Igreja, contudo, o Ministério, sob a liderança de Rui Barbosa, reelabora o projeto que foi sancionado pelo Governo Provisório em 22 de Junho de 1890 e agora, sim, apresenta algumas

---

(18) Ibid., p. 67.

(19) O. F. LUSTOSA, *Separação da igreja e do estado no Brasil (1890): uma passagem para a libertação*, p. 636.

restrições: exclui-se do País a "Companhia de Jesus"; proíbe-se a fundação de novos mosteiros e de novas ordens monásticas; estabelece-se a inelegibilidade ativa e passiva do clero; fixa-se que a cerimônia do casamento civil deve preceder a cerimônia religiosa, obrigatoriamente; determina-se que nas escolas públicas o ensino será leigo, aconfessional; estabelece-se, por fim, a secularização dos cemitérios.

A principal reação da parte Católica à inclusão de medidas restritivas no projeto de Constituição do Governo Provisório e nos decretos baixados por ele, é encabeçada pelos Bispos através do Opúsculo de 6 de Agosto, intitulado: Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório. Os Bispos iniciam assim o seu documento:

"Os Bispos Brasileiros, representados pela comissão aqui presente, tem a honra de vir à respeitável presença de Vossa Excelência (Ex. Sr. Marechal), para exprimir-lhe o imenso assombro e a profunda tristeza, que se apossou de nossa alma, ao lermos nos papéis públicos o projeto de Constituição Nacional, promulgado por decreto do Governo Provisório, para ser submetido à sanção do Governo Federal que tem de reunir-se em 15 de Novembro próximo". (20)

Neste documento os Bispos protestam contra "a opressão das consciências, absolutamente inadmissível num País cristão e livre".(21) Protestam contra o ateísmo que, segundo eles, pervade o projeto da Constituição do Governo, ateísmo visto como afronta à maior parte do povo brasileiro que se professa católico. Queixam-se da infidelidade do Governo às "reiteradas seguranças dadas

---

(20) Arthur RABUSKE, *Os inícios da República Brasileira e a Igreja Católica*. São Leopoldo, UNISINOS, 1989, p. 11.

(21) *Ibid.*, p. 12.

a um de nossos veneráveis colegas"(22), desprezando a benevolência por eles, bispos, manifestada na "Pastoral Católica". Afirmam ainda que usarão de "todos os meios legais para sustentar, sem desfalecimentos, os interesses sagrados da fé e da liberdade, das obras, mesmo a custo de cadeia, exílio ou da própria vida".(23)

Dom Macedo Costa, o mais notável Bispo da época, e antigo professor de Rui Barbosa, conseguiu que se eliminasse da Constituição três provisões muito perniciosas para a Igreja: limitações nas leis de mão-morta (bens inalienáveis); exclusão dos Jesuítas e proibição de fundação de novos conventos e mosteiros.(24)

Com a promulgação da Constituição de 1891, a Igreja se viu de repente excluída do domínio público e sem o apoio do Estado para sua influência religiosa. E o que era mais grave ainda: a religião católica foi equiparada a todas as outras; a Constituição republicana não foi declarada em nome de Deus, portanto, atéia; foi ratificada a separação e o não subvencionamento; privação dos direitos políticos dos membros das ordens religiosas, congregações e comunidades; reconhecimento somente dos casamentos civis; secularização dos cemitérios; o clero não gozava de imunidade política; e, finalmente, a educação foi laicizada, sendo a religião eliminada do currículo, e ficando os governos proibidos de subvencionarem escolas religiosas.

---

(22) *Ibid.*, p. 13.

(23) *Ibid.*, p. 13.

(24) T. BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 66.

O terceiro momento da reação trata-se, na verdade, de uma "ação conjunta" dos Bispos com relação ao seu governo diocesano. Uma vez impossibilitada de contar com a influência do Estado para difundir a sua mensagem, a Igreja volta-se sobre si mesma e toma consciência de que é preciso ela própria montar seus mecanismos de influência e adaptar sua estrutura à nova situação em que vive.

Para Bruneau, "... a mudança mais óbvia no modelo de influência diz respeito aos instrumentos ou mecanismos para gerar e exercer influência. O simples desenvolvimento organizacional era um ponto básico para a influência da Igreja, mas até então a Igreja no Brasil não havia evoluído como instituição porque dependia inteiramente das estruturas do Estado, e porque o Estado nunca quis empregar recursos para o seu desenvolvimento, ou permitir a sua expansão. Depois de 1891, a Igreja teve que construir a sua organização praticamente a partir do nada". (25)

Esta nova etapa da Igreja Católica é caracterizada fundamentalmente pelo desenvolvimento de um novo modelo de Igreja. O modelo de uma Igreja institucional em lugar de uma Igreja de Cristandade, ou seja, a Igreja Católica no Brasil incorpora na sua maneira de ser e agir o espírito tridentino, reforçado pelo ultramontanismo do Concílio Vaticano I: a Igreja passa a ser considerada com uma sociedade hierárquica perfeita, cujo funcionamento se realiza em um modo paralelo ao Estado, devendo manter

---

(25) Ibid., p. 68.

ambos, Igreja e Estado, uma relação de competição.

Este novo modelo vai se fazendo ao longo do processo de romanização do Catolicismo Brasileiro (segunda metade do século XIX) e tem em comum um aspecto muito importante com o modelo precedente: a situação de dependência. No modelo de Cristandade, a Igreja vive numa dependência completa da Coroa, enquanto que no novo modelo, a Igreja passa a depender das diretrizes e das orientações da Santa Sé.

É o ponto alto no processo de Romanização do Catolicismo Brasileiro na análise de Oscar Beozzo. Porque foram suplantadas as características da Igreja colonial e mais tarde regalista, com um catolicismo de cunho leigo, devocional, familiar, por outro de inspiração na reforma tridentina, com sua característica clerical, sacramental, com ênfase no aspecto doutrinário da fé. Foi decretado o fim do catolicismo luso-brasileiro numa luta incessante contra as Irmandades e Ordens Terceiras que haviam construído e, de certa forma controlavam boa parte das igrejas e capelas do país.

Essas igrejas e capelas foram sendo desautorizadas e substituídas por um novo tipo de organização. As novas associações religiosas deviam ter um estatuto exclusivamente religioso, sem personalidade jurídica no campo civil; sua diretoria devia ser nomeada pelo vigário e não escolhida pelos associados; não podiam receber bens e caso os recebessem, deviam ser registrados no nome da paróquia. Seu fim primordial devia ser a santificação dos seus membros, sendo o centro do seu apostolado a oração. A salvação

individual dos membros, uma certa minoridade dentro da Igreja e o absoluto controle por parte do vigário, com exclusão de qualquer projeção da fé nos compromissos de ordem social ou política, marcaram a guinada da Igreja na segunda metade do século XIX".(26)

E no período que se seguiu (1890-1930), Roma assumiu a responsabilidade de fortalecer a organização da Igreja Católica no Brasil. Foi enviado ao Brasil um enorme contingente de padres e freiras europeus, com a finalidade de fundar colégios, obras de caridade e assistência social, além de inúmeros missionários; multiplicação das dioceses (e divisão do Brasil em províncias eclesiásticas) as sucessivas Assembléias Episcopais, nomeações de bispos, reformas nos seminários, imprensa, sindicatos, partidos, escolas... É dentro desse desenvolvimento organizacional que situamos as Escolas Paroquiais Católicas como um mecanismo de influência num setor social básico - a educação - fazendo frente ao ensino leigo oficial.

---

(26) Oscar BEOZZO, *As igrejas e a imigração*. Brasil, CEHILA, mimeo., p. 41.



### 3 - A REORGANIZAÇÃO DA IGREJA

A separação entre Igreja e Estado é ponto de partida parcial para a compreensão do posicionamento da Igreja Católica para o período em estudo.

O processo da romanização ocorrido a partir de meados do século XIX, ratificou um modelo de Igreja com inspiração nos ideais tridentinos, e a separação deu condições para que este modelo triunfasse.

As características básicas desta nova mentalidade, em níveis gerais são: a aglutinação do Episcopado em nível nacional e regional; a reorganização institucional, já que "até" então a Igreja no Brasil não tinha evoluído como instituição porque dependia inteiramente das estruturas do Estado, e porque o Estado nunca quis empregar recursos para o seu desenvolvimento, ou permitir sua expansão<sup>(1)</sup>; e, em seguida e a partir disso, conforme ilustram os documentos episcopais, o combate ao liberalismo, ao ateísmo e à ignorância religiosa do povo, pois ele se diz católico, recebe os sacramentos, mas não conhece a doutrina da Igreja.

Observemos a passagem do documento de Dom Macedo Costa, **Pontos para Reforma da Igreja no Brasil:**

---

(1) T. BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 68.

"além do catecismo aos meninos nos domingos, farão ao povo a explicação do Evangelho previsto pelo Concílio Tridentino, ou, se mais cômodo for aos fiéis, uma vez por semana farão instruções em estilo singelo, ao alcance de todos, mas sem resvalar no trivial e chulo, antes sempre decoroso e digno, sobre a Igreja e o Sumo Pontífice, sobre os sacramentos..."(2)

Consideramos de fundamental importância nesta nova postura da Igreja a Carta Pastoral de 1890 do Episcopado Brasileiro, por tratar-se do primeiro manifesto católico contra a nova ordem constituída. Entretanto, um documento de Dom Macedo Costa, redigido em 1890 e intitulado **Pontos de Reforma na Igreja do Brasil**, caracteriza com maior evidência a atitude da Igreja Católica deste momento em diante. Levando em consideração o fato de que Dom Macedo era a figura de maior expressão no Episcopado e também o redator da Carta Pastoral de 1890, o documento apresenta as grandes linhas de reforma do período que ora se inicia.

O documento está dividido em 9 capítulos, conforme a ordem de importância atribuídos aos mesmos por Dom Macedo Costa.

I. As Conferências Episcopais: conforme o desejo da Santa Sé, os bispos deveriam reunir-se periodicamente para tomar as medidas a serem executadas "uniformemente" em todas as Dioceses, no sentido de restaurar a disciplina do Clero, sanar males, reformar abusos, dar todo o decoro e lustre ao culto de Deus, e deste modo fazermos florescer a fé, a piedade e os bons costumes entre os fiéis confiados ao nosso zelo pastoral.

II. O Episcopado: é preciso que os bispos atuem em perfeita unidade e que, nas suas dioceses, garantam a unidade do clero. Devem reforçar sua autoridade e seu controle sobre as atividades do Clero, mantendo-se a par do que se passa nas paróquias por vários meios, especialmente pelas visitas pastorais. Enfim, os bispos devem aumentar sua união com o Papa.

---

(2) P. A. RIBEIRO, *Religião e dominação de classe: gêneses, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*, p. 276.

III. O Clero: este capítulo, o mais longo de todos, tem 24 parágrafos organizados em 3 artigos. O primeiro descreve os abusos do clero. Tratam-se de casos de indisciplina eclesiástica (imoralidade, uso de vestes profanas, simonia e negligência na administração dos sacramentos não-lucrativos, dispensas matrimoniais sem critérios, falta ao dever de pregar e dar o catecismo, residência fora da paróquia) e de casos de negligência no culto (falta de rigor na escolha do pão e do vinho e falta de tabernáculo conveniente para o Santíssimo). Para eliminar tais abusos, o documento recomenda aos bispos que sejam rigorosos na vigilância do Clero, de modo a curar seus males; recomenda também que os padres ampliem seu campo de atividades pastorais, exortando-os especialmente a se dedicarem a: pregação dominical; catequese das crianças e dos adultos; promoção de exercícios pios em preparação das grandes festas religiosas e durante os meses de São José, de Maria, do Sagrado Coração de Jesus, do Rosário e das Almas, aproveitando essas ocasiões para as comunhões gerais; dar mais solenidade à primeira comunhão; visitar as escolas e exercer influência sobre os professores; visitar os doentes e os hospitais; fundar e dirigir Conferências Vicentinas; difundir a boa imprensa Católica; organizar associações de bons católicos para manutenção do culto, e fundar e dirigir associações e obras pias "totalmente católicas sem a mistura do vírus maçônico". Concluindo, o documento aponta outros meios valiosos para a reforma do clero: estimular o estudo da moral, promover exercícios espirituais e, na medida do possível, fazer reuniões mensais do clero.

IV. Os Seminários: que os seminários sejam destinados exclusivamente a candidatos ao sacerdócio, que os seminaristas recebam um ensino rigoroso e ortodoxo, e que a disciplina seja assegurada. Para mais estimular os seminaristas, os melhores devem ser enviados a continuarem sua formação em Roma.

V. As Missões: é preciso acender a fé e aumentar a prática das virtudes, por meio das missões populares. Elas dão bons resultados para a edificação e regeneração da fé católica e atraem candidatos ao sacerdócio.

VI. Os Colonos Imigrantes: tendo em conta que os colonos vindos da Europa são em maioria católicos mas não encontram nos núcleos coloniais e nas fazendas os cuidados espirituais que recebiam em seus países de origem, é necessário ter um zelo especial por eles, contando para isso com a colaboração de congregações religiosas européias.

VII. As Ordens Religiosas: dada a impossibilidade de restaurar as ordens religiosas tradicionais por seus próprios meios, faz-se necessário trazer da Europa membros dessas ordens para que tomem em mãos a direção dos conventos. Além disso, convém trazer da Europa outras congregações religiosas, masculinas e femininas, para fundar e dirigir escolas católicas.

VIII. As Confrarias: aproveitando a separação entre Igreja e Estado, é preciso resolver de uma vez por todas a situação das irmandades e confrarias, expurgando-as de elementos maçônicos.

IX. As Dioceses: é preciso aumentar o número de dioceses proporcionalmente à dimensão do País. Já que não há mais a interferência do Estado, Santa Sé poderá criar novas dioceses, desde que tenham uma dotação suficiente.(3)

Torna-se evidente a influência de Dom Macedo Costa na orientação e consolidação do novo modelo de igreja emergente no Brasil. As prerrogativas de uma igreja sacramentalista, clericalista se sobrepõem ao catolicismo lusitano de caráter popular e festivo.

Na concepção de alguns clérigos fica evidente que o catolicismo lusitano passa a ser considerado como "ignorância", ao menos a afirmação do Pe. Júlio Maria vai nesta direção: "...os novenários, as devoções, as festividades, feitas com os devidos requisitos, são coisas boas; mas o principal, o essencial, a coisa boa por excelência, a maior de todas as obras da caridade paroquial é ensinar os "ignorantes". A ignorância da religião - eis o inimigo; a doutrinação - eis a grande arma apostólica".(4)

O "bom" católico, segundo este modelo, é aquele que frequenta regularmente os sacramentos e obedece incondicionalmente à autoridade eclesiástica. É o começo da ascendência do Catolicismo Clerical Romano sobre o Catolicismo leigo luso-brasileiro.

Desta forma, para o objeto de nosso estudo - as Escolas Paroquiais - são fundamentais a compreensão de três elementos já destacados: (1) a coesão episcopal (2) que possibilitou ampliar as bases institucionais (3) em vista de uma maior influência na sociedade tendo como prioridade a Educação.

---

(3) Ibid., p. 279-282.

(4) Ibid., p. 276.

### 3.1 - A coesão Episcopal

A separação da Igreja do Estado incontestavelmente promoveu a "união do episcopado, em nível nacional e regional".<sup>(5)</sup> Basta observarmos o período de 1890-1930, e veremos que houve inúmeros encontros e outras tantas publicações coletivas do Episcopado. "Tais reuniões intencionavam, em última instância, repensar a inserção sócio-política da Igreja Católica, que ficara abalada com a separação".<sup>(6)</sup>

Se tomarmos os Documentos Católicos publicados neste período, notamos que o número é impressionante, levando em consideração o período Colonial e Imperial.

Baseado em José Carlos Souza Araújo, na sua pesquisa sobre a mentalidade do Episcopado brasileiro (1890-1922), apresentamos os Documentos Episcopais, divididos em Nacionais e Provinciais:

a) Nacionais: são aqueles emanados do Episcopado de um país, constituindo um total de dez documentos:

- 10) Carta Pastoral dirigida ao clero e fiéis por ocasião da separação entre a Igreja e o Estado, estabelecida pelo decreto n. 119-A do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (documento de 19-3-1890).
- 20) Reclamação do Episcopado brasileiro sobre os direitos da Igreja dirigida ao Chefe do Governo Provisório, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, no dia 6-8-1890, durante o andamento do projeto da primeira constituição republicana, cuja promulgação se deu a 24-2-1891.

---

(5) José Carlos Souza ARAÚJO. *Igreja católica no Brasil; um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1986. p. 23.

(6) *Ibid.*, p. 23.

- 39) Memorial dirigido à Assembléia Constituinte em 6-11-1890, por ocasião da votação da primeira Constituição Republicana.
- 49) Carta dirigida ao papa Leão XIII em 1893, agradecendo a ampliação dos quadros hierárquicos episcopais, bem como a instituição da segunda Província Eclesiástica e de mais quatro novas dioceses (o que aconteceu a 27-4-1892).
- 59) Carta Pastoral dirigida ao clero e fiéis por ocasião do Ano Santo e quarto centenário do descobrimento do Brasil no dia 6-1-1900.
- 69) Súplica dirigida ao papa Leão XIII no dia 1-5-1901 para que se reconhecesse como dogma a Assunção de Maria.
- 79) Mensagem dirigida ao papa Pio X, a 12-10-1906, agradecendo a nomeação do primeiro cardeal brasileiro e latino-americano, o que ocorreu a 11-12-1905 na pessoa de A. J. Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, até então arcebispo do Rio de Janeiro.
- 89) Carta dirigida ao papa Pio X em outubro de 1910, após o término de uma reunião dos representantes das Províncias Eclesiásticas Meridionais, reafirmando fidelidade ao papa e agradecendo a instituição de novas províncias eclesiásticas e dioceses.
- 99) Mensagem dirigida aos representantes da Nação em 21-9-1919 para que instituísem um dia de Ação de Graças anual, como se fazia na América do Norte, sugerindo que o 7 de setembro seria bem significativo.
- 109) Carta Pastoral dirigida ao clero e fiéis por ocasião do primeiro centenário da Independência do Brasil.

b) **Provinciais:** constituem um total de vinte e um documentos, e são fruto de reuniões do Episcopado de uma ou várias Províncias eclesiásticas. Mencionamos as que dizem respeito ao Estado de Santa Catarina.

- 19) Esquema das constituições elaborado primariamente pelos bispos para as suas dioceses, cuja reunião se realizou em São Paulo e findou em 12-11-1901.
- 29) Carta a Leão XIII sobre os resultados dos trabalhos da reunião de 1901.
- 39) Carta de 11-1-1903 sobre o quinquagésimo aniversário do dogma da Imaculada Conceição de Maria.
- 49) As constituições elaboradas em 1901 são ampliadas em uma reunião que teve lugar em Aparecida do Norte, SP, com término da-

tado em 28-7-1904.

- 59) Convênio assinado entre os bispos relativo a várias faculdades de caráter pastoral em 7-9-1904.
- 69) Carta ao papa Pio X sobre os resultados dos trabalhos da reunião em 7-9-1904.
- 79) Os frutos da Reunião de Mariana, MG, em 12-8-1907 são de caráter constitucional, além de detalhes pastorais com relação aos hereges e cismáticos e de publicação de decretos pontifícios.
- 89) Carta de outubro de 1910, fruto de uma reunião finda na cidade de São Paulo.
- 99) Pastoral Coletiva de 17-1-1915, cujo conteúdo é fundado em normas constitucionais diocesanas das Províncias eclesiásticas meridionais. Tal documento serviu de base para o Concílio Plenário Brasileiro em 1939: a reunião se realizou em Friburgo, RJ.
- 109) Circular de 30-4-1917 sobre a Primeira Guerra Mundial e a situação da pátria brasileira.

Posteriormente, com a criação da Província Eclesiástica de Porto Alegre, a qual pertencia a Diocese de Florianópolis, foi publicado o documento: **Resoluções do Episcopado da Província Eclesiástica de Porto Alegre tomadas na sua Primeira Conferência em Março de 1920.**

No que diz respeito diretamente a Santa Catarina, temos as seguintes publicações:

a) Documentos de Dom José de Camargo Barros:

- 19) Carta Pastoral de Dom José de Camargo Barros saudando os seus diocesanos no dia de sua sagração.
- 29) Carta Pastoral de Dom José de Camargo Barros anunciando os seus diocesanos a visita pastoral.
- 39) Carta Pastoral de S. Exã. Revma. o Sr. Dom José de Camargo Barros estabelecendo em sua diocese o Obulo Diocesano e a construção de um Seminário Diocesano (3 de novembro de 1894).

- 40) Carta Pastoral de 5 de janeiro de 1897 anunciando a viagem do Bispo Diocesano para São Paulo.
- 50) Carta Circular recomendando o Ensino do Catecismo e exemplificando os motivos - o dever, as vantagens e os exemplos - que devem impelir os padres a instruírem o povo (6 de janeiro de 1897).
- 60) Carta Circular anunciando visita pastoral ao Estado do Paraná (17 de junho de 1897).
- 70) Irregularidades nos Cemitérios de Santa Catarina (foram tomados pelas Câmaras Municipais, 26 de outubro de 1895)
- 80) Carta Circular regulamentando o ensino do Catecismo (complementando a Circular de 6-1-1897).
- 90) Carta Pastoral de Dom José de Camargo Barros, Bispo de Curitiba, sobre a solene homenagem a Jesus Christo Redentor e ao seu Augusto Vigário na terra.
- 100) Carta Circular anunciando o aparecimento da Imprensa Católica (2 de fevereiro de 1899), comemoração de um ano.
- 110) Carta Pastoral - casamentos mixtos (24 de agosto de 1899).
- 120) Circular sobre as relações entre o clero e os fiéis do rito latino e do rito grego (26 de novembro de 1899).
- 130) Carta Pastoral de Dom José de Camargo Barros tratando do Concílio Plenário Católico Americano e ordenando a consagração da diocese ao Sagrado Coração de Jesus (21 de novembro de 1899).
- 140) Carta Pastoral de 2 de fevereiro de 1900 do Sr. Bispo Diocesano que trata da criação de *Escolas Parochiaes* e que vem publicado no número 3 do Boletim Eclesiástico do ano de 1900.
- 150) Carta Pastoral sobre o Jubileu do Ano Santo (22 de maio de 1901).
- 160) Carta Pastoral que trata dos actos e decretos do Concílio Plenário Latino-Americano e recomenda as *Escolas Parochiaes* e o Apostolado da Oração. (Publicado no Boletim Eclesiástico n. 4 no corrente ano - pág. 49-55) (24 de julho de 1901).

b) Publicações de Dom Duarte Leopoldo e Silva

- 10) Carta Pastoral Saudando aos seus Diocesanos de 22 de maio de 1904, escrita em Roma.



- 29) Carta Pastoral de Dom Duarte Leopoldo e Silva, sobre o "Casamento Civil e Religioso" aos 21 de novembro de 1906.

c) Publicações de Dom João Becker, primeiro Bispo de Florianópolis.

- 19) Carta Pastoral de Dom João Becker, Bispo de Florianópolis, "Ao Clero e ao Povo de sua Diocese" aos 13 de setembro de 1908.
- 29) Carta Pastoral de Dom João Becker, Bispo da Diocese de Florianópolis, sobre "As Escolas Parochiaes" aos 12 de outubro de 1909.
- 39) Carta Pastoral de Dom João Becker, Bispo da Diocese de Florianópolis "Pro Ecclesia et Pontífice", expondo a solução dos magnos problemas sociais pela doutrina da Igreja, aos 16 de abril de 1911.
- 49) Carta Pastoral de Dom João Becker, Bispo da Diocese de Florianópolis, sobre "O Clero e sua Missão Moderna" apontando os campos especiais em que o clero, moderno, sem ser modernista, deve desenvolver e aumentar sua atividade."
- 59) Carta Pastoral de Dom João Becker, Bispo da Diocese de Florianópolis, intitulada "Quinta e última Carta Pastoral", na ocasião de sua nomeação para a Diocese de Porto Alegre, no ano de 1912.

d) Publicações de Dom Joaquim Domingues de Oliveira até 1930:

- 19) Carta Pastoral saudando os seus diocesanos, em setembro de 1914.
- 29) Carta Pastoral comunicando oficialmente a eleição do Santo Padre Bento XV, aos 14 de setembro de 1914.
- 39) Carta Pastoral de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, dedicada ao "Tempo do Advento", de 25 de novembro de 1915.
- 49) Carta Pastoral versando sobre "Os Recursos da Religião", de 6 de setembro de 1917.

- 59) Carta Pastoral de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, sobre "O Espiritismo, suas conseqüências e condenações", de 18 de maio de 1918.
- 69) Carta Circular anunciando ao clero e aos fiéis de sua Diocese a promulgação do "Codex Juris Canonici", aos 18 de maio de 1918.
- 79) Carta Pastoral de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, sobre "O Problema da Instrução", de 7 de setembro de 1920.
- 89) Carta Pastoral de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, sobre o problema das "detracções e sobre a família", aos 24 de dezembro de 1923.
- 99) Considerações Pastoraes de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, de 2 de abril de 1926.
- 109) Disposições Pontifícias e Diocesanas - A Realeza de Nosso Senhor Jesus Cristo, 6 de abril de 1926.
- 119) Publicação da Constituição "Aupicantibus Nobis", jubileu universal extraordinário para o anno de 1929.

Além destes documentos individuais tivemos em Santa Catarina (Diocese de Florianópolis) a realização de três Sínodos Diocesanos:

- 19) Primeiro Synodo Diocesano da Diocese de Florianópolis celebrado sob a Presidência do Exmo. E Rvmo. Snr. Bispo Diocesano Dom João Becker no ano de 1910.
- 29) Segundo Synodo Diocesano de Florianópolis convocado, presidido e promulgado por Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Bispo Diocesano, no ano de 1919.
- 39) Terceiro Synodo Diocesano de Florianópolis convocado, presidido e promulgado por Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Bispo Diocesano, no ano de 1925.

Estes documentos demonstram a intensa atividade pastoral e governativa do Episcopado Brasileiro e Catarinense. Através destas cartas e documentos os Bispos tornavam público esta nova maneira de ser da Igreja Brasileira e particular.

### 3.2 - A organização institucional

Ao mesmo tempo em que as atividades episcopais se intensificavam, desenvolveu-se também um esforço organizacional em nível nacional. A Igreja Católica iniciava sua estruturação praticamente a partir do "nada", já que antes da separação o Estado se responsabilizava pelas estruturas físicas.

Em 1889 havia apenas onze dioceses no Brasil, e uma arquidiocese. Conforme Dom Macedo já expunha no seu documento, a criação de novas dioceses era necessária. E, em 1893, o Papa Leão XIII criou outra Província Eclesiástica, em acréscimo à já existente e mais quatro novas dioceses. Daí por diante o aumento das dioceses foi rápido. Em 1900 havia 17, em 1910 havia 30, em 1920 já chegava a 58, e nos anos seguintes triplicou o número. (7)

A reforma do clero, que havia sido um dos pontos principais do movimento de reforma do catolicismo no século XIX, incentivou a construção de seminários. Em 1890 havia no Brasil, 9 seminários maiores e 11 menores. Por volta de 1927 havia quinze seminários maiores e uns trinta menores. (8) Bruneau observa que o número de seminários só não cresceu mais rapidamente por falta de vocações. Em Santa Catarina surgiu, neste período, o seminário de São Ludgero, o de Azambuja, além da experiência no Colégio Seraphico (1899-1904) depois Colégio Santo Antonio em Blumenau.

Para suprir essa falta de vocações e mesmo de clero, a

---

(7) T. BRUNEAU, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 69.

(8) *Ibid.*, p. 69.

Santa Sé encorajou diretamente as Ordens Religiosas a mandarem padres, freiras e irmãos para o Brasil. Os quadros, a seguir, expressam a evolução da presença das Ordens Religiosas no Brasil.

QUADRO Nº 1  
CENSO - 1872

NÚMERO DE PADRES, RELIGIOSOS E RELIGIOSAS POR PROVÍNCIA

Províncias	População Total	Padres Secula.	Religiosos	Religiosas	Hab./ Padre
Amazonas	57.610	17	-	-	3.338
Pará	275.237	84	1	2	3.276
Maranhão	359.040	84	12	117	3.740
Piauí	202.222	32	-	-	6.139
Ceará	721.686	146	1	-	4.909
Rio Grande do Norte	233.979	56	-	-	4.178
Paraíba	376.226	111	1	18	3.359
Pernambuco	841.539	204	39	94	3.463
Alagoas	348.009	70	3	-	4.767
Sergipe	176.243	54	-	-	3.263
Bahia	1.371.616	288	-	-	4.762
Espírito Santo	82.137	22	-	-	3.733
Município Neutro	274.972	200	14	50	1.284
Rio de Janeiro	782.724	143	10	-	5.115
São Paulo	837.354	282	2	-	2.948
Paraná	126.722	30	-	-	4.224
Santa Catarina	159.802	25	4	1	5.510
Rio Grande do Sul	434.813	133	6	-	3.128
Minas Gerais	2.039.735	241	12	4	8.062
Goiás	160.395	17	-	-	9.435
Mato Grosso	60.417	17	2	-	3.179
Total	9.930.478	2.256	107	286	4.202

FONTE: Diretoria Geral de Estatística - Relatório anexo ao Ministério dos Negócios, 1876.

In: Riolando Azzi, A vida religiosa no Brasil. São Paulo, Ed. Paulinas, 1988.

QUADRO Nº 2  
CENSO DE 1920

NÚMERO DE RELIGIOSOS E RELIGIOSAS, POR NACIONALIDADE  
(SEGUNDO OS ESTADOS)

Estados	Religiosos				Religiosas				Total Geral
	Brasi- leiros	Estran- geiros	Nac. Des- conhecid	Sub- Total	Brasi- leiras	Estran- geiras	Nac. Des- conhecid	Sub- Total	
Alagoas	77	14	-	91	2	2	-	4	95
Amazonas	24	31	-	55	-	6	-	6	61
Bahia	325	163	1	489	157	52	-	209	698
Ceará	169	12	-	181	38	8	-	46	227
Distrito Federal	325	291	-	616	316	246	-	562	1.178
Espírito Santo	22	27	-	49	11	2	-	13	62
Goiás	45	35	-	80	2	1	-	3	83
Maranhão	53	22	-	75	2	-	-	2	77
Mato Grosso	13	59	-	72	8	14	-	22	94
Minas Gerais	743	413	-	1.156	123	67	-	190	1.346
Pará	58	75	-	133	109	59	-	168	301
Paraíba	100	8	-	108	33	-	-	33	141
Paraná	47	144	-	191	32	27	-	59	250
Pernambuco	266	129	-	395	184	86	-	270	665
Piauí	59	3	-	62	2	10	-	12	74
Rio de Janeiro	140	127	1	268	23	27	-	50	318
Rio Grande do Norte	63	-	-	63	17	7	-	24	87
Rio Grande do Sul	166	382	1	549	179	75	-	254	803
Santa Catarina	43	142	-	185	73	37	-	110	295
São Paulo	419	739	-	1.158	448	454	2	904	2.062
Sergipe	58	16	-	74	2	1	-	3	77
Acre	3	6	-	9	-	-	-	-	9
Total	3.218	2.838	3	6.059	1.761	1.181	2	2.944	9.003
Porcentagem	53,1%	46,8%	0,01%	100,0%	59,8%	40,1%	0,01%	100,0%	100,0%

Brasil - População: Brasileiros -> 29.076.080 - 94,9%  
Estrangeiros-> 1.565.961 - 5,1%  
Total -> 30.642.041 - 100,0%

Fonte: Riolando Azzi, A vida religiosa no Brasil. São Paulo. Ed. Paulinas.1988.

QUADRO Nº 3  
CENSO - 1920

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PADRES SECULARES E DE RELIGIOSOS PELA NACIONALIDADE, POR ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Estados	Brasileiros		Estrangeiros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rio Grande do Norte	63	100,0	0	0	63	100,0
Piauí	59	95,0	3	4,8	62	100,0
Ceará	169	93,4	12	6,6	181	100,0
Paraíba	100	92,6	8	7,4	108	100,0
Alagoas	77	84,6	14	15,4	91	100,0
Sergipe	58	78,4	16	21,6	74	100,0
Maranhão	53	70,7	22	29,3	75	100,0
Pernambuco	266	67,4	129	32,6	395	100,0
Bahia	325	66,5	163	33,3	488	99,8*
Minas Gerais	743	64,3	413	35,7	1.156	100,0
Goiás	45	56,3	35	43,7	80	100,0
Distrito Federal	325	52,8	291	47,2	616	100,0
Rio de Janeiro	140	52,2	127	47,4	267	99,6*
Espírito Santo	22	44,9	27	55,1	49	100,0
Amazonas	24	43,6	31	56,4	55	100,0
Pará	58	43,6	75	56,4	133	100,0
São Paulo	419	36,2	739	63,8	1.158	100,0
Acre	3	33,4	6	66,6	9	100,0
Rio Grande do Sul	166	30,2	382	69,6	54	99,8*
Paraná	47	24,6	144	75,4	191	100,0
Santa Catarina	43	23,3	142	76,7	185	100,0
Mato Grosso	13	18,1	59	81,9	72	100,0
Total Geral :	3.218	53,1	2.838	46,8	6.056*	100,0

\* A diferença no total é devida à presença, em cada um destes Estados de uma pessoa de nacionalidade estrangeira.

Fonte: Riolando Azzi, a vida religiosa no Brasil. São Paulo. Ed. Paulinas. 1988.

Estes quadros revelam o visível aumento de religiosos(as) em terras brasileiras. Em termos percentuais isto significa um acréscimo de 2.413%. Entretanto, para uma visão do período de ingresso mais relevante basta observarmos os quadros abaixo.

**QUADRO Nº 4**  
**ORDENS, CONGREGAÇÕES E INSTITUTOS MASCULINOS POR PERÍODO E PAÍS DE PROCEDÊNCIA**

! Séculos XIX e XX ! ! (1800-1930) !	! Países de Procedência !										! Total !
	! Brasil !	! Espanha !	! Itália !	! França !	! Holanda !	! Alemanha !	! Bélgica !	! Áustria !	! Uruguai !	! Ucrânia !	
! 1800 - 1879 !	! - !	! - !	! - !	! 1 !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! 1 !
! 1880 - 1889 !	! - !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! - !	! 1 !	! - !	! - !	! 1 !	! - !	! 6 !
! 1890 - 1899 !	! - !	! 2 !	! - !	! 1 !	! 2 !	! 1 !	! 1 !	! - !	! - !	! 1 !	! 8 !
! 1900 - 1909 !	! - !	! - !	! 1 !	! 4 !	! - !	! 1 !	! - !	! - !	! - !	! - !	! 6 !
! 1910 - 1919 !	! - !	! - !	! 6 !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! - !	! - !	! - !	! - !	! 9 !
! 1920 - 1930 !	! 1 !	! - !	! 4 !	! 1 !	! 1 !	! - !	! - !	! 1 !	! - !	! - !	! 8 !
! Total !	! 1 !	! 3 !	! 12 !	! 10 !	! 4 !	! 4 !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 38 !

Fonte: Riolando Azzi, a vida religiosa no Brasil. São Paulo. Ed. Paulinas. 1988.

**QUADRO Nº 5**  
**ENTRADA DE ORDENS E CONGREGAÇÕES FEMININAS NO BRASIL**

! Ano !	! Países de Procedência !													! Total !	
	! Espanha !	! Áustria !	! Itália !	! França !	! Portugal !	! Brasil !	! Egito !	! Colômbia !	! Bélgica !	! Polônia !	! Ucrânia !	! Rússia !	! Holanda !		! Alemanha !
! Até 1880 !	! 2 !	! - !	! 3 !	! 2 !	! - !	! 3 !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! 1 !	! 11 !
! 1881 - 1890 !	! - !	! 1 !	! 2 !	! 2 !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! - !	! 1 !	! 6 !
! 1891 - 1900 !	! - !	! - !	! 4 !	! 4 !	! - !	! 4 !	! - !	! - !	! 2 !	! - !	! - !	! - !	! - !	! 2 !	! 16 !
! 1901 - 1910 !	! - !	! - !	! 4 !	! 12 !	! - !	! 3 !	! 1 !	! - !	! 1 !	! - !	! - !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 24 !
! 1911 - 1920 !	! 4 !	! 1 !	! 3 !	! 4 !	! 3 !	! 4 !	! - !	! 1 !	! 1 !	! - !	! 1 !	! - !	! - !	! - !	! 22 !
! 1921 - 1930 !	! 3 !	! 1 !	! 8 !	! 4 !	! - !	! 8 !	! - !	! - !	! 1 !	! 1 !	! - !	! - !	! - !	! 4 !	! 30 !
! Total !	! 9 !	! 3 !	! 24 !	! 28 !	! 3 !	! 22 !	! 1 !	! 1 !	! 5 !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 9 !	! 109 !

Fonte: Riolando Azzi, a vida religiosa no Brasil. São Paulo. Ed. Paulinas. 1988.

Além das congregações vindas do exterior, fundaram-se também outras no Brasil. Especificamente em nosso Estado, ainda no século XIX, a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição e os Robertinos. Neste século as Irmãs Catequistas Franciscanas de Rodeio (1915). Também houve o aumento de associações religiosas, hospitais, escolas, paróquias.

Em Santa Catarina, o desenvolvimento da Igreja Católica, neste período (1890-1930), recebeu dois grandes impulsos. O primeiro, através do fluxo imigratório, que transformou o aspecto sócio-religioso do Estado. Os imigrantes já se instalavam com as características do catolicismo do Concílio de Trento. Mesmo abandonados, religiosamente, nos primórdios de sua chegada, aos poucos conseguiram manter contato com os países de origem e a vinda de missionários estrangeiros se tornou possível.

Chegaram no início da década de 1890 para atender os imigrantes mediante solicitação do Pe. Guilherme Roer com apostolado de mais de 30 anos na região sul de Santa Catarina, o Mons. Francisco Topp (janeiro/1890), em seguida Pe. Antonio Eising, Pe. Francisco Auling (fev/1891) além dos franciscanos que restauraram sua província no sul do Brasil fixando sua residência em Teresópolis no dia 12/07/1891. Teresópolis torna-se o ponto de partida para as fundações franciscanas: de lá sobem para Lages (1891 - no planalto) e Blumenau (1892 - no centro), marcando uma vigorosa



presença religiosa e pastoral em toda esta região.(9)

Com a vinda desses padres alemães, inicia-se a chamada Missão de Münster, constituindo-se a educação e a catequese em preocupações básicas. Em Tubarão, o Pe. Topp abre uma escola para os filhos dos brasileiros, e solicita à Alemanha Irmãs e Professores leigos para as escolas. Chegam em 1893, os padres Carlos Schmees e Bernardo Freise e dois professores leigos, Attkemeyer e Schumann, que depois se retiram para Curitiba.

Em 1894, em viagem à Alemanha, Pe. Topp trás as Irmãs da Divina Providência, congregação fundada pelo Pe. Eduardo Michaelis em Münster. Elas fundam inúmeras escolas e hospitais. Atraídos pelos convites de Pe. Topp, chegam mais sacerdotes: Frederico Tombrock, Humberto Others, José Sundrup e Antonio Tertilt. Além dos Padres do Sagrado Coração de Jesus que assumem a paróquia de Brusque em 1904.

No ano de 1908 o Estado alcançaria um total de 84 sacerdotes: 24 seculares, 36 franciscanos, 11 da congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus e 13 Jesuítas. Desses (1) era português, (1) polonês, (2) catarinenses, (1) paulista, (66) alemães, (12) italianos e (1) gaúcho.(10)

A rápida organização da Igreja Católica em Santa Catarina permitiu o parecer unânime (1906) para a criação da Diocese de

---

(9) José Artulino BESEN, *A arquidiocese de Florianópolis*. Florianópolis, s.ed., 1983. p. 34-6.

(10) *Ibid.*, p. 47.

Florianópolis pela Bula "Quum Sanctissimus Dominus Noster", de Pio X, com território compreendendo o Estado de Santa Catarina, sendo a Matriz de Nossa Senhora do Desterro elevada a Catedral.

O segundo grande impulso recebido pela Igreja de Santa Catarina, foi a criação da Diocese de Curitiba em 1892, através de seu primeiro bispo Dom José de Camargo Barros, na ocasião uns dos mais dinâmicos bispos do Brasil. Dom José foi o incentivador na busca de pessoal para a Igreja de Santa Catarina, bem como um dos mentores na fundação de Escolas Paroquiais. Sua Carta Pastoral de 2 Março de 1900, sobre as Escolas Paroquiais, serve como subsídio para as outras dioceses brasileiras. Fez quatro visitas pastorais ao Estado de Santa Catarina: 1895, 1897, 1898 e 1902, percorrendo praticamente todo o território do então Estado de Santa Catarina. (11)

Dom José de Camargo Barros, contribuiu para o passo definitivo da institucionalização da Igreja no Estado de Santa Catarina. Foi sucedido por Dom Leopoldo Duarte e Silva, que a nível estadual, ao menos o que deixam transparecer os documentos analisados, não conseguiu manter o dinamismo imposto por Dom José de Camargo Barros.

Dom João Becker, primeiro Bispo da nova Diocese, apesar da curta permanência à frente do Bispado de Florianópolis, não mediu esforços para organizar a vida católica catarinense. Estimulou a expansão das Escolas Paroquiais, para ele a solução do problema

---

(11) Walter Fernando PIAZZA, Os diários de Dom José de Camargo Barros e as suas visitas pastorais ao território catarinense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase (5), 1984. p. 58-118.

da ignorância religiosa: "Sem instrução torna-se muito difícil uma verdadeira e própria formação cristã".(12)

Em 1910 convoca o primeiro Sínodo Diocesano, no qual divide o Bispado em 10 comarcas, substituindo as antigas 4, que não mais atendiam às necessidades pastorais. Criou em 1912 as Paróquias de Canoinhas, Nova Veneza, Luiz Alves, Botuverá e Jaraguá do Sul, além dos curatos de Cocal (1920), Massaranduba (1911), Ascúrria (1912) e Rio dos Cedros (1913).

Na sua Carta Pastoral de Despedida da Diocese (12/10/1912), Dom João Becker apresenta um relatório de suas atividades. Saiu doze vezes em visita pastoral percorrendo cerca de 6.400 km, a saber: à canoa 66 Km, em navio a vapor 1.540 Km, em estrada de ferro 837 Km, a carro 1.365 Km e a cavalo 2.592 Km.(13)

Dom João ainda dirigiu cerca de sessenta vezes sua palavra "ensinando as doutrinas salvadoras da Santa Igreja"; promoveu dois retiros para o clero secular e regular; realizou o primeiro sínodo diocesano e o primeiro Congresso Sacerdotal. Confirma que: "o ensino do Catecismo, base indispensável da vida Cristã, tem se activado em toda parte, de maneira que no ano de 1911 funcionaram 263 aulas com cerca de 10.934 alunos. Nos quatro anos que esteve a frente da Diocese de Florianópolis foram pregadas 91 missões". (14)

No seu período à frente da Diocese de Florianópolis, tam-

---

(12) J. A. BESEN, *A arquidiocese de Florianópolis*, p. 47.

(13) Dom João BECKER, *Quinta e Última Carta Pastoral*. Florianópolis, Typographia d'A Época, 1912. p. 7.

(14) *Ibid.*, p. 6-7.

bém fundou o jornal *A Época*, a *Resenha Eclesiástica*, e patrocinou o *L' Amico* de Rodeio. Foram construídas 26 capelas e outras 16 achavam-se em fase de construção. Em fins de 1911 existiam 93 escolas católicas com 5620 alunos. Contudo, deixa transparecer sua frustração pelo fato de não conseguir fundar um Seminário Diocesano, mas a contribuição de Dom João Becker foi fundamental para a organização da Igreja em Santa Catarina.

Em seguida veio a Santa Catarina, como Bispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira. A respeito de Dom Joaquim, Pe. Besen assim se expressa:

"Dom Joaquim é o nome que praticamente se confunde com o da Diocese e depois Arquidiocese de Florianópolis. Vamos encontrá-lo pastoreando o rebanho de 1914 a 1967. Atravessou a 1ª Guerra Mundial, a Crise Nacional pré-Getulista, o Estado Novo, a 2ª Guerra Mundial, a Redemocratização, o Golpe de 64, o Concílio Ecumênico. Encontrou um Estado Catarinense rural e viu-o paulatinamente industrializar-se. Entravam e saíam governantes, entravam e saíam vigários, o povo crescia e morria e Dom Joaquim continuava. Encontrou uma Diocese nascente, viu nascerem as Dioceses de Joinville, Lages, Chapecó, Tubarão, para cuja criação deu os passos exigidos, viu a Diocese ser Arquidiocese em 1927. Criou Paróquias, desativou outras, aumentou consideravelmente o número de capelas que viu serem fundadas, crescerem e transformar-se em Paróquias. Foram 53 anos de intensos trabalhos e inconfundíveis na história da Igreja em Santa Catarina".(15)

No final da década de 1920, a estrutura física da Igreja estava completamente transformada. A Diocese de Florianópolis já havia se transformado em Arquidiocese com mais duas Dioceses, Lages e Joinville, com outras tantas paróquias e inúmeras Casas Religiosas estabelecidas.

---

(15) J. A. BESEN, *A arquidiocese de Florianópolis*, p. 54.

### 3.3 - A educação religiosa do povo

A terceira característica que norteia o pensamento da Igreja neste período, afim de que a mesma se reestruturasse no novo contexto social e político, é a preocupação com a "regeneração religiosa do povo". Além do mais, torna-se inconcebível para as autoridades eclesiásticas a situação de abandono dos brasileiros em relação à religião. Pois, "que será de ti, coitado e querido povo do Brasil, se além de tudo te roubam também tua fé, e ficas sem Deus, sem Deus na família, sem Deus na escola, sem Deus no governo e nas repartições públicas, sem Deus nos últimos momentos da vida, e até, na morte e na sepultura sem Deus! Será possível!"(16)

É necessário que nesta nova conjuntura, conforme o Episcopado, o clero se dedique à pregação freqüente, à catequese, à visita às escolas e aos doentes, à fundação e direção de associações religiosas, à intensificação dos exercícios de piedade na preparação das festas religiosas, e ao esforço para aumentar a freqüência de fiéis aos sacramentos, pois o banimento de Deus na Constituição Brasileira precisa de um esforço redobrado de afirmação da superioridade do evangelho, para que "o Brasil seja a República de Jesus, que de Jesus sejam todos os brasileiros para honra e glória de Jesus e para a felicidade do Brasil".(17)

Portanto, é necessária a restauração religiosa do povo

---

(16) EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva de 1890*. Em: J. C. S. ARAÚJO, *Igreja Católica no Brasil*, p. 63.

(17) *Ibid.*, p. 55.

brasileiro. Aliás, segundo o Episcopado de então, tudo devia estar sob o influxo do Cristianismo: família, agricultura, fábricas, comércio, instituições públicas e ensino. É a afirmação sublime do modelo de Igreja como Sociedade Perfeita.

Dentro desta perspectiva, a Igreja Católica toma para si a responsabilidade de edificar uma civilização onde a Religião seja reconhecida e Jesus adorado! Todas as instituições devem lutar contra este país supostamente apóstata.

Um dos mecanismos no qual a Igreja investe com todas as suas forças, é a instrução religiosa do povo. A instrução religiosa, conforme os Documentos Episcopais, consistia na dinamização da Catequese e de escolas católicas, ou seja, as Escolas Paroquiais.

#### 4 - A EDUCAÇÃO NOS DOCUMENTOS EPISCOPAIS

No processo de reorganização da Igreja Católica no Brasil, foi depositado um papel especial na área da Educação. Conscientes da necessidade de influenciar em todos os aspectos da sociedade, o Episcopado Brasileiro partiu para a criação de Escolas Paroquiais.

Nesta perspectiva, o Episcopado encara a educação como uma forma privilegiada de combater o Estado laico, a "ignorância religiosa do povo" e paralelamente assegurar seu "status quo".

Praticamente todos os documentos episcopais no período de 1890 à 1930 enfatizam a necessidade de uma atenção prioritária neste setor.

O ponto de partida para esta análise é o documento que serve como um marco no desenvolvimento da Igreja Católica no Brasil: a Pastoral Coletiva de 1890. Indiretamente também devemos levar em consideração o documento confidencial de Dom Macedo Costa onde o mesmo delinea os passos da reorganização da Igreja Católica a partir do cisma de 1890. Em seguida, também de importância fundamental, o Concílio Plenário Latino-Americano, por ratificar e encorajar as pretensões do Episcopado brasileiro. Estes três documentos são os norteadores do processo de reorganização e romanização da Igreja Católica no Brasil, além de servir como base para outros à nível provincial, diocesano, que aprofundam o

apelo de uma educação católica.

#### 4.1 - A Carta Pastoral de 1890

O primeiro grande clamor do Episcopado brasileiro, informado com a situação de abandono a que foi submetido pelo fim do padroado-régio, começa desta maneira:

"Na pastoral coletiva que dirigimos ao clero e aos fiéis da Igreja Brasileira, alçamos bem alto o pendão católico; profligamos com energia, sim, mas também com alma cheia de dignidade, a clamorosa injustiça praticada contra a Igreja Católica, excluída ignominiosamente de toda relação oficial com o Estado, banida das escolas, dos colégios, de todos os estabelecimentos do governo e esbulhada da dotação que lhe era devida pelo erário nacional para sustentação e decoro do culto".(1)

Na interrogação abaixo está contido a preocupação dos Bispos brasileiros: o fervilhar das idéias positivistas e liberais simpáticas à classe dirigente da época.

"Não vemos nas escolas, desde as ínfimas até as superiores, erguem-se cátedras de pestilência a exalar os miasmas deletérios, e enquanto nesses santuários poluídos da ciência os professores do ateísmo pervertem a incauta mocidade sedenta de saber, não vemos outros emissários do mal, não menos criminosos, apoderarem-se da imprensa, e por meio dela corromperem o povo e desnortearem o espírito público?"(2)

Conscientes de que alguma atitude devesse ser assumida para que o país não se transformasse numa nação sem Deus e sem re-

---

(1) EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva de 1890*. Em: J. C. S. ARAÚJO, *Igreja Católica no Brasil*, p. 54.

(2) EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva de 1890*. Em: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *A igreja da república; Coleção pensamento político republicano*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 48.



ligião, os Bispos professam:

"Por isso insistimos na obrigação que têm os Pastores de almas de ensinar a doutrina cristã aos meninos e adultos, e de acomodá-las nos corações das crianças de maneira que amem a Deus e a religião, pratiquem seus preceitos, recebam seus sacramentos, e desde os tenros anos fujam do pecado como de peste infernal e se tomem de amor pela virtude".(3)

Para isto é preciso a colaboração do clero:

"Dai o pão da doutrina bem partido aos pequeninos; queremos dizer, a esse pobre povo faminto de instrução, e não esqueçais o ensino dos meninos, empregando todas as artes, todas as indústrias do zelo: para os atrair suavemente ao Catecismo, que deveis considerar como o vosso principal ministério: Deixai vir a mim os meninos disse Jesus. Ah! não os deixeis ir a mestres de perdição que os disporão a uma vida de vícios e de ciúmes!"(4)

Portanto, a partir deste documento os Bispos manifestam sua preocupação em dinamizar o ensino religioso como forma de combater a indiferença religiosa, a ameaça do pensamento positivista e, sobretudo, a eminência de uma nação atéia. Num primeiro momento, a preocupação dos mesmos em relação ao ensino é catequético-pastoral. Pela análise do documento, o ensino a ser ministrado às crianças compreende o espaço das pregações dominicais. Ainda não está presente a implementação de um sistema de ensino. Já existiam escolas católicas, mas fruto do carisma de congregações religiosas ou de iniciativa isolada de algum Pároco.

Logo em seguida a esta Carta Pastoral, os Bispos divulgam a **Reclamação do Episcopado Brasileiro Dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório**, de 6 de agosto de 1890, onde encontramos uma resposta dos Bispos quanto a possível exclusão do ensino re-

---

(3) Id. *Pastoral Coletiva de 1900*, p. 67.

(4) Id. *Pastoral Coletiva de 1890*, p. 49.

ligioso na Constituição de 1891.(5)

"Reclamamos, Sr. Marechal, contra a exclusão de todo o ensino religioso nas escolas públicas. É doloroso para os nossos corações de Bispos que a lei civil force professores católicos a calar diante dos seus alunos o Santo Nome de Deus, e lhes imponha o triste dever de não mais falar dos sublimes e comoventes ensinamentos da nossa fé, tão aptos por sua natureza a insculpir naquelas tenras almas os princípios eternos do bem e a excitar nelas o sentimento de tudo quanto é justo, decoroso, nobre, elevado e santo.

Não é sem o mais vivo horror que repercute nas profundezas de nossa alma o anátema evangélico, fulminado contra os que escandalizavam os pequeninos! Que maior pedra de escândalo do que a irreligião na escola? Eduque-se no ateísmo a geração que desponta, e bem depressa, diante dos vossos olhos contristados, aparecerão estiolados pelo vício esses corações juvenis, em que a Religião e a Pátria depositavam as suas mais fagueiras esperanças! Que tremendas maldições cairão sobre o nosso caro Brasil, se ele se tornar réu de tão enorme crime!

A perspectiva do futuro que nos aguarda com semelhante método de educação que suprime pela base todo elemento de moralidade, enche de inquietação os corações dos pais de família verdadeiramente dignos de tão belo nome. Que há-de ser, dentro de poucos anos, desta nobre e generosa nação, quando as funestas doutrinas do ateísmo, que circulam livremente por toda a parte e são obrigatórias nas escolas públicas, houverem produzido entre nós os deploráveis frutos de dissolução e de imoralidade que a experiência de outros países já deixou tristemente evidenciado.

E os nossos soldados, Sr. Marechal? ... sem o mínimo ensino religioso! Basta".(6)

Contudo, esta Reclamação do Episcopado não foi levada em consideração pelos Constituintes de 1891.

#### 4.2 - O Concílio Plenário Latino-Americano

A reunião do Episcopado Latino-Americano, de 28 de maio à

---

(5) Arthur RABUSKE. *Os inícios da república brasileira e igreja católica*. São Leopoldo, UNISINOS, 1989. p. 23. mimeo.

(6) *Ibid.*, p. 26-27.

9 de julho de 1899, em Roma, foi sem sombra de dúvidas, o evento mais significativo a nível continental, da história eclesiástica do século passado. É o começo do reatamento das relações colegiais do Episcopado Católico em nosso continente.

Consolidaram-se, de fato, com esta reunião, as premissas do catolicismo romano, chegando a "romanização" a abranger todo continente e a influenciar toda uma caminhada de igreja por várias décadas.(7)

Ao tema da educação juventude, foi dedicado o Título IX, com 3 capítulos, que abordam as Escolas Primárias, dos nºs 673 ao 685); as Escolas Secundárias, dos nºs 686 a 691; e, sobre as Universidades e Faculdades, dos nºs 692 a 697. Tudo isso é completado com o Título X, sobre a Doutrina cristã, que abrange os nºs 698 a 746, onde se fala da necessidade de os Párocos assumirem a catequese; das condições rurais e urbanas onde deve ser ministrada; e dos livros que podem ser utilizados ou lidos pelos católicos.(8)

O conteúdo deste documento serve como orientação para as atividades da Igreja e base para elaboração das Pastorais Coletivas e Cartas Pastorais da época.

---

(7) Arthur RABUSKE. *Notas abrangedoras a respeito do Concílio Plenário Latino-Americano de 1899*. Apostila do Instituto Anchietano de Pequisas, São Leopoldo, s.d., p. 1-2. mimeo.

(8) Augustin WERNET. *O Concílio Plenário da América Latina e a Igreja do Brasil*. Apostila da USP, São Paulo, s.d., p. 5. mimeo.

#### 4.3 - A Pastoral Coletiva de 1915

Nesta Pastoral, os Bispos sistematizam as proposições e resoluções, dando um caráter mais organizado e estruturado de sua concepção a respeito da educação católica.

Em primeiro lugar, afirmam que a missão de ensinar lhes foi instituída por Jesus Cristo mediante a Igreja. Constituída, portanto, mestra infalível de toda a doutrina de Jesus Cristo, em todos os países da terra, a Igreja Católica, fiel à sua missão, sempre tem exercido esse magistério em todos os tempos e em toda a parte, dirigindo os homens pelo caminho da salvação.

Por isso ela tem o direito inalienável e inalienável, independente de todo o poder humano, não só de erigir, fundar e organizar escolas para formar e educar cristãmente a infância e a juventude, segundo os princípios e preceitos do Evangelho, mas também de exigir que em quaisquer escolas, a formação e educação da juventude católica se sujeite à sua jurisdição, e que em nenhuma matéria ou disciplina, se ensine coisa-alguma contrária à Religião Católica e à moral.<sup>(9)</sup>

Os católicos, portanto, não podem defender nem aprovar o método de ensino e educação leiga da juventude, que é separado da fé católica e da autoridade e poder da Igreja; método que se reduz apenas ao ensino das ciências naturais e puramente humanas, e tem por fim único, ou ao menos primário, os limites da vida social terrena.

---

(9) EPISCOPADO BRASILEIRO. *Nova edição da pastoral coletiva de 1915*. Canoas, Tipografia LA SALLE, 1950. p. 49.

Nas circunstâncias em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, o documento afirma que é de "necessidade inadiável que, em todas as Paróchias, hajam escolas primárias católicas, a que chamam paroquiais, nas quais a mocidade nascente encontre o pasto espiritual da doutrina cristã e de outros conhecimentos úteis para a vida prática".

Para isto busquem os Párocos a "ajuda dos pais de família e criem em suas respectivas paróchias Comissões Protetoras da difusão do ensino cristão além de nomearem professores idôneos e dignos, mestres capazes, instruídos e zelosos da boa educação dos meninos".(10)

É também de suma importância o emprego de meios oportunos para "formar e preparar para o futuro, mestres bons e capazes, que possam se equiparar ou mesmo exceder em competência aos professores educados e formados nas escolas leigas, a fim de que, nos casos de necessidade, possam com estes entrar em concurso e obter as cadeiras de ensino nos Liceus e Ginásios do Estado. E também se possível exigir que os mesmos se submetam a exames públicos de sua capacidade e competência e obterem os diplomas de mestres nas Escolas Normais do Estado".(11)

Função especial é confiada aos Religiosos:

"Desejamos ardentemente que se encarreguem da direção de nossas escolas os Religiosos das diversas Congregações de ambos os sexos, aprovados pela Igreja, os quais deverão adotar os métodos modernos mais aperfeiçoados do ensino primário".(12)

---

(10) Ibid., p. 52.

(11) Ibid., p. 52.

(12) Ibid., p. 52.

Os Bispos estabelecem também um plano de formação de professores católicos. "Para que também as escolas públicas sejam regidas por professores de sentimentos religiosos, julgamos de muita conveniência que os nossos diocesanos, e de modo especial os Revs. Párocos e Sacerdotes, aconselhem que se matriculem nas Escolas Normais, mesmo oficiais, os alunos das escolas católicas que mais se distinguirem por sua índole e inteligência, tomadas, porém, as devidas cautelas para que não percam a fé e bons costumes. Será outrossim, para desejar que os membros das Congregações Religiosas que se destinam ao ensino, obtenham o diploma de normalistas, com prévia permissão nossa e dos seus Superiores. Assim, far-se-á à infância e à mocidade o bem que devemos ter em vista, e contaremos ainda com professores habilitados para as nossas escolas primárias".(13)

Mas, se os Párocos não puderem de modo nenhum alcançar que a doutrina católica se ensine nas escolas leigas, "delas arredem os alunos pelos meios que puderem ser empregados; por que não há bem algum que se possa comparar com a fé e os bons costumes".(14)

Em relação à moral e conduta religiosa dos professores, os Bispos observam:

"Quando os professores públicos forem conhecidos como fautores e pregadores de heresias e doutrinas subversivas ou publicamente amasiados, empreguem-se todos os esforços para obter dos poderes públicos a demissão dos mesmos, por falta do cumprimento de seu dever".(15)

---

(13) Ibid., p. 52-53.

(14) Ibid., p. 54.

(15) Ibid., p. 54.

Insuflam também uma campanha contra o material usado nas escolas:

"Deveremos trabalhar igualmente para retirar das escolas públicas e das mãos dos meninos, os livros e cadernos que possam ofender a fé e a moral, garantidas pelas leis do Estado; e sobre isto chamamos atenção dos nossos cooperadores no ministério".(16)

Todas essas recomendações são necessárias, pois só "com o ensino constante e efetivo das verdades da nossa santa Religião, com os conselhos oportunos, com a direção prudente e com os sacramentos, precedidos da competente preparação e repetidos com discreta frequência, procuramos formar uma geração verdadeiramente cristã e forte, para resistir aos assaltos do inferno, que luta e peleja por nos arrancar a fé, levar-nos ao vício e à perdição eterna".(17)

Dois pontos podem ser destacados aqui: o primeiro, a Igreja se sente autorizada a intervir na sociedade, e a exigir o respeito de todos, supondo uma sociedade ainda oficialmente católica; segundo, a visão negativa dos Bispos em relação às Escolas Públicas e seus professores repudiando qualquer atividade que não estivesse sob os auspícios da Religião.

A Pastoral Coletiva de 1915 traz ainda como novidade um capítulo dedicado ao Ensino Secundário. Afirmam os Bispos que "crescendo cada dia o número de jovens que, tendo terminado os estudos primários, aspiram a um curso de educação superior, seja para se aplicarem ao comércio com maior aptidão, seja para prepararem para os empregos públicos, e cargos civis ou políticos, pa-

---

(16) Ibid., p. 54.

(17) Ibid., p. 54.

rece-nos acertado propor aos nossos amados diocesanos algumas regras e advertências também sobre as escolas de instrução secundária."(18)

Seguem desta maneira as orientações do Episcopado:

- a) "Aos pais de família, que se vêm na dura necessidade de mandar seus filhos seguir algum curso especial de estudos em colégios, onde não se cultivam os princípios do ensino católico, exortamos encarecidamente não esqueçam o dever que lhes incumbe de velar cuidadosamente pelos seus filhos, afim de não perderem a fé e os bons costumes...
- b) Aqueles que ocuparem altas posições no governo, procurem com todo o empenho conseguir que as leis civis nada contenham contrário à legítima liberdade da Igreja em matérias de educação, ofendam a consciência dos católicos, ou favoreçam a manutenção, aumento e progresso das escolas perversas, à custa do erário público. Esforcem-se pelo contrário, por conseguir que o método ou sistema geral de educação, em todos os colégios de instrução secundária, seja conforme à fé católica, e este seja o adotado, de preferência, pelos governos locais ou municipais.
- c) Os reitores e professores dos colégios de instrução secundária devem ser tais, que, compenetrados da gravíssima importância dos seus cargos, se dediquem, de corpo e alma, à educação e formação da juventude católica. Por conseguinte, com a palavra e com o exemplo, afastem seus discípulos dos perigos de perder a fé e os bons costumes, tanto nos colégios como fora deles, e se empenhem para que sua educação seja conforme à doutrina católica e penetrada de espírito cristão.
- d) Antes de tudo, se explique e ensine aos moços a doutrina católica sobre a fé e a moral, de um modo claro, amplo e sólido, atendendo à sua idade já desenvolvida, e aos perigos e necessidades da época. Ninguém assuma o cargo de ensinar a religião por si mesmo, sem antes ter sido legitimamente enviado ou aprovado pela competente autoridade eclesiástica, que indicará os métodos e livros pelos quais se devem guiar os professores.
- e) Como, em nossa época, se vai generalizando, cada vez mais, o costume de se matricularem também as moças nas escolas e institutos de estudos superiores, aprovamos que se apliquem também elas ao estudo das ciências e da educação civil, contanto que se acautelem os princípios da fé católica, da honestidade dos costumes e da reta razão.

---

(18) Ibid., p. 299.



- f) Recomendamos, pois, que as moças católicas que, pelas circunstâncias, julgarem ser-lhes útil ou necessária uma instrução mais desenvolvida e uma educação mais apurada, frequentem os estabelecimentos desse gênero fundados com aprovação do Ordinário, e dirigidos por senhoras piedosas, e pelas diversas Congregações de Irmãs que se dedicam ao ensino.
- g) Em suma, recomendamos exortamos no Senhor aos reitores e professores, que não se contentem somente com a formação de discípulos distintos pela pureza da fé e dos costumes, mas se desvelem também para que estes, pelos felizes resultados nos estudos, proveem que os institutos e colégios católicos levam vantagem aos demais, ainda nas letras, nas artes e nas ciências".(19)

Novamente se vê com clareza que os Bispos escrevem como se o Brasil ainda fosse uma Cristandade, esquecendo-se que o Governo Republicano era de índole positivista, buscando a prevalência das ciências naturais, em detrimento de uma formação moral católica.

No capítulo destinado a Classe Operária, os Bispos trazem outra novidade. "É muito conveniente que, ao menos nos grandes centros, se fundem liceus de artes e ofícios e escolas noturnas para as classes pobres, e principalmente para os operários, afim de que possam mais facilmente aprender os misteres necessários para a vida presente, e sobretudo possam adquirir conhecimentos mais amplos sôbre as cousas da Religião".(20)

Esta Carta Pastoral serve como orientação de quase todos os documentos publicados depois de 1915. Entretanto essas conclusões amadureceram a partir das conferências provinciais.

---

(19) Ibid., p. 299-301.

(20) Ibid., p. 312.

#### 4.4 - A Pastoral Coletiva da Província Eclesiástica Meridional

O Concílio Plenário Latino Americano (Roma-1899) teve muita influência nos documentos coletivos, tanto nacionais, quanto provinciais ou mesmo de caráter diocesano que surgiram depois de 1899. Dos documentos provinciais utilizamos somente os da Província Eclesiástica Meridional, da qual fazia parte o Estado de Santa Catarina até a criação da Província de Porto Alegre em 1908.

Reunidos em São Paulo, nos dias 3 a 12 de novembro de 1901, os Bispos concluem no primeiro encontro da Província Eclesiástica Meridional, que:

"A educação é a base da felicidade temporal e eterna do indivíduo, o mais poderoso factor da vida e prosperidade dos povos, esperança e força da Sancta Madre Igreja. O homem depois de crescido e velho não é sinão o que fizeram quando menino: Si o fizeram bom na aurora, será bom no crepusculo da vida; e si alguma vez se desencaminhar, na educação primeira encontrará elementos para sua regeneração. Mas si torto se creou desde princípio, torto permanecerá toda a vida, e depois de ser uma fonte perenne de lágrimas para seus paes e familia, uma pedra de escandalo para a sociedade, virá a ser um repobro eternamente no inferno".(21)

Ao enfatizar a necessidade da educação na religião os Bispos se interrogam a respeito da conduta do ensino leigo, recriminado e não perdoado, pelo fato de ignorar a educação religiosa, a única possibilidade de formar homens verdadeiros:

"Que se procura com o ensino leigo, com escolas sem religião e sem Deus, sinão extinguir nos princípios da existência humana todo o germen da vida sobrenatural, e conquistar o menino para o bando dos ímpios, que só podem ser e fazer infelizes? Os livros em que propo-

---

(21) EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva dos Senhores Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil de 1901*. Rio de Janeiro, Typographia LEUZINGER, 1902. p. 22.

sitalmente se omitta o nome de Deus, outros que as escancaras se combate a Religião e a fé ou que plantam o vício e a torpeza nos corações incautos dos jovens, os divertimentos licenciosos, os jornaes incorrectos, as pinturas obscenas e tantas outras industrias infernaes que attestam o esforço desesperado com que busca o inferno ganhar a intelligencia e coração do menino?"(22)

Em seguida admoestam os sacerdotes a respeito de sua missão:

"Lembrem-se os sacerdotes, que Deus os fez salvadores desses seresinhos mimosos, para livral-os do pecado e da morte eterna, como livrou Moyses a Princeza egypcia da morte temporal nas aguas do Nilo. Somos nós as verdadeiras mães desses pobresinhos, para remil-os de outro mais damnoso naufragio, e nutril-os com leite mais necessário, que é o da doutrina, das virtudes, dos sacramentos".(23)

Colocada a necessidade da educação religiosa, os Bispos esclarecem sua estratégia de influenciar e formar professores católicos que depois procurarão transmitir sua fé.

"Havemos de educá-los por meio de seus mestres, lembrando-lhes habilmente a obrigação indeclinável de formarem na verdadeira crença e nos princípios da moral christã os alumnos, que os paes lhes confiaram. (...) para obtermos dos professores o cumprimento deste dever e seu concurso valioso no cumprimento do nosso, é de necessidade termos com elles relações de bõa intelligencia e de amizade. Esforcemo-nos por lhes ganhar o coração, e assim guial-os no altissimo mister de formar a mocidade; e si algum for pedra de escandalo por sua indiferença religiosa, ou por sua vida immoral, não trepidemos um instante em arrancar de suas garras as creanças, custe o que custar."(24)

Reafirmou-se novamente, nesta Pastoral Coletiva, a necessidade de educar a infância brasileira a partir de uma visão cristã. Isto implica, que os Párocos devem agir com empenho para que o ensino leigo não corrompa as crianças. Desta maneira, os Bispos determinam que haja empenho na formação de centros de Dou-

---

(22) Ibid., p. 23.

(23) Ibid., p. 24.

(24) Ibid., p. 24.

trina Cristã e na fundação de Escolas Paroquiais:

"Nas circunstâncias em que se acha a Igreja deante do ensino leigo, é de necessidade inadiável que os Rvds. Parochos se esforcem por fundar em suas parochias escholas primarias, nas quaes a mocidade nascente da parochia encontre o pasto espiritual da doutrina christã e de outros conhecimentos uteis para a vida pratica. E tenham para isto em vista o prescripto pelo Concílio Plenário Latino Americano, artigos 673 a 685, que deverão lêr frequentemente. E como meio pratico para fundação destas escholas, os Srs. Bispos aconselham aos Rvds. Parochos a confraria de S. Antonio da diocese de Corytiba, que alli está dando bons resultados".(25)

Em 1904, de 1 à 7 de setembro, os Bispos da Província Meridional voltam a reunir-se no Santuário da Aparecida. Na ocasião enfatizam novamente a educação das crianças, obrigação dos pais e professores:

"Cuidae da infancia, repetimos, cuidae por meio de seus paes, a quem com frequentes aldrabadas deveis despertar do lethargo e desleixo em que dormem. Cuidae por meio dos mestres, os quaes, na formação da intelligencia e do coração da primeira idade, não pôdem prescindir da base de todos os conhecimentos, que é o conhecimento de Deus, e do fundamento de toda a honestidade nos costumes, e de toda a virtude, que é o mesmo Deus."(26)

Para mostrar que a preocupação pela educação é procedente, o Episcopado da Província lembra as palavras do Santo Padre Leão XIII na "Encyclica Sapientiae Christianae":

"Cuidar da educação da mocidade é uma obra em que nunca se fará bastante. Pelo que são dignos de admiração muitos catholicos que, em diversas partes do mundo, com recursos próprios, levantaram escholas e estabelecimentos de educação. Convém imitar este exemplo em qualquer parte onde as circumstancias e a necessidade o exijam".(27)

E, continuam os bispos,

---

(25) Ibid., p. 40-41.

(26) Id. *Pastoral Colletiva dos Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil de 1904*, p. 11.

(27) Ibid., p. 48.

"e persuadidos da urgente necessidade que há, em nossas dioceses, de escolas catholicas, em que se educa christãmente a mocidade de ambos os sexos, desejamos prover á essa necessidade por todos os meios possiveis. Para este fim resolvemos que por ora, na archidiocese e nas dioceses suffraganeas, tanto na cidade episcopal como nas outras cidades principaes, de accôrdo com os respectivos Ordinários, se constituam, logo que for possivel, commissões protectoras da diffusão do ensino christão, debaixo da immediata direcção dos Parochos, nas sédes de suas fréguezias, ou de algum Sacerdote, designado pelos mesmos Ordinários, afim de angariarem meios para a fundação e custeio de escolas catholicas".(28)

Baseados no Concílio Plenário Latino Americano, exortam que seus cooperadores, "que não tiverem escolas catholicas em suas freguezias, a que por si ou por outrem, fundem o quanto antes, escolas primarias elementares parochiaes onde se ministre aos meninos o ensino verdadeiramente christão... exortam a todos os paes de familia e tutores que enviem seus filhos e pupillos a essas escolas parochiaes, onde as houver, a não ser que possam de outro modo prover sufficientemente a educação christã de seus filhos em casa ou em outras escolas catholicas". (29)

E em consonância com o Concílio Plenário Latino Americano "lembramos a todos os catholicos de Nossas dioceses a gravissima obrigação que tem de auxiliar a seus ordinários diocesanos e a seus Parochos na obra de fundar e sustentar as escolas primarias parochiais.(30)

E, finalmente, recomendam de um modo especial às "Associações pias que destinem uma parte de seus recursos a essa obra altamente sancta e proveitosa das vocações eclesiásticas que tem por fim augmentar o clero, propagar a fé e conserval-a no povo

---

(28) Ibid., p. 48.

(29) Ibid., p. 49.

(30) Ibid., p. 49.

christão".(31)

No documento da terceira reunião, no ano de 1907, afirmaram os bispos: "Nosso empenho foi, como tem sido nas duas precedentes conferências, urgir a observação do Santo Concílio Plenário Latino-Americano que, sendo fielmente executado, tornará feliz e vigorará em fé e piedade a Igreja Brasileira.(32)

Além destas reuniões, houve outras duas, uma no ano de 1910 na cidade de São Paulo e outra em 1915 na cidade de Friburgo.

#### 4.5 - Os Sínodos da Diocese de Florianópolis

Durante o período de 1910-1930, a Diocese de Florianópolis realizou três Sínodos Diocesanos. O primeiro foi presidido por Dom João Becker e os outros dois por Dom Joaquim Domingues de Oliveira.

Celebrado em 1910, o primeiro Sínodo Diocesano contou com a presença de 50 Padres, hospedados no Colégio Catarinense e os trabalhos Sinodais sendo realizados na Catedral. Entre os estatutos Sinodais o terceiro capítulo da Parte Sexta é dedicado às Escolas Paroquiais com as seguintes orientações, claras e pormenorizadas. Fundar uma Escola Paroquial é inseparável da missão sacerdotal, pois colaboram para a formação do cidadão e do Cristão:

---

(31) *Ibid.*, p. 49.

(32) A. WERNET. *O Concílio Plenário da América Latina e a Igreja do Brasil*, 9-10.

- a) "A escola parochial frequentada por todos os meninos da freguezia sob a immediata vigilância e supervisão do Parocho é o ideal da Igreja. O estabelecimento de escolas parochiaes é uma exigência da missão sacerdotal. Expulsando-se da Escola o ensino da religião, isolando-se e afastando-se completamente do parocho a infância, devem-se abrir essas escolas. Nestes termos, a necessidade das escolas parochiaes se impõe como a necessidade da luz, do ar e da vida. É uma necessidade tão urgente, tão sentida que foi objecto das deliberações de quasi todos os Concílios, inclusive ainda o grande Concílio Plenário Latino Americano.
- b) Pelo que o Synodo, interpretando os sentimentos do Sr. Bispo Dom José de Camargo Barros e de accordo com a 2ª Carta Pastoral do Sr. Bispo Diocesano, ordena que todos os Rs. Parochos e demais Sacerdotes empregados na cura d'almas estabeleçam e mantenham escolas primarias parochiais, tanto nas séde das freguezias e curatos, como junto às capelas provisionadas, do que depende o futuro da religião e a felicidade da Pátria.
- c) Todas as escolas catholicas devem chamar-se parochiaes sem outra adjectivação.
- d) Em todas as escolas parochiaes é obrigatório o ensino da língua vernácula que é a portugueza, bem como o ensino do italiano, allemão e polaco, segundo fôr necessario á origem dos alunos.
- e) As escolas parochiaes sejam dirigidas exclusivamente pelos respectivos Parochos e pessoas designadas pela Autoridade Diocesana, ficando terminantemente proibida qualquer ingerencia estranha na direcção.
- f) As escolas parochiais podem ser subsidiadas por governos estrangeiros, admitindo-se, porém, como única condição a obrigatoriedade do ensino da respectiva lingua estrangeira, sem direito de fiscalisação directa ou immediata. As escolas parochiaes que não observarem este dispositivo, sujeitar-se-ão ás penas que mais salutaes parecerem ao Bispo Diocesano.
- g) São em todas as escolas parochiaes prohibidos chromos ou quadros ofensivos á religião.
- h) Será de grande vantagem fundar nas parochias, a Associação de Santo Antonio, introduzida neste estado por Dom José de Camargo Barros, de santa memória. Os estatuto em resumo são os seguintes: O fim da Associação é fundar e manter escolas primarias de ambos os sexos, em cada parochia; os socios dirão uma Ave Maria diariamente e darão cem reis por mez; na primeira terça-feira de cada mez será celebrada uma Missa em honra de S. Antonio pelos sócios; a associação será dirigida por um Conselho Superior e directores locais em cada parochia.
- i) Sendo considerável a falta de bons professores o Sr. Bispo Diocesano já fundou uma escola que prepara, de acordo com as leis ecclesiasticas e civis, um professorado devidamente instruido,

no Collegio Santo Antônio, de Blumenau.

Logo que fôr publicado será observado por todos o Regulamento do Ensino Diocesano".(33)

O segundo Sínodo Diocesano foi realizado nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro de 1919, na Catedral de Florianópolis sob a Presidência de Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Participaram 53 padres, e 11 justificaram sua ausência.

Neste Sínodo novamente foram promulgadas alguns decretos que vêm comprovar a preocupação dos dirigentes da Igreja Católica em relação ao ensino regular, mas com perspectivas pastorais. A Igreja se arroga o direito de fundar e manter uma rede de ensino, em todos os níveis. Suas decisões e recomendações demonstram a enorme preocupação da Igreja com a infância e a juventude, no sentido de preservar a identidade católica num regime laicista.

- a) A Igreja compete o direito de fundar não só escolas elementares, mas ainda médias e superiores.
- b) Depois da pregação da palavra divina não haverá, talvez, outro meio mais eficaz para contrabalançar as funestas consequências da neutralidade do ensino, como a difusão das escolas catholicas.
- c) Nas circumstancias actuaes em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, é de "necessidade inadiavel" que em todas as parochias haja escolas primarias catholicas a que chamam parochiaes, nas quaes a mocidade nascente encontre o pabulo espirital da doutrina christan e de outros conhecimentos uteis para a vida pratica. Uma parochia bem organizada não pode existir sem a sua escola catholica.
- d) Dirijam-nas professores habilitados, sendo para desejar que os proprios diplomados pelas escolas normaes sejam os preferidos para as escolas parochiaes, comtanto que dêem provas sufficiente da sua moralidade, fé firme e instrucção bastante, para bem en-

---

(33) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Primeiro Synodo da Diocese de Florianópolis*, Florianópolis, Typographia BRAZIL, 1910. p. 124-125.



sinar ás crianças a doutrina catholica, e, além disso, sejam em tudo catholicos fervorosos.

- e) Para a fundação e manutenção das escolas catholicas, é desejo da Santa Igreja, como o é do Synodo Diocesano, que concorram todas as familias catholicas, segundo as suas posses, e as pessoas de boa vontade, favorecendo-as principalmente com a quota da matricula e mensalidade, enquanto não fôr possível ministrar-se uma instrucção e educação completamente gratuitas.
- f) Para a manutenção e desenvolvimento das escolas catholicas poderão igualmente concorrer:
  - 1) A subvenção dos poderes publicos;
  - 2) As associações dos chefes de familia;
  - 3) Ligas angariadoras de contribuições;
  - 4) Formação de patrimonio e caixas auxiliares.
- g) Escolas acatholicas, neutras, mixtas, isto é, frequentadas também a acatholicos, não n'as frequentem crianças catholicas, a não ser que, ponderadas as circumstancias, e tomadas as devidas cautelas, o permitta emfim o Prelado diocesano.
- h) Em virtude do decreto anterior, o Synodo exorta os revds. sacerdotes, principalmente os vigarios, a exporem a seus fregueses a doutrina da Sancta Igreja sobre a materia, **observadas as normas já a seu tempo promulgadas pela Auctoridade diocesana.** Em todo o caso, nesta como em qualquer materia, expondo ou promulgando a lei divina e ecclesiastica, não está ninguém obrigado a censurar ou vilipendiar as instituições, as leis, ou actos da auctoridade civil.
- i) Será a instrucção a ministrar-se em nossas escolas não só physica e civica, mas ainda moral e religiosa, com noções de economia doméstica e agricultura, enquanto possível. Destaquem-se ellas pelos seu **nível pedagogico e valor educativo** eminentes.
- j) As visitas pastoraes serão também extensivas ás escolas primarias catholicas, existentes em cada parochia, para o que ficam, desde já, prevenidos os revmos. srs. vigários respectivos.
- l) O Synodo louva e encarece os esforços expendidos na diocese em favor das escolas catholicas, e repete as palavras do Mandamento, de 14 de Set. de 1915, de s. excia. revma.: "Não ha elogios bastantes para o vigario que, nas poucas horas que lhe sobram de seu ministerio afanoso, se consagra de corpo e alma á formação da juventude christan!"
- m) Será feito sempre em lingua vernácula o ensino das seguintes materias: a. Linguagem oral e escripta; b. Historia do Brasil e educação civica; c. Geographia do Brasil; d. Canticos e hymnos patrioticos, - usando-se de autores nacionaes para o ensino de

leitura, historia e geographia do Brasil".(34)

O terceiro Sínodo Diocesano de Florianópolis convocado, presidido e promulgado na capital catarinense por Dom Joaquim Domingues de Oliveira, teve início no dia 5 de fevereiro de 1925. Estiveram presentes 58 sacerdotes. A respeito das escolas católicas foi formalizado o seguinte:

- a) Pois que "episcopi residentiales sunt ordinarii et immediati pastores in doecesibus", declara o Prelado reservar para si o direito á aprovação previa de quaesquer escolas que se desejem fundar.
- b) Para provar a necessidade das escolas, basta dizer que não se pode chamar parochia bem organizada aquella em que não houver uma ou mais escolas parochiaes.
- c) Antes da abertura de uma escola parochial, e como **conditio sine qua non**, enviarão os srs. vigários á Camara Eclesiástica os seguintes documentos:
  - 10) de idoneidade moral e intellectual do professor ou professores;
  - 20) declaração das disciplinas que vão ser ensinadas e do tempo semanal destinado a cada uma;
  - 30) compromisso de installar a escola em predio dotado das necessárias condições hygienicas;
  - 40) attestado de que o professor ou professores não padecem de doença contagiosa.
- d) Como norma directiva, a aprovar-se, poderão os srs. Vigários servir-se dos programas das escolas correspondentes do governo, e mais a doutrina e historia sagrada, algumas vezes na semana.
- e) Para quaesquer subvenções, contractos, onus, etc., com autoridades nacionaes ou estrangeiras, requer-se prévia licença diocesana, por escripto.
- f) O ensino será feito sempre em vernáculo, permitindo-se o uso simultaneo de outros idiomas, si e emquanto fôr necessario para

---

(34) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Segundo Synodo da Diocese de Florianópolis*, Florianópolis, Livraria Cisne, 1919, p. 102-104.

devida compreensão dos alunos".(35)

De maneira geral as orientações dos Sínodos Diocesanos estão de acordo com o documento do Concílio Plenário Latino americano e da Província Eclesiástica Meridional.

#### 4.6 - Os Documentos dos Bispos da Diocese de Florianópolis

Durante o período Imperial, a Igreja catarinense pertenceu à diocese do Rio de Janeiro, depois à de Curitiba e, a partir de 1908, foi elevado à sé episcopal. Era natural que seus Ordinários publicassem suas Cartas Pastorais a respeito da vida da Igreja. Nesta perspectiva extraímos as declarações sobre a educação e as Escolas Paroquiais nos documentos relativos aos Bispos de Florianópolis.

Dom Pedro de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, está no espírito do Império. Por isso, não há nele preocupação com o ensino. Dom José de Camargo Barros, bispo reformado, é o grande incentivador das Escolas Paroquiais, coube-lhe organizar a vida religiosa na diocese de Curitiba, que abrangia os estados do Paraná e Santa Catarina.

Apontado várias vezes como exemplo a ser imitado na divulgação das Escolas Paroquiais, Dom José de Camargo Barros escreveu várias vezes sobre o assunto. Entretanto, no princípio a sua

---

(35) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Terceiro Synodo da Diocese de Florianópolis*, Florianópolis, s.ed., 1925, p. 51-52.

preocupação era mais com o ensino catequético-pastoral. É ao menos o que percebemos na sua Carta Circular de 1897 sobre o Ensino do Catecismo.

Afirma Dom José, neste documento:

"O espinho mais agudo que continuamente Nos crucia é contemplar a enorme, vasta e profunda ignorância religiosa em que jazem os nossos diocesanos, principalmente os nossos patrícios".<sup>(36)</sup> Para arrancar este espinho "basta que vos resolvais (os padres!) a cumprir o vosso dever de ensinar o catecismo em vossas paróchias, custe o que custar e a pregar a palavra divina a vossos parochianos".<sup>(37)</sup> "É preciso erradicar a ignorância religiosa pois ella é a brecha, pela qual entram em uma parochia, atropellada e confusamente, os emissários do protestantismo, do espiritismo, do atheísmo, do positivismo, enfim de todos os erros que falsificam a religião do povo; eis aqui uma das portas largas pelas quaes precipitam-se nos corações dos fieis todas as más paixões e lamentaveis desvarios".<sup>(38)</sup>

Continuando sua análise sobre o ensino do catecismo, constata que a situação não é tão tranquila assim, pois "não são mais numerosas do que os dedos das mãos as parochias em que as aulas de catecismo deixam algum resultado prático. Por conseguinte, em vista deste estado de cousas não é de admirar vêr-se o enorme atrazo em que se acha a religião nesta diocese".<sup>(39)</sup>

A partir desta constatação faz uma advertência ao clero:

"Com toda a franqueza vos dizemos agora: os Párochos e Curas d'almas que por si ou por outrem não quizerem ou não puderem cumprir este dever de pregação e do ensino do catecismo serão excluídos do corpo parochial".<sup>(40)</sup>

À 2 de março de 1900, Dom José de Camargo Barros publica

---

(36) Dom José de Camargo BARROS. *Carta Circular recomendando o ensino do Catecismo*. São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo. 1897. p. 3.

(37) Ibid., p. 4.

(38) Ibid., p. 9.

(39) Ibid., p. 10.

(40) Ibid., p. 4.

uma Carta Pastoral exclusivamente sobre as Escolas Paroquiais. Embora não seja a mais completa, é a mais importante, porque vai iniciar o processo de estabelecimento das Escolas Paroquiais no Paraná e Santa Catarina.

Deslumbrado com o número das Escolas Paroquiais nos países visitados na ocasião do Concílio Plenário Latino-Americano (Roma, 1899), Dom José tão logo voltou à sua Diocese, priorizou a obra da educação do povo. Percebeu que na Europa era natural a existência das Escolas Paroquiais.

Sinteticamente a Carta Pastoral aborda os seguintes aspectos:

- a) Catequese: louva os progressos conseguidos no ensino da catequese.
- b) Escolas Paroquiais: considera que é chegada a hora de imitar os irmãos da Europa e da América do Norte com a criação das Escolas Paroquiais tendo em vista a nova situação conjuntural em que vive a Igreja Católica.
- c) Fundamentação histórica: constata que as Escolas Paroquiais são apenas repetição do que já tem feito a Igreja primitiva mediante a atuação dos Santos Padres, mas que nesta diocese, ainda, é uma novidade.
- d) Associação de Santo Antônio: é um meio prático para ajudar na criação e sustentação das Escolas Paroquiais. A Carta Pastoral contém os Estatutos e Regimentos da referida Associação.<sup>(41)</sup>

O sucessor de Dom José de Camargo Barros, na diocese de Curitiba, foi Dom Leopoldo Duarte e Silva (1904-1908). Na nossa pesquisa não encontramos documentação que indicasse a preocupação de Dom Duarte com Escolas Paroquiais, no entanto, elas não deixaram de existir neste período.

---

(41) Id., Carta Pastoral sobre as Escolas Paroquiais, *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, s.ed., Anno I (3), 1900. p. 25-32.

Dom João Becker, primeiro bispo da nova diocese de Florianópolis, empenhou-se de modo enfático na divulgação e criação de Escolas Paroquiais. A segunda Carta Pastoral de Dom João é inteiramente dedicada a questão educacional. Foi escrita aos 12 dias do mês de outubro de 1909 e abrange basicamente o seguinte:

- a) Saudação aos seus diocesanos
- b) Escolas Paroquiais: Dom João Becker relata que na sua Visita Pastoral encontrou algumas Escolas Paroquiais dirigidas com zelo e dedicação pelos párocos, conforme as determinações e ordens emanadas do Concílio Plenário Latino-Americano e as Cartas Trienais da Província Eclesiástica Meridional.

Entretanto, considera insuficiente o seu número e por isso a publicação desta Carta Pastoral.

Na nova situação conjuntural em que vive a Igreja, compete aos Bispos e Sacerdotes promover e patrocinar a educação religiosa da infância e da mocidade.

Os pais são os educadores natos dos seus filhos, que devem receber no lar a primeira instrução, mas reconhece ser impossível completar-se a educação na família, e cabe a Igreja o direito sacrossanto e inalienável de completar a educação dos filhos.

Como não se pode separar a instrução do ensino religioso há a necessidade de se estabelecer e sustentar as Escolas Paroquiais.

- c) Sobre Educação: como o ser humano foi destinado a ter uma vida presente e uma vida sobrenatural, o menino deve ser educado segundo a doutrina de Jesus Cristo, de tal forma que se possa santificar neste mundo como digno instrumento divino, cooperando para o bem da sociedade humana e glória de Deus, e alcançar um dia, como herdeiro do céu, a vida eterna.

Educar, para Dom João Becker, significa conduzir o homem, pobre quanto ao corpo e a alma, de perfeição em perfeição, para que atinja, em toda a plenitude, a dignidade e nobreza divina que o Senhor lhe destina.

Desta forma, o homem deve ser educado não somente para o mundo, mas também para Deus e a eternidade, e nisto consiste a importância dessa missão, e sua incomparável dignidade.

- d) Sobre as Correntes Pedagógicas:

- 1) racionalismo pedagógico: tão orgulhoso quão pobre de idéias, pretende destruir a idéia do sobrenatural, negando o dogma do pecado original, a origem divina e o destino eterno do homem,

a existência e providência de Deus, a divindade de Jesus Cristo, bem como a missão salvadora da Igreja.

2) pedagogia humanista: impugna todo o sentimento cristão, ri dos pais que dizem aos seus filhos que o pão cotidiano é uma dádiva da benevolência de Deus, assim como quando declaram ser justo que o homem conserve sua saúde e fortaleza para melhor servir a Deus e cumprir seus deveres. Considera o procedimento da Igreja reprovável, quando ordena preces, para implorar a proteção do céu contra o perigo dos raios, da seca e terremotos, zombando da linguagem do povo fiel, que chama o trovão a voz de Deus.

3) pedagogia moderna: inspirando-se em tais princípios errôneos, sufoca nos meninos a fé nascente, os primeiros sentimentos sobrenaturais, os divinos germens da Religião.

Suscede, assim, que um menino, depois de frequentar alguns anos a escola, zomba de sua progenitora ao vê-la fazer o sinal da cruz, quando o relâmpago sulca as nuvens.

e) Reflexão sobre a debilidade moral dos homens em consequência da ausência de uma suprema norma de ação propagados pelas pedagogias anti-cristãs: não há Deus; nem alma imortal; nem distinção entre o bem e o mal; nem liberdade moral, nem responsabilidade; que o cérebro segrega o pensamento á semelhança de outras funções fisiológicas; que não há outro Deus que não seja aquele que cada homem para si forja.

Estas atitudes anti-cristãs fazem surgir as guerras, revoluções, mortes, discordias na famílias.

f) Jesus Cristo - Modelo da Educação: Um modelo da mais alta perfeição temos nós na pessoa excelsa de Jesus Cristo, Deus e homem simultaneamente. Ele possui todas as virtudes em grau infinito. Por isso torna-se mais fácil para o cristão a formação do caráter do que para qualquer outro que nunca teve a ventura de conter ao Senhor ou que teve a desgraça de o perder.

Vendo e estudando os meninos esse modelo sublime, recebem os mais salutares incitamentos. Seus corações, ainda não sujeitos ao domínio das paixões e acessíveis a todo o bem, guardam essas impressões durante toda a vida.

g) Fundamentação histórica das Escolas Paroquiais: a missão de instruir, a Igreja recebeu de Jesus Cristo e confiada aos apóstolos.

Por isso, vemos nos primórdios da Igreja escolas fundadas em Epheso por São João Evangelista, em Smyrna por São Polycarpo, em Alexandria, Antiochia e Constantinopla.

Em 1124, não havia na França uma cidade ou vila, que não tivesse aberta uma escola. Na diocese de Praga existiam em 1400 cerca de

640 Escolas Paroquiais. Em Paris, realizou-se, no anno de 1381, uma reunião escolástica, a quem compareceram 41 professores e 22 professoras de Escolas Paroquiais.

Na actualidade as Escolas Paroquiais se multiplicam em países como os Estados Unidos da América do Norte, Bélgica, Alemanha, Grã-Bretanha e a Índia.

- h) Apresenta uma Síntese do concílio Plenário Latino-Americano.
- i) Subvenção das Escolas Paroquiais a primeira obrigação de manter as escolas católica é dos pais. Não basta apenas o alimento corporal, os pais tem a obrigação de educá-los christãmente.

Recomenda a Associação de Santo Antônio, introduzida por Dom José de Camargo Barros.

E também as associações escolares (Schulvereine), às quais agradece o auxilio prestado à instrução popular.

Outros meios são: criação de Comissões protetoras da difusão do ensino cristão; sugere que os párocos aceitem subsídios pecuniários e material escolar oriundos do governo e sociedade estrangeiras sob a única condição de ensinar-se o idioma da respectiva nação com exclusão formal de qualquer ingerência na direção e fiscalização das mesmas escolas.

- j) Conclusão: pede a união de todos para que esta santa cruzada das Escolas Paroquiais frutifique.<sup>(42)</sup>

Voltaria a comunicar-se novamente sobre as escolas paroquiais em 12 de outubro de 1912 na sua Carta Pastoral de despedida. Na ocasião, anunciava que "o número das escolas parochiaes tem augmentado consideravelmente. Em fins de 1911 existiam 93 escolas catholicas com 5620 alumnos. É certo, porém, que no corrente anno cresceu o número das escolas parochiaes mais um pouco". (43)

Sobre o ensino diocesano se manifesta desta maneira na sua última Carta Pastoral como Bispo de Florianópolis:

---

(42) Dom João BECKER. *Carta Pastoral sobre Escolas Parochiaes*. Florianópolis, Typographia BRAZIL, 1909, p. 26.

(43) Dom J. BECKER. *Quinta e Última Carta Pastoral*, p. 10.



"Organizamos o Ensino Diocesano, vasado nos estatutos publicados em appendice á Pastoral Collectiva de 1910. Fundámos, e acha-se sob a direcção do projecto educacionista Padre Ambrosio Johanning, uma Escola Normal em Blumenau, com o poderoso auxílio dos revdos. Padres Franciscanos. Nomeamos uma Directoria do ensino de maneira que, de janeiro em diante, os professores parochiaes deverão competentemente habilitar-se e ser nomeados pela mesma Directoria.

Esta medida tornou-se necessaria, tanto para o preparo indispensavel de uma pessoa competente, como para eliminar e prevenir abusos; porque, exigindo a Auctoridade diocesana a criação de escolas parochiaes, corria-lhe o dever de zelar o seu bom funcionamento e prestigiar as mesmas.

Também as Irmans da Divina Providência preparam professores para o magistério particular e público.

Ellas abriram durante os ultimos quatro annos, uma escola em São Bento, Joinville, Itajahy, Santo Amaro, Laguna; tomaram a direcção do Asylo de Orphans e de uma escola gratuita annexa nesta Capital, fundaram um pequeno Hospital em Blumenau e uma residencia na Trindade; têm ao todo treze escolas e o collegio Sagrado Coração nesta cidade, equiparado ás escolas complementares do Estado; dirigem cinco Hospitais, inclusive o grande de Azambuja e têm ao todo vinte casas; outras escolas estão em via de fundação.

As Irmans Apostolas do Sagrado Coração de Jesus dirigem tres escolas, das quaes duas foram fundadas durante o Nosso tempo.

As Irmans da Immaculada Conceição têm só em Nova Trento duas escolas".(44)

Em 1914, Dom Joaquim Domingues de Oliveira assume a diocese de Florianópolis, e conforme anteriormente descrito no Primeiro e Segundo Sínodos Diocesanos, continuou o trabalho iniciado por Dom José de Camargo Barros e Dom João Becker. Entre as várias Cartas Pastorais de Dom Joaquim, somente a de 1921 é dedicada exclusivamente ao problema da educação. Intitulada "O Problema da Instrução", esta Carta Pastoral faz uma abordagem jurídica sobre o ensino da religião nas escolas oficiais e católicas, buscando nitidamente uma reaproximação entre Igreja e Estado, principal-

---

(44) Ibid., p. 16-17.

mente no que diz respeito à subvenção às escolas mantidas pela Igreja.

Em síntese, são estes os aspectos abordados na Carta:

- a) Saudação: o bispo relembra a recepção filial de 7 de setembro de 1914, na ocasião de sua chegada e tomada de posse.
- b) Importância da Instrução: Sem a instrução não há riqueza, não há prosperidade possível; como, para os próprios interesses da fé, pouco há a esperar da mente inculta, onde não trilha o sol dos mais indispensáveis conhecimentos humanos.

A indústria e o comércio dependem, em grande parte, da instrução. Um povo que vota, tem necessariamente, que ser um povo instruído.

- c) O direito da Instrução: o direito de ensinar não é munus público, e sim direito dos particulares, o qual não pode ser violado, mas apenas tutelado pelo Estado.

Os pais são, por direito natural, os educadores de seus filhos.

Não estando em condições de fazê-lo por si mesmos, podem recorrer a mestres à sua escolha, a quem confiam este cuidado e a quem, por este título, investem de uma parte de sua autoridade.

O Estado supre ou colabora. Como quer que seja, em ambos os casos, não trabalha para si.

Ao lado do Estado, pois, e por diferentes direitos, ensinam a família e a Igreja Católica.

- d) Igreja e Instrução: Desde já agradecemos a proteção que nos tem dispensado o Estado, e apontamos o seu exemplo à gratidão dos nossos queridos diocesanos.

Quanto à Igreja, ela não só tem o direito de erigir e organizar escolas para a instrução cristã e educação católica, senão ainda o de promover a difusão do ensino religioso, comum a quaisquer instituto de ensino.

O Estado não "confere", "garante", apenas, um direito pelo menos implicitamente reconhecido. Por que se, no art. 82 § 6, sanciona que - será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, entende, por aquelas palavras, os seus próprios estabelecimentos, sem restringir a liberdade dos particulares, nem os direitos e as prerrogativas da Igreja Católica.

Por isso a Igreja não interrompeu, um momento que fosse, o exercício de um direito imediatamente conferido pelo seu divino Fundador.

- e) Natureza da Instrução: Será a educação a ministrar-se nas refe-

ridas, não só física e cívica, mas ainda moral e religiosa, com noções de economia domestica e agricultura, enquanto possível. E mais destaquem-se elas (as escolas) pelo seu nível pedagogico e valor educativo eminentes.

- f) Instrução e ensino religioso: Não é por meio de uma instrução puramente científica, nem de noções vagas e superficiais da virtude, que crianças católicas sairão jamais da escola tais como a pátria as deseja e espera.

Assim como a educação da família é obra comum do pai e da mãe, assim a educação pública do povo deve emanar em comum da Igreja e do Estado. O ideal de uma boa educação reclama o seu concurso. A emancipação da escola, é em si mesma absolutamente má porque, irreligiosa.

- g) Instrução e Subvenção: Para a Igreja não é fácil manter as suas escolas, e eis que se torna necessário o concurso material o pecuniário dos particulares e, sobretudo, do Estado. E, justo e constitucional, não se lh'o tem recusado em nosso Estado.

A subvenção as escolas católicas, por parte do Estado, representa um economia aos cofres públicos, quer porque em geral, mais modestas são as exigências, ou menos prementes as condições dos respectivos professores.

Acresce que, uma vez subvencionadas, poderão as mesmas escolas ficarem submetidas a todas as leis oficiais, respeitadas, apenas, os principios da grande comunhão religiosa a que pertencem.

Conhecidos são os patrióticos intuitos dos governos em generalizar e popularizar sempre mais a instrução. Ora, a Igreja tem desejo de tomar parte desta obra.

- h) Outras Considerações: Cristã e instruída, a donzela tem de exercer, por via de regra, a sua atividade no seio da sua futura família. Esposa e mãe, e sem embargo das exigências de um extremo feminimo, o seu direito principal, ao qual se subordinam todos os mais direitos, tem que ser - o de saber dirigir e governar a sua casa. Nada a poderá desviar deste officio primordial. A mulher é rainha no lar doméstico, e mesmo quando dele se afaste, a ele deve dirigir não apenas seu afeto de mãe, senão também sua atenção de diretora.

Desigualdades sociais não as podemos destruir, nem podemos combater, porque são, quando legítimas, baseadas na natureza e ordenadas por Deus.

Aos pais de família ousamos, pois, lembrar a obrigação de concorrer para a difusão e manutenção das escolas onde tais ensinios se ministrem, e aqui lhes apontamos alguns meios ao seu alcance, tais como: donativos, subscrições, caixas, propaganda e matricu-

la de aluno.<sup>(45)</sup>

Estes documentos demonstram que a criação das Escolas Paroquiais, está intimamente ligada com as reformas empreendidas pelos Bispos brasileiros, em virtude da nova conjuntura política. Constituem-se, portanto, num fenômeno desencadeado pelo Episcopado para fazer frente ao avanço das tendências laicizantes e garantir de todas as formas a educação religiosa do povo.

---

(45) Dom Joaquim Domingos de OLIVEIRA, *Carta Pastoral o problema da instrução*, Florianópolis, Livraria Cisne, 1920. p. 21.

## 5 - AS ESCOLAS PAROQUIAIS

O surgimento das Escolas Paroquiais em Santa Catarina se insere no processo de re-estruturação da Igreja Católica que em virtude de seu rompimento com o Estado pela República, viu-se na obrigação de buscar seus próprios mecanismos de influência na sociedade, com especial atenção para a Educação.

Na tentativa de dar uma resposta a esta nova conjuntura, o Episcopado, juntamente com o clero e religiosos(as) empreenderam um enérgico esforço para impedir o estabelecimento de uma sociedade secularizada, e encontram no imigrante europeu um fecundo aliado.

Entretanto, esse fenômeno não se constitui num fato novo e "sui generis". Embora não tivéssemos acesso a uma bibliografia mais especializada sobre o assunto, alguns documentos episcopais buscam situar historicamente a origem das Escolas Paroquiais.

Na Carta Pastoral de 1900, sobre as Escolas Paroquiais, Dom José de Camargo Barros afirma que elas são oriundas na Igreja Primitiva. Escreve Dom José:

"Temos provas de que desde o primeiro século, São João Evangelista estabeleceu em Epheso uma escola, na qual elle mesmo instrua os meninos; São Polycarpo que em sua mocidade tinha sido seu discípulo imitou o seu exemplo, fundando uma escola em Smyrna; e não podemos duvidar que os mais santos Bispos fizeram a mesma cousa. Pois vemos, desde o segundo e terceiro séculos, escolas e bibliothecas, collocadas ao lado das egrejas e cathedraes. A escola de Alexandria tornou-se celebre pelos grandes homens que a frequentaram; Socrates falla daquela de Constantino-  
pla, na qual tinha estudado o Imperador Juliano. Bingham cita

dous canones do 69 Concílio Geral de Constantinopla, que mandam estabelecerem-se escolas gratuitas mesmo nas aldeias e recomendam que os padres tomem conta dellas".(1)

Em seguida continua:

"A escola popular era desconhecida no paganismo. Foram os monges que primeiro estabeleceram-n'a. Cada abbadia no tempo de Carlos Magno tinha, alem do gymnasio, uma ou mais escolas populares; os monges fundaram e muitas vezes mantinham á sua custa escolas junto as egrejas parochiaes, que iam formando dos neoconvertos. Esta é a origem das escolas parochiaes, pelas quaes a Igreja sempre tem mostrado o maior zelo e ciume, sabendo que, quem tem os meninos, tem o porvir nas mãos. Infelizmente alguns governos, sobretudo nos paizes latinos, têm expellido das escolas a influencia da Igreja, arrogando-se um direito que nem Deus, nem os paes jamais lhe deram ou podem dar..."(2)

Embora seja correto afirmarmos que a preocupação pela educação faz parte da tradição da Igreja Católica, também não é incorreto afirmarmos que esta preocupação assume um caráter mais incisivo, quando a Igreja enfrenta dificuldades que ameaçam sua hegemonia. Concretamente, para o Brasil, Dom José justifica essa afirmação:

"Em vista, pois, da nova situação que nos foi creada, não nos resta outro dever senão mettermos mão corajosa na grande obra das escolas catholicas. E isto não é novidade na historia da Igreja, não é um acréscimo no elencho dos nossos deveres; é apenas uma consequência, uma exigência natural da actual situação, em que a nova ordem de cousas nos collocou; é demais o exemplo que desde longos annos nos dão os catholicos daquelles paizes, que estão nas mesmas condições, em que presentemente nos achamos nós".(3)

Na verdade a empolgação de Dom José de Camargo Barros se deve ao fato de que na sua viagem pela Europa por ocasião do

---

(1) Dom José de Camargo BARROS, Carta Pastoral sobre as Escolas Parochiais, in: *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Anno I (3), 1900. p. 26.

(2) *Ibid.*, p. 27.

(3) *Ibid.*, p. 26.

Concílio Plenário Latino Americano em 1899, presenciou em vários países a existência dessas escolas. Cita a França, Estados Unidos (quatro mil escolas!), Alemanha, Bélgica, Holanda e Grã-Bretanha... (4)

Na perspectiva de um quadro evolutivo, distinguimos três períodos no desenvolvimento das Escolas Paroquiais em Santa Catarina.

#### 5.1 - A Primeira Fase (1890 - 1900)

Neste período, a ação da Igreja Católica em relação a educação é mais direcionada para uma catequização, ou seja, evangelização.

Primeiro, porque o "novo espírito romanizado" do Episcopado considerava as práticas da religiosidade popular como "ignorantes" e que precisavam ser substituídas por práticas que se enquadrassem dentro do espírito da reforma ou romanização. Era necessário, então, que o clero se preocupasse em re-catequizar seus fiéis, e por isso a insistência dos bispos com a catequese neste período.

"... é preciso que ensinem a doutrina cristã aos meninos e aos adultos, e de acomodá-la nos corações das crianças de maneira que amem a Deus e a religião". (5)

---

(4) Ibid., p. 27.

(5) EPISCOPADO BRASILEIRO. Pastoral Coletiva de 1890. Em: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. A igreja da república; *Coleção pensamento político republicano*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 67.

Segundo, porque a institucionalização do ensino leigo nas escolas assombrou o Episcopado. Doravante, os meninos e as meninas estavam como que "ovelhinhas sem pastor", expostos aos ataques dos pecados do modernismo e ateísmo. Tornava-se urgente uma ação da Igreja Católica para impedir o avanço do ateísmo e outras correntes filosóficas. E uma das formas que os bispos encontraram para afirmar a supremacia do religioso, foi intensificar as aulas de catequese.

Estas duas razões, além da situação como um todo das relações entre Igreja e Estado impulsionou de maneira radical o Episcopado a exigir uma ação conjunta do clero, na tentativa de organizar as "aulas" de catequese. O empenho foi tanto que a catequese se tornou o instrumento mais importante de evangelização neste período.

Particularmente para a Diocese de Curitiba, que abrangia também Santa Catarina, Dom José de Camargo Barros publica em 1897 também uma Carta Pastoral sobre o **Ensino do Catecismo**. Na introdução do referido documento desabafa lamentando o descaso em que se encontra o ensino da religião em sua Diocese e exige obrigatoriedade do ensino do catecismo nas Paróquias sob pena de ser excluído o Pároco que não cumprir esta determinação.<sup>(6)</sup>

Parece que este apelo surtiu efeito pois, se em meados de 1895 poderiam ser "contado nos dedos o número de paróquias dos

---

(6) Id., *Carta Pastoral sobre o Ensino do Catecismo*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1897. p. 3.



dois estados onde se mantinha aulas de catequese" (7) na virada do século o número era bem maior. No quadro abaixo temos uma visão da situação do ensino do catecismo no Estado de Santa Catarina que, convenhamos, não é tão excepcional.

**QUADRO Nº 6**  
**FREQUÊNCIA DOS CATECHISMOS**

Relatórios	Alunos
Florianópolis	517
Lages	256
Tubarão	170
Itajahy	140
Brusque	135
São Francisco	50
Garopaba	Falta nº
Joinville	300
São Pedro de Alcântara	Falta nº
S. Antonio	Falta nº
Blumenau	Falta nº
Santo Amaro	128
Laguna	30

Fonte: Boletim Eclesiástico, anno I, nº 1, 1900

Por outro lado observamos, também, que neste período surgiram alguns dos mais tradicionais colégios católicos do Estado. Entre eles, o Colégio Coração de Jesus, Colégio São José de Tubarão e Santo Antônio de Blumenau.

---

(7) Ibid., p. 5.

O quadro abaixo, nos indica um número aproximado de escolas católicas existentes até 1900:

**QUADRO Nº 7  
ESCOLAS CATÓLICAS**

Nº	Parochia	Localidade	Denominação	Fundação
1	Florianópolis	Cidade	Collegio Coração de Jesus	1898
2	Ascurra	Rio dos Cedros	Encruzilhada	1877
3	Ascurra	Baixo Pommeranos	Santo Antonio	1894
4	Ascurra	Meio Pommeranos	Caravaggio	1890
5	Ascurra	Caminho Tirolezes		1877
6	Blumenau	Cidade	Collegio Santo Antonio	1877
7	Blumenau	Cidade	Collegio Sagrada Familia	1895
8	Blumenau	Caminho das Areias	Santo Estanislaw	1878
9	Itayópolis	Linha Polonia	Escola Parochial	1895
10	Rodeio	Sede	Escola Parochial	1882
11	Rodeio	Rodeio nº 51	Escola Parochial	1888
12	Rodeio	Rodeio nº 32	Escola Parochial	1878
13	Rodeio	Rodeio nº 12	Escola Parochial	1875
14	Rodeio	Diamantina	Escola Parochial	1898
15	Rodeio	Pinheiro	Escola Parochial	1899
16	São Bento	Villa	Escola Parochial	1887
17	São Ludgero	Braço do Norte	Escola Parochial	1870

Fonte: Resenha Eclesiástica, Anno IX, 1921 (nº especial)

Obs : Os dados em branco, estão incompletos nos Relatórios Paroquiais.

Aqui cabe ressaltar que estas escolas originariamente não são denominadas Paroquiais. Posteriormente, a partir do momento em que a ação do Episcopado priorizou a difusão de escolas para o ensino da religião, estas também se inseriram no conjunto de escolas católicas com a denominação de Paroquiais.

A explicação para o surgimento das Escolas Católicas neste período (1890-1900), está vinculado à imigração de congregações religiosas (liberdade concedida na Constituição de 1891) e padres, principalmente alemães, em conformidade com o espírito da

reorganização da Igreja Católica no Brasil. Há de levar-se em consideração, o fato de que a Alemanha no século XIX viveu a experiência de ser modelo educacional da Europa, influenciando indiretamente na constituição de escolas para os imigrantes alemães, em virtude das deficiências do sistema educacional da Província e depois Estado de Santa Catarina. Esta situação, aliada aos seus próprios anseios de educação, obrigaram os imigrantes a buscarem uma organização própria. Isto transparece, por exemplo, em regiões como Blumenau, de origem alemã, e Rodeio, de origem italiana.

Para melhor situarmos a evolução das Escolas Paroquiais, fizemos um paralelo com o ensino da Instrução Pública Estadual. Conforme a pesquisa de Neide Almeida Fiori, sobre Aspectos da Evolução do Ensino Público no Estado de Santa Catarina, "os primeiros tempos do período republicano, o panorama geral da Instrução Pública Catarinense apresentava-se desolador"<sup>(8)</sup>.

Para ter-se uma idéia, em termos numéricos, apresentamos Relatório sobre a Instrução Pública, baseado no recenseamento de 31 de Dezembro de 1890.

---

(8) Neide Almeida FIORI, *Aspectos da evolução do ensino público*, Florianópolis, Secretaria da Educação, 1975. p. 87.

**QUADRO Nº 8**  
**MAPA GERAL DE ESTATÍSTICA ESCOLAR**  
**RECENSEAMENTO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1890**

! Nº !	! Municípios !	! Nº de Escolas !				! População !		! Nº de Alunos Matriculados !			! Frequência Geral !			! Escola !
		! Mas. !	! Fem. !	! Mix. !	! Tot. !	! Geral !	! 5-15 anos !	! Masc. !	! Fem. !	! Total !	! Mas. !	! Fem. !	! Total !	
! 1 !	! Capital !	! 11 !	! 10 !	! 13 !	! 34 !	! 26.359 !	! 5.271 !	! 704 !	! 522 !	! 1.226 !	! 501 !	! 401 !	! 902 !	! !
! 2 !	! São José !	! 8 !	! 7 !	! 13 !	! 28 !	! 28.658 !	! 5.731 !	! 567 !	! 410 !	! 977 !	! 426 !	! 324 !	! 750 !	! 3 !
! 3 !	! Garopaba !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 3 !	! 5.327 !	! 1.065 !	! 77 !	! 29 !	! 106 !	! 66 !	! 23 !	! 89 !	! !
! 4 !	! Laguna !	! 7 !	! 5 !	! 3 !	! 15 !	! 16.055 !	! 3.211 !	! 289 !	! 135 !	! 424 !	! 218 !	! 117 !	! 335 !	! 2 !
! 5 !	! Jaguaruna !	! 2 !	! 2 !	! !	! 4 !	! 3.691 !	! 738 !	! 20 !	! 17 !	! 37 !	! 12 !	! 17 !	! 29 !	! 2 !
! 6 !	! Imarúy !	! 1 !	! 1 !	! !	! 2 !	! 6.398 !	! 1.279 !	! 41 !	! 44 !	! 85 !	! 32 !	! 34 !	! 66 !	! !
! 7 !	! Ararangua !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! 4 !	! 10.616 !	! 2.123 !	! 38 !	! 24 !	! 62 !	! 30 !	! 20 !	! 50 !	! 1 !
! 8 !	! Tubarão !	! 2 !	! 2 !	! 6 !	! 10 !	! 21.208 !	! 4.241 !	! 226 !	! 128 !	! 354 !	! 165 !	! 84 !	! 249 !	! 3 !
! 9 !	! Lages !	! 3 !	! 3 !	! 2 !	! 8 !	! 14.964 !	! 2.992 !	! 91 !	! 71 !	! 162 !	! 70 !	! 54 !	! 124 !	! 3 !
! 10 !	! S.J. da Costa Serra !	! 1 !	! 2 !	! !	! 3 !	! 4.921 !	! 984 !	! 27 !	! 20 !	! 47 !	! 25 !	! 15 !	! 40 !	! 1 !
! 11 !	! Coritibanos !	! 2 !	! 2 !	! !	! 4 !	! 5.734 !	! 1.146 !	! 28 !	! 5 !	! 33 !	! 24 !	! 4 !	! 28 !	! 3 !
! 12 !	! Campos Novos !	! 2 !	! 2 !	! !	! 4 !	! 4.908 !	! 981 !	! 18 !	! 16 !	! 34 !	! 15 !	! 14 !	! 29 !	! 2 !
! 13 !	! Itajahy !	! 2 !	! 2 !	! 3 !	! 7 !	! 13.203 !	! 2.640 !	! 148 !	! 120 !	! 268 !	! 130 !	! 93 !	! 223 !	! 2 !
! 14 !	! Cambório !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 3 !	! 4.694 !	! 938 !	! 54 !	! 50 !	! 104 !	! 34 !	! 34 !	! 68 !	! !
! 15 !	! Brusque !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! 4 !	! 7.810 !	! 1.562 !	! 79 !	! 76 !	! 155 !	! 57 !	! 65 !	! 122 !	! 1 !
! 16 !	! Blumenau !	! 2 !	! 1 !	! 2 !	! 5 !	! 26.405 !	! 5.281 !	! 40 !	! 122 !	! 162 !	! 32 !	! 102 !	! 134 !	! 2 !
! 17 !	! São Francisco !	! 2 !	! 2 !	! 9 !	! 13 !	! 7.788 !	! 1.557 !	! 151 !	! 125 !	! 276 !	! 110 !	! 100 !	! 210 !	! 7 !
! 18 !	! Paraty !	! 3 !	! 2 !	! 2 !	! 7 !	! 6.565 !	! 1.313 !	! 66 !	! 53 !	! 119 !	! 51 !	! 42 !	! 93 !	! 4 !
! 19 !	! Joinville !	! !	! 1 !	! 7 !	! 8 !	! 13.860 !	! 2.772 !	! 206 !	! 253 !	! 459 !	! 160 !	! 192 !	! 352 !	! 4 !
! 20 !	! São Bento !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! 4 !	! 7.484 !	! 1.496 !	! 62 !	! 9 !	! 71 !	! 50 !	! 8 !	! 58 !	! 2 !
! 21 !	! São Miguel !	! 4 !	! 4 !	! 4 !	! 12 !	! 14.614 !	! 2.922 !	! 142 !	! 96 !	! 238 !	! 97 !	! 66 !	! 163 !	! 4 !
! 22 !	! Tijucas !	! 3 !	! 4 !	! 6 !	! 13 !	! 18.360 !	! 3.672 !	! 242 !	! 192 !	! 434 !	! 177 !	! 145 !	! 322 !	! 3 !
! !	! T O T A L !	! 60 !	! 57 !	! 78 !	! 195 !	! 269.622 !	! 53.915 !	! 3.316 !	! 2.517 !	! 5.833 !	! 2.482 !	! 1.954 !	! 4.436 !	! 49 !

Fonte: Diretoria Geral da Instrução Pública Offícios de Instrução Pública, 1891.

Obs : Os dados em branco, não constam nos Relatórios Paroquiais.

Uma rápida visão do quadro, nos aponta para um completo desleixo da Instrução Pública Catarinense. Se levarmos em consideração o número de alunos em idade escolar num total de 53.915 e o número de alunos matriculados 5.833, percebemos que somente 10.28% das crianças de Santa Catarina em idade escolar frequentam a Escola de Instrução Pública Estadual. Este número cai para 8.23% em relação à frequência. E se compararmos o número de escolas da capital com as do município de Blumenau, que estão com a

mesma densidade populacional notamos que a desproporcionalidade entre os mesmos é visível, 34 para 5 escolas. Entretanto, essa diferença se justifica pela dificuldade dos estabelecimentos de Ensino Público penetrarem em áreas de colonização, em virtude da língua. Por este motivo existiam inúmeras escolas particulares nestas áreas, além de escolas de outras confissões religiosas, como a Luterana, por exemplo.

Acompanhando o desenvolvimento das Escolas da Rede Pública Estadual, temos em 1896 um dado interessante. Quer dizer, seis anos depois houve um decréscimo no número de escolas e no número de crianças matriculadas no estado de Santa Catarina, em detrimento de um aumento da população.

**QUADRO Nº 9**  
**MAPA GERAL DE ESTATÍSTICA ESCOLAR**  
**RECENSEAMENTO DE 31 DE JULHO DE 1896**

! Nº !	! Municípios !	! Nº de Escolas !				! Nº de Alunos Matriculados !			! Freqüência Geral !		
		! Mas. !	! Fen. !	! Mix. !	! Tot. !	! Masc. !	! Fen. !	! Total !	! Mas. !	! Fen. !	! Total !
! 1 !	! Capital !	! 10 !	! 9 !	! 10 !	! 29 !	! 696 !	! 434 !	! 1.130 !	! 498 !	! 306 !	! 804 !
! 2 !	! São José !	! 2 !	! 2 !	! 9 !	! 13 !	! 238 !	! 155 !	! 393 !	! 171 !	! 113 !	! 284 !
! 3 !	! Garopaba !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 3 !	! 35 !	! 25 !	! 60 !	! 27 !	! 23 !	! 50 !
! 4 !	! Jaguaruna !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 3 !	! 42 !	! - !	! 42 !	! 24 !	! - !	! 24 !
! 5 !	! Laguna !	! 3 !	! 2 !	! 8 !	! 13 !	! 169 !	! 161 !	! 330 !	! 118 !	! 98 !	! 216 !
! 6 !	! Imaruhy !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! 4 !	! 42 !	! 33 !	! 75 !	! 32 !	! 27 !	! 59 !
! 7 !	! Tubarão !	! 2 !	! 1 !	! 7 !	! 10 !	! 151 !	! 71 !	! 222 !	! 117 !	! 57 !	! 174 !
! 8 !	! Ararangua !	! 1 !	! 1 !	! 5 !	! 7 !	! 62 !	! 37 !	! 99 !	! 41 !	! 24 !	! 65 !
! 9 !	! S.J. da Costa Serra !	! 1 !	! 1 !	! 1 !	! 3 !	! 27 !	! 16 !	! 43 !	! 20 !	! 11 !	! 31 !
! 10 !	! Lages !	! 2 !	! 2 !	! 3 !	! 7 !	! 121 !	! 86 !	! 207 !	! 70 !	! 60 !	! 130 !
! 11 !	! Coritibanos !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! 4 !	! 42 !	! 33 !	! 75 !	! 33 !	! 24 !	! 67 !
! 12 !	! Campos Novos !	! 1 !	! 1 !	! - !	! 2 !	! 25 !	! - !	! 25 !	! 20 !	! - !	! 20 !
! 13 !	! Biguassu !	! 2 !	! 2 !	! 5 !	! 9 !	! 180 !	! 152 !	! 332 !	! 121 !	! 105 !	! 225 !
! 14 !	! Tijucas !	! 2 !	! 2 !	! 7 !	! 11 !	! 291 !	! 156 !	! 447 !	! 201 !	! 111 !	! 312 !
! 15 !	! Camboriu !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! 4 !	! 50 !	! 44 !	! 94 !	! 34 !	! 25 !	! 69 !
! 16 !	! Itajahy !	! 1 !	! 1 !	! 5 !	! 7 !	! 197 !	! 100 !	! 297 !	! 141 !	! 80 !	! 221 !
! 17 !	! Brusque !	! 1 !	! 1 !	! 3 !	! 5 !	! 92 !	! 65 !	! 157 !	! 78 !	! 55 !	! 133 !
! 18 !	! Blumenau !	! - !	! - !	! 4 !	! 4 !	! 58 !	! 103 !	! 161 !	! 42 !	! 73 !	! 115 !
! 19 !	! Joinville !	! - !	! 1 !	! 4 !	! 5 !	! 290 !	! 241 !	! 531 !	! 221 !	! 180 !	! 401 !
! 20 !	! São Francisco !	! 1 !	! 2 !	! 3 !	! 6 !	! 141 !	! 105 !	! 246 !	! 102 !	! 77 !	! 179 !
! 21 !	! Paraty !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! 4 !	! 45 !	! 40 !	! 85 !	! 34 !	! 30 !	! 64 !
! 22 !	! São Bento !	! 1 !	! 1 !	! 3 !	! 5 !	! 15 !	! 41 !	! 56 !	! 11 !	! 32 !	! 43 !
! 23 !	! Nova Trento !	! 1 !	! 1 !	! 2 !	! 4 !	! 123 !	! 80 !	! 203 !	! 97 !	! 61 !	! 158 !
! 24 !	! Palhoça !	! 3 !	! 3 !	! 7 !	! 13 !	! 333 !	! 226 !	! 559 !	! 225 !	! 166 !	! 391 !
! T O T A L !		! 40 !	! 39 !	! 96 !	! 175 !	! 3.465 !	! 2.404 !	! 5.769 !	! 2.478 !	! 1.738 !	! 4.235 !

Fonte: Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, 31 de julho de 1896

As relações entre a Igreja e o Estado, nesta fase, se caracterizavam em Santa Catarina por uma atitude de enfrentamento mútuo, apoiado no aspecto legal da Constituição de 1891. Raros são os casos em que o Estado permitiu a ingerência de pessoas ligadas à Igreja nos negócios do Estado, como é exemplo o Pe. Frederico Trombock:

"Achando-se vaga a escola mixta de logar - Capella de São Ludgero - no município de Tubarão, proponho-vos que seja nomeado

para regê-la, effectivamente, o padre Frederico Trombock, independente de exame, attenta a condição do proposto".(10)

De maneira geral a atitude do Estado é de cumprimento da Carta Constitucional de 1891 que vedou o ensino da Religião dentro do horário escolar e proibia ao Estado de subvencionar as escolas católicas.

"... devo ponderar-vos que a lei nº 898, de 10 de abril de 1880, exige, que preceda á criação das escolas a audiência, não só das intendências ou Comarcas Municipaes, mas também dos respectivos parochos, disposição esta me parece hoje sem razão de ser, depois do Decreto da Separação da Igreja do Estado".(11)

Tal fato foi encarado pela Igreja Católica como um mal supremo: era praticamente o mesmo que deixar o povo na ignorância religiosa, inconcebível numa época em que o secularismo ameaçava instalar-se.

"Incluindo alguns professores públicos no pedido de objectos destinados aos alunos reconhecidamente pobres, cartilhas de Doutrina Cristã, tomei a deliberação de não mandar fornecer taes livros, por entender, que depois do decreto de 7 de janeiro último, do Governo Provisório, deve ser proibido nas escolas públicas o ensino de qualquer religião".(12)

Perante a irreversibilidade da situação, a Igreja teve que traçar novos planos e cobrir o vazio aberto pela laicização do ensino. Se a ênfase na catequese já se havia tornado uma constante, tornava-se necessário, contudo, ser mais eficiente. É dentro desta ótica que na virada do século o esforço do Episcopado é re-

---

(10) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. *Offícios da Instrução Pública*, 1897.

(11) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. *Offícios da Instrução Pública*, Jul-Set/1890.

(12) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. *Offícios da Instrução Pública*, Jan-Mar/1890.

dobrado na perspectiva do estabelecimento de Escolas Católicas.

Portanto, nesta primeira fase, as Escolas Católicas não usavam a denominação Paroquiais, as que surgiram são frutos do processo de reorganização da Igreja Católica incentivadas pela imigração europeia, que também considerava inevitável a criação de escolas para seus descendentes; o esforço do clero estrangeiro; e, o estabelecimento de Congregações Religiosas, como é o caso das Irmãs da Divina Providência. Estas escolas mais tarde foram absorvidas pelo processo de constituição das Escolas Paroquiais.

## 5.2 - A Segunda Fase (1900-1920)

A segunda fase se inicia com a Carta Pastoral de Dom José de Camargo Barros sobre as Escolas Paroquiais a 2 de março de 1900, onde manifesta publicamente o seu contentamento pelo trabalho realizado pelos Párocos em relação ao ensino do catecismo. Reconhece, baseado no Relatório (Quadro nº 6) citado anteriormente, que houve um grande avanço, mas ainda está bem longe de corresponder às grandes necessidades do momento.

Partindo desse pressuposto Dom José de Camargo Barros propõe um meio prático para o ensino do catecismo que,

"... se de um lado exige alguns sacrifícios, de outro lado é de uma eficácia soberana e duradoura. Viemos vos dizer que é chegado o momento de imitar os exemplos dos nossos irmãos da Europa e da América do Norte. Viemos vos fallar da necessidade e possibilidade de fundardes e manterdes em vossas freguezias escolas paroquiais, de ambos os sexos. Antigamente em nosso paiz não somente os padres podiam ir às escolas ensinar o catecismo, mas até os professores públicos eram obrigados a dar e davam este



ensino. Mas hoje expulsou-se da escola o ensino da religião, isolou-se, afastou-se completamente do pároco a infância de sua parochia! Que outro passo devemos dar, que outra coisa devemos fazer senão abriremos as nossas escolas?"(13)

E conclui dizendo:

" embora esta obra das escolas parochiais não seja uma novidade na vida social da Igreja, entretanto é forçoso confessar que é uma obra nova em nossa diocese".(14)

Paralelamente a esta afirmação de Dom José de Camargo Barros, encontramos uma publicação anunciando a existência das Escolas Paroquiais no Estado de Santa Catarina e Paraná. O Boletim Eclesiástico, de 5 de janeiro de 1900, da Diocese de Curitiba, anuncia:

"que já existem taes escolas na Diocese, devendo notar-se a freguezia de Blumenau, onde existem umas vinte! Em Curitiba, Florianópolis, Tubarão, Lages, Braço do Norte existem collegios catholicos, em que naturalmente o primeiro lugar é dado ao ensino da doutrina cristã. Em Castro, Palhoça e sem dúvida em outras paróquias estão em projectos escolas parochiais".(15)

Logo em seguida, no terceiro número da Resenha Eclesiástica, março de 1900, a relação de paróquias com Escolas Paroquiais estabelecidas é maior.

"Já estão fundadas e funcionando muito regularmente escolas parochiaes nas seguintes localidades: Curitiba, São José dos Pinhais, Castro, Lages, Blumenau (nesta ultima parochia, são 15 as escolas, assim distribuidas nas principaes capellas: Rodeio - duas, Pommerstrasse - duas, Jaraguá - duas, Guaricanas, São Paulo, Aquidabam, Garibaldi, Caminho Tirolesi, Rio Cedro, Indayal, Massaranduba, Braço do Norte e Sandweg) em Luiz Alves (nas Capellas de São Vicente, São João, 1º Braço do Norte), Gaspar (nas Capellas Belchior e Gasparino).

---

(13) Dom José de Camargo BARROS, *Carta Pastoral sobre as Escolas Parochiais*, p. 25-26.

(14) *Ibid.*, p. 28.

(15) DIOCESE DE CURITIBA. *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Anno I (1), 1900. p. 18.

Em todas estas escolas há diariamente aulas de catechismo ou historia bíblica; a inspecção e a suprema direcção quanto a escolha de professores, horário e matéria de ensino compete ao Vigário e aos seus Coadjuutores.

Quanto é bela e esperançosa esta organização! Que geração, instruída na Religião, forte na fé, exemplar nos costumes, podemos e devemos esperar destas abençoadas escolas!".(16)

Ainda em setembro do mesmo ano, o Boletim Eclesiástico aponta a existência de uma Escola Paroquial do sexo masculino, com 58 meninos, na localidade de Brusque.

"Mais da metade destes alunos pagam mil réis por mes que serve para ajudar o pagamento do professor que é um moço solteiro, de boa conducta e que reside com o próprio pároco de Brusque. Este faz, com prazer, o sacrificio de dar ao mesmo professor casa e mesa com os nobres fins de guardál-o dos perigos do mundo, de conservar o caráter genuinamente catholico da Escola e de amparar e elevar aos olhos dos meninos a auctoridade moral do mestre. O Revmo. Pároco espera obter do Governo Estadual para a sua Escola parochial o auxilio de 900\$000 annuaes, como desde muitos annos dá o mesmo Governo á Escola protestante. Nas colonias, há oito escolas municipaes catholicas, dirigidas pelo Parocho e subvencionadas pela Câmara Municipal e pelo Governo Estadual". (17)

O jornal **A Verdade** de Florianópolis, também publica euforicamente a criação de Escolas Paroquiais:

"José Boiteux iniciou no dia 4 do vigente na Escola Parochial de S. Antonio, um curso de Geografia. Estão matriculados 22 alunos".(18)

"Consta ao IMPARCIAL de Tijucas que brevemente fundar-se-á nessa villa uma Associação Cathólica que estabelecerá escolas, em diversos lugares da paróchia a fim de ministrar a instrução primaria aos meninos pobres".(19)

"Sabemos que, por todo o mez de julho será inaugurada na Villa da Palhoça, uma escola parochial. Para isso trabalham o respec-

---

(16) Id., Anno I (3), 1900. p. 18.

(17) Id., Anno I (9), 1900. p. 18.

(18) *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 12 abril 1903. p. 19.

(19) *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 03 maio 1903. p 22.

tivo vigário, Padre Leite, secundado pelos dedicados Srs. José Rodrigues Lopes, Major José Honório da Costa, Francisco Lehmkühl e Nicolau Tancredo".(20)

"Aos 17 do mez de janeiro do corrente anno, em Garcia, teve lugar a commovente festa da Primeira Comunhão. Oito alumnos de ambos os sexos, da ESCOLA PAROCHIAL, receberam pela primeira vez em seus corações, o Cordeiro sem mancha".(21)

Portanto, as Escolas Paroquiais, surgem explicitamente a partir do avanço do processo de romanização, instalação de um Estado leigo e a institucionalização do catolicismo no Estado de Santa Catarina. Sofreram um impulso considerável na virada do século com a realização do Concílio Plenário Latino-Americano, ocasião em que Dom José de Camargo Barros esteve em contato com países onde já existiam estas Escolas. Este concílio definiu pela primeira vez normas conjuntas para o Episcopado do continente, entre elas a ênfase na educação dos paroquianos como forma de resguardar os seus fiéis dos ataques das correntes modernistas da época.

Nos primeiros dez anos do século XX, o desenvolvimento das Escolas Paroquiais em Santa Catarina, ainda sob a influência do Bispado de Curitiba, aconteceu de maneira esparsa e sem uma organização que acompanhasse de perto estas escolas. O grande responsável era o vigário, e a organização era paroquial.

O jornal **A Verdade** publica, uma fonte importante que comprova a influência do vigário na criação de Escolas Paroquiais. É o caso da Paróquia de São Pedro de Alcântara:

---

(20) *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 21 junho 1903.  
p. 29.

(21) *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 07 fevereiro 1904.  
p. 62.

"Com estes estatutos foram fundados no anno passado (1902) na Paróchia de S. Pedro de Alcântara 11 escolas parochiaes.

1. Escola IIª de S. Pedro com 13 alumnos, professor Sr. J. Knoll, funcionando em uma casa que pertence ao Sr. Mathias Schweitzer.
2. Escola da Varginha com 29 alumnos professor Sr. M. Junckes, tem casa própria.
3. Escola do Cubatão, com 39 alumnos, professor Sr. E. Prim, têm terreno próprio, o edificio para a escola está em obra.
4. Escola de Pagará, com 20 alumnos, professor o Sr. Antonio Francisco da Silva, funciona em casa pertencente ao Sr. H. Stein.
5. Iª Escola da Fazenda, com 18 alumnos, professor Sr. Luiz Francisco da Silva, funciona em casa pertencente ao Sr. Stein.
6. IIª Escola da Fazenda, com 23 alumnos, professor Sr. José Custódio Dutra, funciona em casa pertencente ao Sr. H. Stein.
7. Escola de Louro (Biguassú) com 22 alumnos, professor Sr. A. Weber, a casa própria está em obra.
8. Escola de Rachadel (Biguassú), com 40 alumnos, professor Sr. M. Zimmermann, tem terreno próprio, a casa está em obra.
9. Escola de Faria (Biguassú), com 31 alumnos, professor Sr. P. Franzener, tem casa própria em terreno próprio.
10. Escola do Egypto (Biguassú), com 18 alumnos, professor Sr. J. Schmitz, tem terreno próprio, a casa está em obra.
11. Escola da Inglaterra (Biguassú), com 48 alumnos, professor Sr. C. Süler, a casa está em obra.

Essas 11 escolas parochiaes tem em tudo 293 alumnos.

Além d'estas estão funcionando na paróchia 2 escolas publicas com 60 alumnos que todos os dias fora das horas de expediente, tem licção de doutrina cristã."(22)

Outro fato importantíssimo neste período, é a estratégia concebida por Dom José de Camargo Barros para criar e difundir as

---

(22) *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 25 janeiro 1903.  
p. 8.

Escolas Paroquiais: a Associação de Santo Antônio. Considerada pelos Bispos como exemplo para todo o país, a Associação de Santo Antônio passa a ser a base de sustentação dessas escolas.

Criada com o intuito de fornecer aos párocos os recursos materiais para manutenção e prosperidade das escolas, a Associação de Santo Antônio, é assim definida por Dom José:

"não é um parto de nossa imaginação, é uma adaptação da grande Obra de São Francisco de Salles, fundada em Paris para a conservação e propagação da fé, aprovada pela Santa Sé e já espalhada em toda a França". O nome de Santo Antonio é devido ao fato de que o mesmo é já muito venerado entre os brasileiros e, sobretudo, no curto período de nosso Episcopado, já devemos à intercessão deste amável e extraordinário Santo alguns favores e graças espirituaes e temporaes, por isso o escolhemos para o protector principal de nossa Associação, e temos plena confiança de que acalentada pela efficaz proteção deste poderoso Santo nascerá vigorosa e progredirá fortemente".(23)

Além da criação da Associação de Santo Antonio para a manutenção das Escolas Paroquiais, Dom José propõe ainda um outro meio, seguro e certo, de aumentar as escolas. Escreve em sua Carta Pastoral:

"Procurae logo adquirir uma bella imagem de Santo Antonio, (estatua ou ao mesmo tempo oleographia) que conservareis sempre no meio de flores, luzes e outras manifestações de piedade e devoção para este grande Santo. Ao seu lado collocareis uma caixinha, bem fechada e dividida interiormente em duas partes e com estas palavras: Esmolas - Graças, correspondendo a estas duas partes e com duas aberturas, por onde serão lançadas dentro da caixinha as graças pedidas e alcançadas por intercessão de Santo Antonio e as esmolas dadas; ou então duas caixinhas, uma para as Graças, outra para as Esmolas."(24)

A aceitação e o desenvolvimento desta Associação deu-se rapidamente. É o que demonstram os relatórios paroquiais.

---

(23) Dom José de Camargo BARROS, *Carta Pastoral sobre as Escolas Parochiais*, p. 29.

(24) *Ibid.*, p. 30.

"Como o grão de mostarda, de que nos falla o Evangelho, vae germinando e crescendo nesta diocese com uma facilidade prodigiosa a recente Associação de Santo Antonio".(25)

"... em Joinville, onde entre numerosos socios, conta já tambem alguns socios beneméritos e grande numero dos que contribuíram com as annuidades integraes de 5 annos; em Therezópolis, onde se fez a installação solemne com missa cantada e sermão e tem grande numero de socios e zeladores".(26)

"Florianópolis - A Associação de Santo Antonio está fundada nesta parochia; já mantem uma escola parochial nocturna com 70 alumnos, dirigida pelo activo Zelador do Apostolado, Sr. João Peixoto e no dia 19 do corrente (julho) devia ser inaugurada outra escola parochial diurna".(27)

"Brusque - A Associação de Santo Antonio está constituida e funcionando regularmente sob a direcção do Parocho, auxiliado pelos professores, como zeladores".(28)

Estes relatos mostram que as Escolas Paroquiais e a Associação de Santo Antônio tiveram um desenvolvimento muito rápido em determinadas localidades do Estado. Outro dado importante, relacionado às Escolas Paroquiais é a figura do Bispo, pois a difusão e a criação destas escolas estão ligadas à sua atuação. Até 1904, ano em que Dom José de Camargo Barros foi transferido para São Paulo encontramos vários documentos e relatórios sobre as Escolas Paroquiais, ao passo que no período governado por Dom Leopoldo Duarte e Silva permaneceu uma incógnita.

A criação da diocese de Florianópolis, e a posse de Dom João Becker em 12 de outubro de 1908, deu um novo impulso na organização dessas escolas. Organizou-se o ensino diocesano confor-

---

(25) DIOCESE DE CURITIBA. *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Anno I (4), 1900. p. 66.

(26) *Ibid.*, p. 66.

(27) DIOCESE DE CURITIBA. *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Anno I (7), 1900. p. 81.

(28) *Id.*, Anno I (9), 1900. p. 18.

me os estatutos publicados no IQ Sínodo Diocesano celebrado em 1910. Fundou-se também a (Escola Normal de Blumenau) para a formação dos professores paroquiais.

Para estas duas funções, o bispo Dom João Becker designa:

"por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica faz saber que attendendo á capacidade, lettras, virtudes e mais partes que concorrem na pessoa do rev. Sr. Padre Fr. Nicodemos Grundhoff, havemos por bem de o nomear, como pela presente Nossa Provisão o Nomeamos, Director do Ensino Diocesano de accordo com o respectivo Regulamento Geral, publicado em apêndice á Carta Pastoral Collectiva de 1910... Recomendamos aos rvs. Sacerdotes desta Diocese e a quem de direito que obedeçam promptamente ás ordens e avisos que o mesmo rv. Senhor lhes dêr no exercício de suas funções e em cumprimento de seus deveres, para que bem se organize o ensino diocesano, obra de alevantado alcance religioso e social... fazemos saber que attendendo á capacidade, lettras, virtudes e mais partes que concorrem na pessoa do rev. sr. Padre Frei Ambrosio Johanning, Havemos por bem de o nomear, como pela presente Nossa Provisão o Nomeamos, Director da Escola Normal Diocesana, com séde em Blumenau, de accordo com o estatuido pelo regulamento geral do Ensino Diocesano, publicado em appendice á Carta Pastoral Collectiva de 1910, o qual cargo servirá bem e fielmente, como convêm ao serviço de Deus e da sua Egreja. Dada e passada na Camara Episcopal de Florianópolis, sob nosso signal e Sello de Nossas Armas, aos 18 de Maio de 1912".(29)

A preocupação de Dom João com o ensino resultou também na publicação de uma Carta Pastoral, além de um controle mais efetivo sobre as Escolas Paroquiais, tanto que a partir deste momento torna-se possível a elaboração de relatórios quase que anuais sobre a situação destas escolas no Estado de Santa Catarina.

O primeiro relatório encontrado foi de 1910, publicado na Resenha Eclesiástica de dezembro de 1911. De uma forma geral podemos dividir estes relatórios desta segunda fase em dois grupos. O primeiro de 1910 à 1914 e o segundo de 1915 à 1920.

---

(29) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Anno II (1), 1912. p. 56-57.

Os anos de 1910 à 1914, é o período em que há o maior desenvolvimento das Escolas Paroquiais. Este acréscimo está diretamente relacionado ao empenho de Dom João Becker, além de constar como uma obrigação do clero, conforme IQ Sínodo Diocesano de Florianópolis. Esta ação conjunta fez com que em 1914 existissem 130 Escolas Paroquiais em Santa Catarina, número pouco menor do que as Escolas de Instrução Pública Estadual, que em 1910 possuía apenas 187 estabelecimentos.

Na concepção de Dom João Becker, a educação religiosa do povo não podia estar desvinculada da instrução. Como o Estado propunha um ensino leigo, o Bispo considera imprescindível que a Igreja auxilie às famílias católicas a dar uma educação não só para o mundo mas também para Deus.

Durante o período de Dom João Becker, temos a seguinte evolução das Escolas Paroquiais.



QUADRO Nº 10  
RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS  
- 1910 -

Nº	Paróquias	Nº Escolas	Alunos
1	Blumenau	15	525
2	Braço do Norte	5	312
3	Brusque	10	416
4	Cresciuma	5	234
5	Curitibanos	1	30
6	Desterro	4	480
7	Gaspar	3	147
8	Itajay	2	98
9	Joinville	2	301
10	Lages	3	247
11	Nova Trento	4	140
12	Rodeio	11	960
13	Santo Amaro	2	82
14	São Bento	1	116
15	São José	1	25
16	São Pedro de Alcantara	2	60
17	Terezópolis	4	93
18	Urussanga	1	90
19	Vargem do Cedro	3	100
T O T A L		79	4456

Fonte: Resenha Eclesiástica I (10): 158-159, Dezembro de 1911.

**QUADRO Nº 11**  
**RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1913 -**

Nº	Paróquias	Nº Escolas	Alunos
1	x Ascurra	3	110
2	x Blumenau	11	337
3	Braço do Norte	6	318
4	Brusque	7	420
5	Campo Alegre	1	120
6	Cocal	1	84
7	Crescuma	6	239
8	Desterro	5	620
9	Gaspar	3	101
10	Itajahy	4	250
11	Jaraguá	1	60
12	Joinville	2	320
13	Lages	2	310
14	Laguna	1	98
15	Massaranduba	6	148
16	Nova Trento	4	180
17	Porto Belo	1	42
18	Porto Franco	4	196
19	Rio dos Cedros	8	226
20	Rio Vermelho	2	76
21	Rodeio	7	220
22	São Pedro de Alcantara	5	136
23	Santo Amaro	1	98
24	São Bento	1	120
25	São José	1	83
26	São João Batista	2	48
27	Terezópolis	6	140
28	Tijucas	1	51
29	Tubarão	1	110
30	Urussanga	2	103
31	Vargem do Cedro	1	40
<b>T O T A L</b>		<b>107</b>	<b>5455</b>

Fonte: Livro Tombo do Bispado de Florianópolis (1900-1914).

**QUADRO Nº 12**  
**RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1914 -**

Nº	Paróquias	Nº Escolas	Alunos
1	Azambuja	2	74
2	Blumenau	7	531
3	Braço do Norte	10	433
4	Brusque	8	398
5	Cocal	3	110
6	Coração de Maria	2	700
7	Cresciuma	8	259
8	Desterro	4	1083
9	Gaspar	4	115
10	Itajahy	3	260
11	Jaraguá	11	250
12	Joinville	1	333
13	Lages	2	210
14	Laguna	1	115
15	Massaranduba	5	110
16	Nova Trento	8	260
17	Porto Franco	4	142
18	Rio dos Cedros	10	282
19	Rio Vermelho (Cur.)	2	56
20	Rodeio	9	430
21	Santo Amaro	4	174
22	São Bento	1	135
23	São Francisco	1	180
24	São João Batista	1	64
25	São José	1	70
26	São Miguel	1	30
27	São Pedro de Alcantara	5	92
28	Terezópolis	6	168
29	Tubarão	2	18
30	Urussanga	3	10
31	Vargem do Cedro	1	6
<b>T O T A L</b>		<b>130</b>	<b>7098</b>

Fonte: Resenha Eclesiástica V (1): 66-67, Maio de 1915.

Foi justamente no último ano em que Dom João Becker esteve à frente da Diocese de Florianópolis, que registrou-se o maior número de Escolas Paroquiais. Não estava mais como Bispo da Diocese, e sim como Administrador Apostólico, serviço que desempenhou até aos 7 de setembro de 1914, data de posse de Dom Joaquim

Domingues de Oliveira.

Portanto, os quadros acima nos dão uma visão em termos numéricos das Escolas Paroquiais de 1910 à 1914. Além desse esforço na criação de Escolas Paroquiais, houve também a preocupação de Dom João Becker em estruturar este conjunto de escolas. Em primeiro lugar, percebendo a falta de professores, ou despreparados, incentivou a criação de uma escola Normal em Blumenau onde fosse possível o aprimoramento intelectual e religioso. Depois, criou uma Diretoria do Ensino de forma que os professores paroquiais deveriam habilitar-se junto a esta diretoria para lecionar. Esta medida foi necessária a fim de garantir um professorado competente e se prevenir de possíveis abusos que fossem denegrir o posicionamento da Igreja.

Outro dado que merece ser observado é a localização das Escolas Paroquiais. Os locais, no caso paróquias, com maior número de escolas estão de uma ou outra forma ligadas ao fenômeno da imigração européia, com maior incidências nas regiões, principalmente alemã e depois italiana. Em 1910, por exemplo, existiam 15 Escolas Paroquiais em Blumenau, 10 em Brusque, 3 em Vargem do Cedro e 4 em Terezópolis, locais onde a população é praticamente toda ela de origem germânica. Cabe, também ressaltar que nestas paróquias havia um clero da mesma origem, que formados dentro do espírito da obrigatoriedade da alfabetização e educação reinante na Alemanha no século XIX, consideravam inaceitável o estado de abandono em que se encontravam seus ex-patícios. O mesmo acontece em regiões de predominância italiana, como Nova Trento que possuía 4 escolas em 1910 e Rodeio com 11 escolas.

Tem influência nesta questão, o fato do ensino promovido pelo estado, ser em língua nacional, o que dificultava a penetração de escolas de Instrução Públicas nas Zonas Coloniais. Essa questão seria uma das mais discutidas e controvertidas nos anos subseqüentes e que causaria sérios atritos entre a Igreja e o Estado. Posteriormente, o Governo do Estado vai desenvolver programas de nacionalização das regiões coloniais, que vão influenciar de maneira decisiva na evolução das Escolas Paroquiais.

A partir de 1915, os Relatórios Paroquiais indicam uma diminuição do número de Escolas Paroquiais em relação aos cinco anos precedentes.

QUADRO Nº 13  
RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS  
- 1915 -

Nº	Paróquias	Nº Escolas	Alunos
1	Ascurra	1	30
2	Azambuja	2	75
3	Blumenau	9	374
4	Braço do Norte	8	397
5	Brusque	8	393
6	Cocal	1	42
7	Cresciuma	7	240
8	Desterro	4	853
9	Gaspar	3	110
10	Itajahy	3	240
11	Jaraguá	9	250
12	Joinville	1	350
13	Lages	2	288
14	Laguna	1	190
15	Massaranduba	6	125
16	Nova Trento	5	190
17	Porto Franco	4	142
18	Rio dos Cedros	9	250
19	Rio Vermelho (Cur.)	2	60
20	Rodeio	7	310
21	Santo Amaro	4	162
22	São Bento	1	138
23	São João Batista	1	40
24	São José	1	54
25	São Pedro de Alcantara	5	110
26	Terezópolis	6	152
27	Tijucas	1	60
28	Tubarão	2	170
29	Urussanga	3	108
30	Vargem do Cedro	1	39
T O T A L		117	5942

Fonte: Resenha Eclesiástica V (1): Maio de 1915.

**QUADRO Nº 14**  
**RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1916 -**

Nº	Paróquias	Nº Escolas	Alunos
1	Azambuja	2	90
2	Blumenau	11	522
3	Braço do Norte	1	166
4	Brusque	10	381
5	Canoinhas	2	101
6	Cocal	3	150
7	Coração de Maria	2	850
8	Cresciuma	3	75
9	Desterro	4	920
10	Gaspar	4	132
11	Itajahy	3	290
12	Jaraguá	2	150
13	Joinville	1	400
14	Lages	2	284
15	Laguna	1	110
16	Massaranduba	4	105
17	Nova Trento	6	230
18	Porto Franco	3	173
19	Rio Fortuna	4	125
20	Rio dos Cedros	6	196
21	Rio Vermelho (Cur.)	2	56
22	Rodeio	4	126
23	Santo Amaro	4	142
24	São Bento	1	130
25	São Francisco	1	155
26	São João Batista	1	48
27	São José	2	105
28	São Miguel	3	153
29	São Pedro de Alcantara	5	94
30	Terezópolis	6	176
31	Tubarão	3	160
32	Urussanga	3	100
33	Vargem do Cedro	1	35
<b>T O T A L</b>		<b>110</b>	<b>6930</b>

Fonte: Resenha Eclesiástica VII (2): 8-11, Maio de 1918.

**QUADRO Nº 15**  
**RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1918 -**

Nº	Paróquias	Nº Escolas	Alunos
1	Azambuja	2	175
2	Blumenau	8	572
3	São Ludgero	1	170
4	Brusque	1	167
5	Canoinhas	1	74
6	Capivari	2	37
7	Crescuma	2	75
8	Gaspar	3	138
9	Iracema	3	210
10	Itajahy	3	135
11	Itaiópolis	5	253
12	Jaraguá	1	115
13	Joinville	1	50
14	Lages	2	150
15	Laguna	1	114
16	Mafra	3	52
17	Massaranduba	4	110
18	Nova Trento	2	185
19	Porto Franco	3	189
20	Porto União	1	130
21	Rio Vermelho	2	40
22	Rodeio	6	320
23	São Bento	5	372
24	São Francisco	1	130
25	São Pedro de Alcantara	5	
26	Santo Amaro	4	177
27	Terezópolis	1	
28	Urussanga	3	100
T O T A L		76	4240

Fonte: Pasta de Relatório Parochiais do ano de 1918.

Obs : Os dados em branco, não constam nos Relatórios Paroquiais.



**QUADRO Nº 16**  
**RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
- 1919 -

Nº	Paróquias	Nº Escolas	Alunos
1	Ascurra	9	310
2	Blumenau	8	616
3	Brusque	1	180
4	Canoinhas	1	61
5	Cresciuma	1	52
6	Cocal	1	60
7	Florianópolis (N.S.Desterro)	4	475
8	Florianópolis (Cor. de Maria)	2	750
9	Gaspar	3	110
10	Iracema	3	56
11	Itajahy	1	70
12	Itaiópolis	6	244
13	Jaraguá	1	130
14	Joinville (São Francisco)	1	350
15	Lages	2	120
16	Laguna	1	116
17	Mafra	3	106
18	Massaranduba	4	100
19	Nova Trento	2	139
20	Palmas (P.C)	1	82
21	Porto Franco	3	241
22	Porto União	1	140
23	Rio Vermelho	2	60
24	Rodeio	8	390
25	Santo Amaro	2	156
26	São Bento	1	180
27	São Bonifácio	1	16
28	São Francisco	1	150
29	São José	2	72
30	São Ludgero	1	146
31	Tijucas	1	150
32	Tubarão	1	120
33	Urussanga	4	114
34	Vargem do Cedro	1	45
<b>T O T A L</b>		<b>84</b>	<b>6107</b>

Fonte: Resenha Eclesiástica, X, 1920.

O que fica evidente nestes últimos quadros (1915-1919) é uma crise das Escolas Paroquiais. Associamos este fato principalmente à três causas.

Primeiro, com a mudança no Episcopado de Santa Catarina, passando de Dom João Becker para Dom Joaquim Domingos de Oliveira, houve também uma nova maneira de conceber o papel da Igreja na sociedade, ou seja, os passos de Dom Joaquim nos revelam sua convicção inelutável de que a religião - que para ele era a católica - era o baluarte da civilização, a mãe ímpar da verdade, da justiça e da virtude. Não alimenta dúvidas de que cabe ao Estado estabelecer e garantir a realização dos preceitos religiosos. Se o Estado existe para garantir o bem - e o maior bem é Deus - é de seu dever, portanto, garantir a religião dos cidadãos. Concepção de Igreja que situa-se no âmbito da Igreja da Cristandade.

Segundo, os conflitos resultantes da Iª Guerra Mundial. O governo, fiel à sua política de nacionalização, viu-se obrigado a fechar escolas onde se ensinava em língua estrangeira, situação em que se encontrava grande parte das Escolas Paroquiais.

Quanto à influência da Iª Guerra Mundial é digno de nota o seguinte registro:

"Em consequência da guerra mundial, em que o Brasil declarou a guerra ao império da Alemanha, foram fechadas muitas escolas parochiaes e dadas novas leis sobre a abertura e instalação de escolas particulares. Por causa disto diminuiu-se muito o número das escolas parochiaes".(30)

---

(30) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Estatística das Escolas Paroquiais 1918-1921*, Florianópolis.

Desta forma, a partir da Iª Guerra Mundial, o conflito entre a Igreja e o Estado se desdobra e adquire tendências nacionalistas. O ensino em língua vernácula para os imigrantes foi proibido a partir de 1917, com a possibilidade do fechamento das escolas em que se lecionasse em língua estrangeira.<sup>(31)</sup>

Concretamente, o governo brasileiro e mesmo o estadual não tinham demonstrado o mínimo de interesse pela instrução na colônia. Pois, nas regiões de colonização italiana era o consulado deste país quem mantinha as escolas.

"... o Sr. Hypolito Boiteux pede exoneração do cargo de chefe Escolar de Nova Trento, e declara que, como brasileiro, não pode vêr transformado em burgo italiano o município onde reside, aventando, ao mesmo tempo, a extinção de todas as escolas do mesmo município, visto o governo da Itália pagar a instrução do município".<sup>(32)</sup>

Na onda nacionalista, preferem-se fechar as escolas, a permitir o ensino na língua estrangeira.

"... relativamente ás escolas de Blumenau, levo ao vosso conhecimento que o chefe escolar d'aquela município acaba de comunicar-me que foram hontem fechadas as escolas allemãs da sede, constando-lhe haveram já sido dadas ordens rigorosas para o fechamento das do interior".<sup>(33)</sup>

O nacionalismo xerófobo, coloca em campos adversários os que anteriormente trabalhavam juntos:

"... não só esse audacioso desacatou a professora na propria casa da escola, como levou a protervia ao ponto de ameaçar o Brasil com os navios de guerra allemães e indemnisações impostas pelo governo allemão, indemnisações que o Brasil, não podendo

---

(31) Lei nº 1187 de 5 outubro de 1917, que estabelece disposições sobre o Ensino Privado.

(32) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, *Offícios da Instrução Pública*, 1916.

(33) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, *Offícios da Instrução Pública*, 1916.

pagar, seriam satisfeitas com a parte do territorio nacional, accrescentando que em São Bento seria prohibido fallar-se outra língua que não a allemã".(34)

No que diz respeito directamente as Escolas Paroquiais, temos os seguintes registros:

"...me dirigiu a professora de S. Bento, Martha Tavares Alves, relativamente ao incorrectissimo procedimento que para com ella teve o padre Director da Escola Parochial d'ali, querendo impor a sua vontade á mesma professora e ameaçando-a ainda.". (35)

"Levo ao vosso conhecimento o incluso officio de hoje, do Chefe Escolar de Biguassú, relativamente ao incorrecto procedimento do Padre Hubert Hothers, que promove o isolamento das escolas publicas do municipio, offerecendo embaraços á matricula".(36)

"Em Jaraguá está o padre Schüller desobedecendo á ordem do fechamento da escola parochial; em Tijucas o padre Slater faz propaganda contra a matricula no Grupo Escolar".(37)

"O clero estrangeiro tem sido desde muito um dos mais perigosos factores da desobediência ás leis e regulamento relativos á instrucção publica, servindo-se de todos os meios --- desde os pedidos de porta em porta aos pais das crianças, até ao uso do pulpito para ameaçar com as penas do inferno aos que se matricularem nas escolas leigas, por que taes escolas são casas do diabo! De dia para dia surgem em quasi todos os pontos propaganda de vigários ---que amesquinham o sacerdócio fazendo-se arautos de seducções --- com o fim exclusivo de despovoarem as escolas leigas, que são gratuitas, em favor de escolas parochiaes, onde não há matriculas sem pagamento".(38)

Chamou-nos atenção, o fato de que Dom Joaquim em nenhum momento saiu em defesa das Escolas Paroquiais, o que significa condenar a maioria destas escolas ao abandono.

---

(34) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, *Offícios da Instrucção Pública*, nº 1102, 1918.

(35) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, *Offícios da Instrucção Pública*, nº 1964, 02/09/1918.

(36) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, *Offícios da Instrucção Pública*, nº 1534, 1918.

(37) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, *Offícios da Instrucção Pública*, 1918.

(38) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, *Offícios da Instrucção Pública*, 1919.

Não conseguimos estabelecer um número exato de Escolas Paroquiais que foram fechadas por causa deste conflito internacional, entretanto, os documentos acima e uma observação atenta aos relatórios das Escolas Paroquias evidenciam a influência do mesmo sobre as essas escolas.

E por último, em virtude da "reforma Orestes Guimarães" (1911-1915) o sistema de Instrução Pública iniciou uma fase de expansão de seus estabelecimentos, além de perseguir uma política de nacionalização, com a abertura de Escolas Estaduais em áreas de colonização.

Torna-se importante lembrar que no começo do século o sistema de Ensino Estadual, atravessava uma crise profunda, atribuída segundo Neide Almeida Fiori:

"...a uma redução geral nos vencimentos de todo o funcionalismo público estadual. Este fato fez com que só permanecessem no magistério, os velhos, os doentes que não queriam perder direitos já legalmente adquiridos e os professores que não tinham possibilidades de obter outro emprego. Assim, compreende-se que o governo constatasse que os professores cuidavam "mais da lavoura ou do comércio do que das obrigações de perceptores da mocidade". (39)

---

(39) N. A. FIORI, *Aspectos da evolução do ensino público*, p. 90.

Portanto, essa situação caracterizada por Neide Almeida Fiori vai de encontro ao Relatório da Instrução Pública de 1903.

**QUADRO Nº 17**  
**RELATÓRIO INSTRUÇÃO PÚBLICA**  
**- 1903 -**

Paróquias	Nº de Escolas			
	Masc.	Fem.	Mixta	Total
Capital	9	10	7	26
São José	2	2	7	11
Palhoça	2	2	5	9
Garopaba	1	1	-	2
Jaguaruna	1	1	-	2
Laguna	3	3	3	9
Imaruy	1	1	1	3
Tubarão	1	1	4	6
Ararangua	1	1	2	4
São Joaquim	1	1	-	2
Lages	3	2	1	6
Coritibanos	1	1	2	4
Campos Novos	1	1	-	2
Biguassu	1	1	2	4
Tijucas	1	1	3	4
Camboriu	-	-	1	5
Itajay	1	1	2	1
Brusque	1	1	-	4
Blumenau	2	2	1	2
Joinville	0	1	3	5
São Francisco	1	2	1	4
Paraty	1	1	2	4
São Bento	1	1	1	4
Nova Trento	1	1	1	3
Porto Bello	1	1	-	2
Campo Alegre	1	1	-	2
Urussanga	-	-	1	1
<b>T O T A L</b>	<b>39</b>	<b>41</b>	<b>50</b>	<b>130</b>

Fonte: Secretaria Geral dos Negócios do Estado, Movimento durante o ano de 1903.

Estes dados demonstram que houve uma queda no número de Escolas de Instrução Pública estadual no começo do século, ocasião em que as Escolas Paroquiais adquirem verdadeiro vigor. Mas,

aos poucos o empenho dos governadores consegue novamente equiva-  
ler, em 1910, o número de escolas às existentes em 1890. Observe-  
mos os números abaixo:

1907	----->	144 Escolas Providas
1908	----->	155 Escolas Providas
1909	----->	178 Escolas Providas
1910	----->	187 Escolas Providas <sup>(40)</sup>

A partir de 1910 Vidal José de Oliveira Ramos, assume o  
governo do Estado. Foi, sem dúvida, um dos mais importantes go-  
vernos durante a Iª República no que diz respeito ao Ensino Pú-  
blico Catarinense. Autorizado pelo Congresso Representativo a  
providenciar uma reforma no ensino, Vidal Ramos contratou o pro-  
fessor paulistano Orestes Guimarães. (41)

Foi nesta época - ano de 1911 - que se criou em Santa Ca-  
tarina um novo tipo de escola já existente no Estado de São Pau-  
lo: o Grupo Escolar. O edifício do Grupo Escolar congregava di-  
versas classes de alunos, cada uma delas com seu professor res-  
ponsável, sob a supervisão de um diretor. Esse tipo de escola vi-  
nha substituir a tradicional escola primária, onde não havia se-  
riação do ensino, e um mesmo professor ensinava a todos os alu-  
nos.

E na sua mensagem proferida em 23 de julho de 1912 o go-  
vernador Vidal anuncia que:

---

(40) SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Re-  
presentativo do Estado em 23 de Julho de 1911 pelo Governador Vi-  
dal José de Oliveira Ramos*, Florianópolis, Gabinete Typographico  
do Dia, 1911. p. 33.

(41) N. A. FIORI, *Aspectos da evolução do ensino público*,  
p. 94.

"actualmente existem 213 escolas isoladas estadoaes, das quais são: do sexo masculino 83, do sexo feminino 49 e 81 mixtas". (42)

Um pouco mais tarde, no ano de 1915, surgiram as chamadas Escolas Reunidas, expressando uma nova fase do processo de evolução de uma Escola Isolada em Grupo Escolar.(43)

Em 1916 funcionavam no Estado 678 escolas, sendo públicas estaduais 253, 152 municipais, 5 federais e 277 particulares, subvencionadas ou não.(44)

Embora, o conflito entre a Igreja e o Estado tenha se intensificado durante o período da Iª Guerra Mundial, prevaleceram de maneira geral as premissas da Constituição, ou seja, a incompatibilidade entre a escola leiga (a-religiosa) e a escola católica (religiosa) como são os casos relatados abaixo:

"Em vista do artigo 2º letra 'a' e artigo 188 nº IV do Regulamento geral da Instrução Pública aprovado pelo Decreto nº 348 de 7 Dezembro de 1907, levo ao vosso conhecimento um facto, que fere de frente as leis brasileiras.

O Reverendíssimo Snr. Padre Francisco Topp organisou e publicou um - "Catechismo de Doutrina Cristã", - que, segundo estou informado, é adoptado no "Gymnásio Santa Catarina", subvencionado pelo Estado.

Nesse Catechismo lê-se o seguinte á página 139:

- "372 - O que se deve pensar d'aqueles que são casados só civilmente?

---

(42) SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos*, Florianópolis, Gabinete Typographico do Dia, 1912. p. 45.

(43) N. A. FIORI, *Aspectos da evolução do ensino público*, p. 99.

(44) SANTA CATARINA. *Mensagem do Governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo no ano de 1916*. Florianópolis, Biblioteca Pública.



- Aquelles que são casados só civilmente vivem em estado de peccado mortal, porque a sua união não é legitima".

Para julgardes da exactidão da transcripção, remetto-vos annexo em exemplar da citada obra.

Expondo-vos o caso, que submetto ao vosso juízo é meu intuito salientar que a opinião do Revmo. Snr. Padre Topp ataca uma Lei do paiz considerando como amancebados todos aquelles que se casam sob a protecção da mesma Lei, e não deve, portanto, tal livro ser estudado pela mocidade brasileira, que cumpre educar nos são principios do respeito á Lei".(45)

Na verdade este relato expõe três questões fundamentais no relacionamento entre Igreja e Estado neste período. Primeiro, a controvérsia, ensino leigo ou religioso, segundo, o conflito entre matrimônio religioso e matrimônio civil e, terceiro, às reservas quanto a atuação de Pe. Topp, constantemente ameaçado pela maçonaria através do Jornal *O Clarão*.(46)

Em alguns casos esse conflito se radicalizava:

"... Informam a esta chefia que o vigário de Cresciuma, terceiro districto deste município, parte integrante desta circumscripção escolar, prohibe, na igreja, a matricula de alumnos na escola publica d'ali, sob pena, no uso de "desobediência", a "negar os recursos da religião" aos paes cujos filhos frequentam essa escola. Ao passo que as crianças que só frequentarem as aulas regidas por freiras italianas, receberão todos os domingos, comunhão, benção, etc.

Acrescenta, esse vigário, que as escolas brasileiras, longe de serem uns templos de instrucção moral e intellectual, são, ao contrário, um "foco de miasma moraes", etc...

Ultimamente têm-se desmatriculado muitas creanças da escola estadual d'ali, matriculando-se nas aulas das freiras.

---

(45) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, *Offícios da Instrucção Pública*, 1908.

(46) Ana Maria Martins Coelho CORREIA, *A expansão da igreja em Santa Catarina, a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*, Florianópolis, UFSC, 1988. p. 104.

As crianças ali nascidas, e portanto brasileiras natas, são educadas no amor da "patria italiana", e sempre que se referem ao Brasil ou aos brasileiros fazem preceder essas bellas palavras com adjectivos pejorativos e epittetos deshonrosos".(47)

Este officio da Chefia Escolar de Araranguá, denunciando o procedimento do vigário de Criciúma, que em tom de ameaça, amedronta seus fiéis para collocarem suas crianças na Escola Católica em detrimento da instrução pública, retrata o espirito de competição existente entre os dois tipos de escolas. Além disso, o vigário deixa claro que a verdadeira educação está com a Igreja Católica, atitude que em muitas ocasiões lhe renderam muitos alunos.

De uma forma geral a Igreja Católica conseguiu nesta segunda fase, um grande avanço na criação das Escolas Paroquiais, principalmente no período em que Dom João Becker esteve à frente da Diocese de Florianópolis. Entre os anos de 1915 à 1919, houve a interferência de alguns fatores, como por exemplo a Iª Guerra Mundial que trouxe como consequência o fechamento de várias Escolas Paroquiais. Além disto, a Igreja enfrenta a partir da "Reforma Orestes Guimarães" (1912), uma opposição sistemática com a política de nacionalização das regiões coloniais, principal "foco" de Escolas Paroquiais. Esta política governamental vai ser determinante na sobrevivência dessas escolas Católicas.

---

(47) SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. *Chefia Escolar de Araranguá*, 10/11/1913.

### 5.3 - A Terceira Fase (1920-1930)

Definiu-se esta terceira fase, em virtude das mudanças ocorridas nas relações entre a Igreja e o Estado a partir do início da década de 1920. A nova postura entre as duas instituições decorre da ação do Estado em permitir que a Igreja utilizasse o espaço das Escolas Públicas para ministrar aulas de educação religiosa. Não se localizou o decreto oficial que regulamenta esta possibilidade, mas o ofício da Secretaria do Interior e Justiça de 12 de março de 1919 deixa claro este novo procedimento.

"Ha poucos dias foi permittido ao clero o ensino de doutrina nos estabelecimento publicos de instrucção aos alumnos que a isso quizessem sujeitar-se. A esse liberal favor, responde o clero levantando a bandeira da revolta contra os mesmos estabelecimentos!"(48)

Também merece uma análise a Carta Pastoral de Dom Joaquim Domingos de Oliveira: "O Problema da Instrução". Lendo cuidadosamente esta Carta Pastoral percebe-se que o tom já não é mais conflitivo. Há uma clara tendência de reconciliação entre o poder político e religioso. O Bispo tenta da melhor forma possível amenizar as divergências entre os dois poderes para assegurar uma atitude de cooperação por parte do Estado com relação as Escolas Paroquiais.

"Desde já agradecemos a protecção que nos tem dispensado o Estado, e apontamos o seu exemplo á gratidão dos nossos queridos diocesanos".(49)

---

(48) SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. *Directoria da Instrução Pública*, 19/03/1919.

(49) Dom Joaquim Domingos de OLIVEIRA, *Carta Pastoral sobre o problema da instrução*, Florianópolis, Livraria Cisne, 1920. p. 8.

Nesta fase, observam-se duas tendências. Uma primeira, de 1920 até 1925, onde há uma recuperação quanto ao número de Escolas Paroquiais em relação aos cinco anos anteriores. Esta tendência é progressiva até o momento em que o Governador do Estado lança um programa de ensino exclusivamente para as regiões coloniais, em princípio de 1926. A partir de então, há um rápido declínio ao ponto de no ano de 1931 em diante, não encontramos qualquer relatório que indicasse a continuidade dessas Escolas com a denominação de Paroquiais.

Este aumento de Escolas Paroquiais no início da década de 20, decorre principalmente pela possibilidade de reabertura de inúmeras escolas fechadas durante o conflito da Iª Guerra Mundial. O documento abaixo, elaborado pelo Diretor de Ensino Diocesano demonstra esta situação:

"No anno de 1920 foram reabertas e fundadas as seguintes escolas parochiaes:

- a) Em 30 de janeiro de 1920, pela provisão de S. Excia. Revma. o Sr. Bispo Diocesano Dom Joaquim Domingues de Oliveira, foram abertas as escolas parochiaes:
  - 1) No Rio Sharlack, do curato de Ascurra, com a professora Celestina Tomelin;
  - 2) Em Cunha, do districto Encruzilhada III do esmo Curato, com o professor José Zanella.
  - 3) Em Braço Secco da paróchia de Luiz Alves, com o professor João Bressanini.
  - 4) Em 17 de abril de 1920 foi reaberta a escola parochial de Rachadel, na Paróchia de São Pedro d'Alcântara, com o professor Pedro José Franzener.
  - 5) Em 30 de Abril de 1920 foi fundada, em Rua Velha do Alto Biguassú, paróchia de São Pedro d'Alcântara, professora Rosa Marta de Jesus.
- b) Em 5 de maio de 1920 foram reabertas as escolas:
  - 6) Em Indayal, paróchia de Blumenau, com os professores Luiz Rigo e Frei Dionísio Mebus OFM.
  - 7) Na localidade Velha, da cidade de Blumenau, com o professor Max Krubich.

- 8) No lugar Rio Morto, Blumenau, com a professora dona Mercedes Gonzaga.
  - 9) No Ribeirão Branco, Blumenau, professora Luiz Reter.
  - 10) Caminho de Areias, Blumeanu, professor Jacob Tarnowski.
  - 11) Em 25 de maio, na Villa de São Joaquim da Costa da Serra, foi fundada a escola parochial com o professor Amphilóquio Nunes Pires.
  - 12) Em 20 de junho foi reaberta a escola parochial em Inglaterra do Alto Biguassú, paróchia de São Pedro d'Alcântara com o professor José Miguel Zimmermann.
  - 13) Em 20 de agosto a Escola parochial da Estrada de Itapocú foi reaberta com o professor Pedro Roden na paróchia de Jaraguá.
  - 14) Em 19 de outubro a Escola Parochial em Corujas, curato do Quadro do Braço do Norte, o Professor Guilherme Rech.
  - 15) Em 27 de novembro, a escola parochial de Nova Veneza com as professoras Irmãs Missionárias do Coração de Jesus.
- c) No anno de 1921 foram reabertas ou fundadas as seguintes Escolas Parochiaes:
- 16) No ano de 1921 sua Excia Revma. Mandou reabrir a escola do Rio Fortuna districto de Capivary, municipio de Imaruby, com o professor Pe. Antonio Peters.
  - 17) Em 25 de fevereiro a escola de Jaragua 24 com o professor João Scheuer.
  - 18) Em 19 de maio a escola em Varginha, paróchia de São Pedro d'Alcântara com o professor José Fuck.
  - 19) Em 5 de março a escola de Forquilha, paróchia de Nova Veneza, com os professores Adolpho Back e Jacob Arns. Esta escola já existiu desde 1919-1920, porem na referida data recebeu a provisão.
  - 20) Em 7 de março de 1921 a escola parochial de Cresciuma do curato de Rodeio, sendo professoras as catechistas formadas em Rodeio.
  - 21) Na mesma data a escola parochial em diamentina, curato de Rodeio, sendo professoras as catechistas.
  - 22) Em 5 de março a escola de Ascurra, sendo professoras as Filhas de Maria Auxiliadora, e diretor Pe. Angelo Alberti, vigário de Ascurra.
  - 23) Em 5 de abril a escola em Forquilha, paróquia de São Pedro de Alcântara, sendo professor Adão Zimmermann e director conego Francisco Gisberts.
  - 24) Em 13 de junho de 1921 a escola em Rio Huerta, districto de Encruzilhada, paróchia de N.S. Da Conceição do Rio do Cedro, na direcção de Rvdo. Pe. Angelo Alberti, sendo professor Felix Vascellai. (50)

Em termos numéricos ficam da seguinte maneira os anos seguintes:

-----  
**(50) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS.** *Estatísticas das Escolas Paroquiais, 1918-1921, Florianópolis.*

**QUADRO Nº 18**  
**RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1920 -**

Nº	Parochia	Localidade	Denominação	Fun- dação	Professor	Alunos	
						Mas.	Fem.
1	Florianópolis	Cidade	Escola São José	1915	Dir. Pe. Luiz Schuler	204	180
2	Florianópolis	Cidade			Dir. Pe. Luiz Schuler		
3	Florianópolis	Cidade	Collegio Coração de Jesus	1898	Irm. da Divina Providencia	113	228
4	Florianópolis	Cidade	Escola Normal	1919	Irm. da Divina Providencia	-	70
5	Angelina	Perdidas	Escola Parochial	1919	Rudolfo Otto	9	14
6	Ascurra	Sede	Escola Parochial	1918	Carlos Moretti	50	50
7	Ascurra	Sede	Santa Família	1918	Alberto Bettini	24	22
8	Ascurra	Guaricanos	São José	1916	Ignez Venturi	42	34
9	Ascurra	Rio Oeste	São Francisco Xavier	1917	Philomena Gerardi	26	15
10	Ascurra	Rio Oeste	Santo Antonio	1917	Emma Pisetti	24	20
11	Ascurra	Rio dos Cedros	Encruzilhada	1877	Fabio Hogueira Silva	60	45
12	Ascurra	Alto Pommeranos	Assunta	1900	Maximiliano Mengardi	34	16
13	Ascurra	Baixo Pommeranos	Santo Antonio	1894	Affonso Latelli	25	21
14	Ascurra	Meio Pommeranos	Caravaggio	1890	Antonio Giampiccolo	19	16
15	Ascurra	Caminho Tirolezes		1877	Vittorio Moretti	50	30
16	Ascurra	Aquidaban	Santa Anna	1913	Amabile Avosani	26	33
17	Ascurra	Itoupayo	Bella Aliança	1918	João Scottini	14	10
18	Ascurra	Hammonia	Rio Scharlach	1920	Celestina Tomelin	12	21
19	Ascurra	Cunha	Encruzilhada III	1920	José Zanella	17	20
20	Blumenau	Cidade	Collegio Santo Antonio	1877	Pe. Oswaldo Schlegger	183	-
21	Blumenau	Cidade	Collegio São Paulo	1895	I. da Divina Providencia	5	104
22	Blumenau	Cidade	Velha	1910	Max Kraibich	11	14
23	Blumenau	Alto Belchior	Escola Parochial	1900	Geraldo Venhorst	18	18
24	Blumenau	Indayal	Santa Ignez		Frei Dionysio Mebus	30	19
25	Blumenau	Rio Morto	Escola Parochial	1920	Mercedes Gonzaga	20	11
26	Blumenau	Ribeirão Branco	Escola Parochial	1910	Francisco Reiter	8	5
27	Blumenau	Caminho das Areias	Santo Estanislau	1878	Jacob Iarnowski	26	12
28	Blumenau	Encano Alto	Escola Parochial	1911	Maria Vesely	16	7
29	Brusque	Cidade	Collegio Santo Antonio	1903	Irmãs Divina Providencia	93	101
30	Canoinhas	Sede	Escola San a Cruz	1916	Irmãs Franciscanas	61	68
31	Gaspar	Villa	Collegio Parochial	1904	Irmãs Divina Providencia	35	40
32	Gaspar	Gasparinho	Escola Parochial	1910	Anna Lyra	33	17
33	Gaspar	Garuba	Escola Parochial	1920	Maria Zimmermann	19	12
34	Itacema	Sede	Escola S. Josaphat	1904	Dir. Pe. Clemente	52	49
35	Itajahy	Cidade	Collegio Parochial	1920	Irmã Rosaria	81	52
36	Itayopolis	Linha Polonia	Escola Parochial	1895	José Teodorowicz	45	25
37	Jaraguá	Villa	Collegio São Luiz	1912	Irmãs Divina Providencia	93	77
38	Joinville	Cidade	Collegio São Francisco Xavier	1909	Irmãs Divina Providencia	203	218
39	Joinville	Cidade	Escola Santa Catharina	1920	Irmãs Divina Providencia	79	63
40	Lages	Cidade	Collegio Santa Rosa	1910	Irmãs Divina Providencia	-	186
41	Lages	Cidade	Escola São José	1908	Pe. Antonio D.F.M.	143	-
42	Laguna	Cidade	Collegio Stella Marias	1911	Irmãs Divina Providencia	51	91
43	Nova Trento	Villa	Escola San o Antonio	1914	Irmã Ernestina	31	56
44	Nova Trento	Salto	Escola San o Antonio	1915	Maria Faustina Cadora	24	21
45	Nova Veneza	Villa	Escola Parochial	1920	Irmãs do Coração de Jesus	22	20
46	Nova Veneza	Forquelinha	Escola Parochial	1919	Jacob Arns e A. Back	30	18
47	Porto União	Sede	Collegio dos Santos Anjos	1917	Irmãs Servas do Esp. Santo	25	105
48	Porto União	Sede	Collegio de São José	1919	Pedro Weinand	45	-
49	Porto União	Capela São Miguel	Escola São Miguel	1920	Prof. Seger	15	15
X 50	Rio Fortuna	Sede	Escola Parochial	1920	Pe. Antonio Peters	25	27
51	Rodeio	Sede	Escola Parochial	1882	Irmãs Divina Providencia	60	63
52	Rodeio	Rodeio nº 51	Escola Parochial	1888	2 Catechistas	25	27
53	Rodeio	Rodeio nº 32	Escola Parochial	1878	2 Catechistas	26	24
54	Rodeio	Rodeio nº 12	Escola Parochial	1875	1 Catechistas	40	32
55	Rodeio	Diamantina	Escola Parochial	1898	Adolfo Negherbon	27	26
56	Rodeio	Pinheiro	Escola Parochial	1899	Estanislau Kore	17	16
57	Santo Amaro	Sede	Escola Santa Rosa	1900	Irmãs Divina Providencia	96	78
58	Santo Amaro	Perdidas	Escola São Sebastião	1919	Rodolpho Otto	9	12
59	São Bento	Villa	Escola Parochial	1887	Irmãs Divina Providencia	100	116
60	São Francisco	Cidade	Collegio Stella Matutina	1915	Irmãs Divina Providencia	82	105
61	São Joaquim	Villa	Collegio São Joaquim	1920	Theodolin Lima	32	10
62	São Jose	Cidade	Collegio N. Senhora de Lourdes	1913	Irmãs Divina Providencia	28	55
63	São Ludgero	Brasão do Norte	Escola Parochial	1870	Irmãs Divina Providencia	80	57
64	São Miguel	Sorocaba	Escola Parochial	1916	Thomasia de Medeiros	25	25
65	São Miguel	Ires Riachos I	Escola Parochial	1917	Benta Siqueira	10	10
66	São Miguel	Ires Riachos II	Escola Parochial	1920	Bernardina Siqueira	13	15
Somma						13.305	13.278
Total							6.583

Fonte: Resenha Eclesiástica, Anno IX, 1921 (nº especial)  
Obs : Os dados em branco, não nos Relatórios Paroquiais.

**QUADRO Nº 19**  
**RELATORIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1921 -**

Nº	Parochia	Localidade	Denominação	Fun- dação	Professor	Alunos	
						Mas.	Fem.
1	Angelina	Perdidas	Escola Parochial	1910	Rodolfo	9!	3!
2	Blumenau	Blumenau	Collegio Santo Antonio	1877	Professores (12)	190!	8!
3	Blumenau	Blumenau	Collegio Sagrada Familia	1895	Professores (3)	102!	!
4	Blumenau	Blumenau	Seraphico	1890	Professores (8)	70!	!
5	Blumenau	Indaial	Escola Parochial	1898	Frei Dionisio Mely	32!	19!
6	Blumenau	Caminho das Areias	Escola Parochial	1878	Jacob Tarnowski	26!	11!
7	Blumenau	Encano Alto	Escola Parochial	1911	Maria Vesely	12!	6!
8	Blumenau	Rio Morto	Escola Parochial	1920	Mercedes Gonzaga	10!	8!
9	Blumenau	Belchior	Escola Parochial	1900	Geraldo Kunhorst	19!	20!
10	Blumenau	Ribeirão Branco	Escola Parochial	1915	Francisco Reiter	5!	11!
11	Braço do Norte	São Ludgero	Escola Parochial	1870	Irmãs Divina Providencia	80!	60!
12	Brusque	Brusque	Santo Antonio	1903		90!	102!
13	Canoinhas	Canoinhas	Sagrado Coração de Jesus	1916	Irmãs Franciscanas	85!	86!
14	Desterro	Florianópolis	Escola São José	1920	Pe. Schyler	202!	358!
15	Desterro	Florianópolis	Collegio Coração de Jesus	1898	Irmãs Divina Providencia	112!	228!
16	Desterro	Florianópolis	Escola Normal	1919	Irmãs Divina Providencia	!	73!
17	Desterro	Florianópolis	Escola de Asilo	1903	Irmãs Divina Providencia	!	50!
18	Desterro	Florianópolis	Escola da Prainha	1907		45!	60!
19	Jaraguá	Jaraguá	Collegio São Luiz	1902	Irmãs Divina Providencia	95!	71!
20	Jaraguá	Jaraguá 84	Jaraguá 84	1921	João Shener	18!	19!
21	Itacema	Itacema	Escola S. Josaphat	1904	I. S. M. S. Imaculada	46!	43!
22	Itacema	Moema	Escola de Moema	1919	Sinão Witick	24!	22!
23	Itacema	Costa Carvalho	Escola C. Carvalho	1920	Miguel Prosyk	9!	12!
24	Itajahy	Itajahy	Collegio Imaculada Conceição	1917	Irmãs Imaculado Coração	87!	55!
25	Joinville	Joinville	Collegio Santa Catarina		Pe. Augusto/I. D. Provid.	81!	53!
26	Lages	Lages	Escola São José	1899	Eduardo do Amaral	118!	!
27	Laguna	Laguna	Stella Maris	1911	Irmãs Divina Providencia	65!	80!
28	Nova Veneza	Nova Veneza		1920	Irmã Isabella Nichole	22!	12!
29	Nova Veneza	Nova Veneza		1920	Inocente Cerzagli	16!	11!
30	Nova Veneza	Forquilha		1919	Jacob Arns	!	!
31	Nova Veneza	Forquilha		1919	Adolpho Back	!	!
32	Rio Fortuna	Rio Fortuna	São Marcos	1921	Pe. Antonio/Francisco Lotz	18!	15!
33	Rio Fortuna	Rio Anélia	Escola Parochial	1921	Maria Rosa Pereira	!	!
34	Rio Fortuna	Rio Gabiroba	Escola Parochial	1921	Artur Drenel	14!	11!
35	Rodeio	Rodeio	Escola Parochial	1882	Irmãs Divina Providencia	19!	18!
36	Rodeio	Rodeio 51	Escola Parochial	1888	Irmãs Catechistas	54!	70!
37	Rodeio	Rodeio 32	Escola Parochial	1878	Irmãs Catechistas	26!	31!
38	Rodeio	Diamantina	Escola Parochial	1898	Irmãs Catechistas	26!	23!
39	Rodeio	Pinheiro	Escola Parochial	1899	Estanislau	28!	30!
40	Rodeio	Crespencio	Escola Parochial	1921	Irmãs Catechistas	17!	15!
41	Rodeio	Rodeio 12	Escola Parochial	1875		17!	16!
42	São Bento	São Bento	Escola Parochial	1887	Irmãs Divina Providencia	!	!
43	S. F. do Sul	São Francisco do Sul	Stella Matutina	1915	Irmãs Divina Providencia	102!	187!
44	São José	São José	Nossa Senhora de Lourdes		Irmãs da Caridade	98!	104!
45	S.P. Alcantara	Rachadel	Escola Parochial	1904	Pedro José	24!	52!
46	S.P. Alcantara	Santa Maria	Escola Parochial	1919	José Zimmermann	37!	18!
47	S.P. Alcantara	Forquilha	Escola Parochial	1921	Adão Zimmermann	24!	21!
48	S.P. Alcantara	Varginha	Escola Parochial	1921	José Fuck	15!	12!
49	Tijucas	Tijucas	Collegio Espirito Santo	1918	Irmãs Divina Providencia	14!	8!
50	Tijucas	Sorocaba	Escola Parochial	1916	Thonazia Medeiros	98!	98!
51	Tijucas	Tres Riachos (I)	Escola Parochial	1917	Benta Siqueira	25!	25!
52	Tijucas	Tres Riachos (II)	Escola Parochial	1918	Berbardina Siqueira	10!	10!
53	Tubarão	Tubarão	Collegio São José		Irmãs Divina Providencia	10!	10!
54	Urussangua	Urussangua	Collegio	1904	Irmãs	!	!
55	Urussangua	Villa	Sagrado Coração de Jesus		Eufrosina/Germano	42!	56!
Soma						2.294!	2.405!
Total						4.699	

Fonte: Pasta de Relatórios Paroquiais anno 1921.

Obs : Os dados em branco, não constam nos Relatórios Paroquiais.

QUADRO Nº 20  
RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS  
- 1924 -

Nº	Paróquia	Localidade	Denominação	Funda- ção	Professor	Alunos	
						Mas.	Fem.
1	Angelina	Perdidas	Escola Parochial	1910	Francisco Schappo	14!	11!
2	Ascurra	Ascurra	Escola Parochial	1918	Irmãs Salesianas	47!	63!
3	Ascurra		Sagrada Familia	1918	Irmãs Salesianas	42!	38!
4	Ascurra	Aguaricanas	São José	1916	Irmãs Catechistas	23!	32!
5	Ascurra	Aquidaban	Santa Ana	1913	Irmãs Catechistas	46!	38!
6	Ascurra	Rio Sharlach	São Sebastião	1920	Irmãs Catechistas	13!	24!
7	Azambuja	Azambuja	Collegio Santo Antônio		Maria e Antônio Oliveira	90!	60!
8	Blumenau	Blumenau	Collegio Santo Antonio	1877	Padres	223!	0!
9	Blumenau	Blumenau	Collegio Sagrada Familia	1895	Irmãs	12!	136!
10	Blumenau	Indaial	Collegio Parochial	1898	Padre Dionysio Mebus	32!	16!
11	Blumenau	Encanto Alto	Collegio Parochial	1911	Maria Weseli	19!	9!
12	Blumenau	Cananea	Collegio Parochial	1922	Geraldo Meuhorst	20!	8!
13	Blumenau	Belchior	Collegio Parochial	1900	Geraldo Meuhorst	23!	24!
14	Blumenau	Caminho	Collegio Parochial	1878	Jacob Tarnowski	20!	11!
15	Blumenau	Blumenau	Collegio Seraphico	1890	Padres (10)	83!	0!
16	Blumenau	Velha	Collegio Parochial	1910	Max Zimmermann	7!	11!
17	Blumenau	Garuva	Collegio Parochial	1920	Maria Zimmermann	18!	6!
18	Braço do Norte	Braço do Norte	São Ludgero	1870	Irmãs de Caridade	100!	80!
19	Brusque	Brusque	Collegio Santo Antônio	1888	Irmãs Divina Providência	120!	132!
20	Canoinhas	Canoinhas	Collegio S.C. de Jesus	1921	Irmãs Franciscanas	72!	114!
21	Florianópolis	R. Saldanha Marinho	Collegio Coração de Jesus	1898	Irmãs Divina Providência	102!	280!
22	Florianópolis	R. Silva Jardim	Escola Santa Catarina	1922	Padre Luiz Schuler	48!	50!
23	Florianópolis	Praça 7 de Setembro	Asilo das Orfãs	1911	Maria do Espirito Santo	0!	40!
24	Florianópolis	R. Padre Roua	Escola São José	1915	Padre Luiz Schuler	276!	289!
25	Florianópolis	R. Esteves Júnior	Collegio Catharinense	1905	Padre Agostinho Schol	46!	0!
26	Gaspar	Gaspar	Collegio Parochial	1904	Irmãs Divina Providência	48!	58!
27	Gaspar	Gasparzinho	Escola Parochial	1914	Anna Lina	24!	32!
28	Itajahy	Itajahy	Escola São José	1910	Irmã Luperina Gabr.	90!	83!
29	Itaipópolis	Linha Polonia	São João Batista	1895	Irmãs Helena/Estanislau	62!	93!
30	Itaipópolis	Paraguassú		1908	Alexandra Skiernieska	18!	21!
31	Itaipópolis	Moena		1923	Josepha Skiernieska	12!	15!
32	Jaraguá	Jaraguá	Collegio São Luiz	1912	Irmãs Divina Providência	100!	80!
33	Joinville	Paróquia São Francisco	Collegio Parochial	1909	Irmãs Divina Providência	203!	217!
34	Joinville	Paróquia S.C. de Jesus	Santa Catarina		Irmãs Divina Providência	0!	165!
35	Lages	Lages	São José	1899	Frei Engelberto	145!	0!
36	Laguna	Laguna	Stella Maris	1911	Irmãs Thabitha/Eriberta	56!	109!
37	Laguna	Laguna	São Vicente	1924	Maria F. Honorata/Roberta	113!	0!
38	Luiz Alves	10º Braço do Norte	Santo Antônio	1898	Maria Stoll	52!	22!
39	Luiz Alves	Estrada Itajahy	Ribeirão de Padre	1918	Celeste Scola	31!	14!
40	Luiz Alves	Canoas	Ribeirão Canoas	1922	Domingos Reichert	13!	15!
41	Luiz Alves	Ribeirão Miguel	Ribeirão Miguel	1923	Luiz Junkes	21!	14!
42	Nova Trento	Nova Trento	Santo Antônio		Irmã Ernestina	53!	49!
43	Nova Trento	Salto	Santo Antônio		Irmã	30!	27!
44	Quadro Norte	Quadro do Norte		1924	Pedro Scharf/Emilia	85!	35!
45	Rio dos Cedros	Encruzilhada	Escola Parochial		Irmã M.S. Auxiliadora	46!	30!
46	Rio Fortuna	Rio Fortuna	Escola Parochial	1921	Francisco Lotz	26!	18!
47	Rio Vermelho	Rio Vermelho	Escola Parochial		José	20!	20!
48	Rio Vermelho	Rio Natal	General Haller		Sophia Augusta	15!	18!
49	Rodeio	Rodeio		1882	Irmãs Catechistas	70!	79!
50	Rodeio	Rodeio	São Virgilio	1888	Irmãs Catechistas	46!	34!
51	Rodeio	Rodeio	São João	1878	Irmãs Catechistas	21!	9!
52	Rodeio	Santo Antônio	Santo Antônio	1875	Irmãs Catechistas	13!	20!
53	Rodeio	Diamante	Santa Apollonia	1922	Irmãs Catechistas	5!	7!
54	Rodeio	Diamantina	Mossa Senhora de Loretto	1899	Irmãs Catechistas	35!	25!
55	Rodeio	Crescencio	São José	1921	Irmãs Catechistas	14!	17!
56	Rodeio	Santa Maria	Mossa Senhora de Lurdes	1924	Irmãs Catechistas	4!	12!
57	Rodeio	Piava	Mossa Senhora da Luz	1923	Irmãs Catechistas	16!	17!
58	São Bento	São Bento	Collegio Parochial	1887	Irmãs Divina Providência	85!	110!
59	São Bento	Lençol	Escola Parochial	1882	Antônio Maller	46!	18!
60	São Bento	São Pedro	Escola Parochial	1914	João Madeira	38!	0!
61	São José	São José	Escola Parochial	1923	João Peixoto	20!	18!
62	São Miguel	Três Riachos	Escola Parochial		Bernardina Siqueira	12!	12!
63	São Miguel	Sorocaba	Escola Parochial		Thozazia Medeiros	25!	85!
64	S.P. Alcantara	Rachadel	Escola Parochial	1920	Virgilio	21!	24!
65	S.P. Alcantara	Santa Maria	Escola Parochial	1920	José Zimmermann	24!	22!
66	S.P. Alcantara	Varginha	Escola Parochial	1921	José Fack	15!	16!
67	S.P. Alcantara	Forquilhas	Escola Parochial	1921	Adão Zimmermann	12!	12!
68	Tijucas	Tijucas	Collegio Espirito Santo	1917	Irmãs Divina Providência	0!	0!
69	Tubarão	Rio do Pouso	Sagrado Coração	1922	Edilia de Souza	17!	14!
70	Tubarão	Guarda	Santo Anjos	1922	Carolina Antunes	22!	27!
71	Tubarão	Guarda	São Sebastião	1923	Rosa Medeiros	70!	25!
72	Tubarão	Correas	Santo Antônio	1923		0!	0!
73	Tubarão	Capivary	São João	1924	Esmeraldina Martins	21!	19!
74	Tubarão	Mato Alto	Escola Parochial	1924	Claurina Nunes	23!	24!
Soma						3384!	3253!
Total							6.637

Fonte: Pasta de Relatório Paroquiais do ano de 1924.

Obs : Os dados em branco, não constam nos Relatórios Paroquiais.



QUADRO 21 - RELATÓRIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS - 1925 -

Nº	Paróquia	Localidade	Denominação	Fun- dação	Professor	Alunos	
						Nas.	Fem.
1	Angelina	Perdidas	Escola Parochial	1910	Francisco Schappo	12!	13!
2	Ascurra	Ascurra	Escola Parochial	1918	Irmãs Salesianas	52!	67!
3	Ascurra	Sagrada Familia	Escola Parochial	1918	Miguel Deretti	37!	43!
4	Ascurra	Guaricanas	São José	1916	Irmãs Catechistas	20!	28!
5	Ascurra	Aquidaban	Santa Ana	1913	Irmãs Catechistas	42!	46!
6	Ascurra	Rio Sharlach	São Sebastião	1920	Irmãs Catechistas	17!	25!
7	Blumenau						
8	Blumenau						
9	Blumenau						
10	Blumenau						
11	Blumenau						
12	Blumenau						
13	Blumenau						
14	Blumenau						
15	Blumenau						
16	São Ludgero	Braço do Norte	São Ludgero	1870	Irmãs Divina Providência	110!	90!
17	Brusque	Brusque	Santo Antônio	1888	Irmãs Divina Providência	110!	125!
18	Gaspar	Gaspar	Escola Parochial	1904	Ignes Gurewski	59!	45!
19	Gaspar	Gasparzinho	Escola Parochial		Ana Lina	28!	29!
20	Iracema	Iracema	Collegio S. Josaphat	1911	Irmã Josepha/Sabina	50!	48!
21	Iracema	Costa Carvalho		1915	Jacob	14!	18!
22	Iracema	Hoema		1914	Maria	23!	25!
23	Itajaí	Itajaí	Collegio Parochial São José	1910	Irmãs Divina Providência	124!	116!
24	Itaipópolis	Alto Paraguassú	São João Batista	1895	Irmãs de Caridade	70!	90!
25	Itaipópolis	Paraguassu	São João Batista	1909	Alexandra Skiernieska		
26	Itaipópolis	Hoema	São João Batista	1824	Josphá Skiernieska		
27	Jaraguá	Jaraguá	Collegio São Luiz	1911	Irmãs Divina Providência	97!	88!
28	Joinville	Joinville	Collegio Parochial	1909	Irmãs Divina Providência	225!	213!
29	Laguna	Laguna	Collegio Stella Maris	1911	Irmãs Divina Providência	75!	135!
30	Nassaranduba	Santo Antônio		1878	Maria	55!	38!
31	Luiz Alves	Ribeirão do Padre		1918	Celeste Scola	31!	12!
32	Luiz Alves	Ribeirão Canoas		1922	Oonijgos Reicher	20!	28!
33	Nova Trento	Nova Trento	Santo Antônio	1914	Irmã Ernestina	52!	49!
34	Nova Trento	Salto	Santo Antônio	1914	Irmã Cristina	27!	28!
35	Duro Verde	Duro Verde	Collegio Sagrado Coração Jesus	1921	Irmãs Franciscanas	90!	115!
36	Rio do Oeste	Rio do Oeste	Mossa Senhora Auxiliadora		Silvina Venturini/Carolina	29!	19!
37	Rio do Oeste	Santo Antônio	Santo Antônio		Amélia/Izabel Silva	45!	34!
38	Rio do Oeste	Taboão	Mossa Senhor Pompei		Mã Zamboni/Marcelina Silva	7!	6!
39	Rio do Oeste	Itouyava	Mossa Senhora Imaculada		Luiza/Hônica Moser	17!	23!
40	Rio do Oeste	Café	Santa Anna		Luiz Bogo	19!	16!
41	Rio do Oeste	Anta Gorda	Mossa Senhora Caravaggio		Stanislava Savadows	13!	7!
42	Rio do Oeste	Cabeça de Anta	São José		Anabile Scoz	10!	7!
43	Rio dos Cedros	Rio dos Cedros	Escola Parochial		Irmãs N.S. Auxiliadora	43!	42!
44	Rio dos Cedros		Santo Antônio		João longo	31!	31!
45	Rio dos Cedros		São Roque		Anabile Zamboni	8!	14!
46	Rio dos Cedros	Tiroleses	Sagrado Coração		Victorino Miretto	35!	31!
47	Rio dos Cedros	Rio (...)	Mossa Senhora Auxiliadora	1922	João Zanella	13!	12!
48	Rio dos Cedros	São Bernardo	São Bernardo		Máximo Zamboli	11!	10!
49	Rio dos Cedros	Alto (...)	Mossa Senhora Assuption		Irmãs Catechistas	33!	31!
50	Rio dos Cedros	Rio Adão	São Paulo	1925	João Pedrel	16!	13!
51	Rio Fortuna	Rio Fortuna	Escola Parochial	1921	Francisco totz/Arthur D.	44!	19!
52	Rio Vermelho	Rio Vermelho		1898	Estanislav Blackows	15!	15!
53	Rodeio	Rodeio		1882	Irmãs Catechistas		
54	Rodeio	São Vigilio	São Vigilio	1888	Irmãs Catechistas		
55	Rodeio	São João	São João	1878	Irmãs Catechistas		
56	Rodeio	Santo Antônio	Santo Antônio	1875	Irmãs Catechistas		
57	Rodeio	Mossa Senhora Loretto	Mossa Senhora Loretto	1899	Irmãs Catechistas		
58	Rodeio	Santa Apolonia	Santa Apolonia	1922	Irmãs Catechistas		
59	Rodeio	São José	São José	1921	Irmãs Catechistas		
60	Rodeio	Mossa Senhora da Luz	Mossa Senhora da Luz	1923	Irmãs Catechistas		
61	Rodeio	Mossa Senhora de Lurdes	Mossa Senhora de Lurdes	1924	Irmãs Catechistas		
62	Rodeio	Mossa Senhora do Rodeio	Mossa Senhora do Rodeio	1925	Irmãs Catechistas		
63	Santo Amaro	Santo Amaro	Santo Antônio		Irmãs Divina Providência	73!	68!
64	Santo Amaro	Fazenda	Bom Jesus		Paulo Schucko	19!	11!
65	São Bento	São Bento	Collegio Parochial	1887	Irmãs Divina Providência		
66	São Bento	Lençol	Escola Parochial	1882	Antônio Maller		
67	São Bento	São Pedro	Escola Parochial	1914	João		
68	S.F. do Sul	São Francisco do Sul	Stella Matutina	1915	Irmãs Divina Providência	80!	101!
69	S.P. Alcantara	Rachadel	Escola Parochial	1908	Virgilio Conradi	33!	25!
70	S.P. Alcantara	Santa Maria	Escola Parochial	1920	José Zimmermann	28!	19!
71	S.P. Alcantara	Varginha	Escola Parochial	1921	José Fuck	18!	15!
72	S.P. Alcantara	Forquilhas	Escola Parochial	1921	Adão Zimmermann	17!	25!
73	Ijuicas	Ijuicas	Collegio Espirito Santo	1917	Irmãs Divina Providência	100!	100!
74	Ijuicas	Sorocaba	Escola Parochial	1917	Thonazia Medeiros	25!	25!
75	Ijuicas	Irmãs Riachos	Escola Parochial	1917	Bernardina Siqueira	15!	15!
76	Ijuicas	Alto Biguassú	Escola Parochial	1923	José Faria	15!	15!
77	Tubarão	Rio do Pouso	Sagrado Coração	1921	Maria José Monteiro	23!	
78	Tubarão	Santo Anjo da Guarda	Santos Anjos	1922	Carolina Antunes	40!	
79	Tubarão	São Sebastião	São Sebastião	1922			
80	Tubarão	Correas	Santo Antônio	1922	Rosa Medeiros	21!	
81	Tubarão	Matto Alto	Escola Parochial	1923	Claudiana Nunes	45!	
82	Tubarão	Passo do Gado	São Luiz	1924	Alceste Martins	92!	
83	Tubarão	Pinheiros	Escola Parochial	1924	Julietta Machado	37!	
84	Tubarão	Congonhas	Escola Parochial	1924	Maria Almeida	43!	
					Soma	2559!	2243!
					Total		4.802

Fonte: Pasta de Relatório Parochiais do ano de 1925 (Obs: Os dados em branco, não constam nos Relatórios).

Era natural que depois de findos os conflitos internacionais houvesse um esforço de reabertura das Escolas Paroquiais nas zonas coloniais. Mas, a obrigatoriedade de adaptarem-se aos programas exigidos pela lei, e o ensino da língua portuguesa, como matéria obrigatória dificultou em muito esta tarefa. Por outro lado o Estado nomeava para as escolas das regiões de imigração somente professores e diretores bilíngues. Orestes Guimarães, também chegou a organizar um programa de ensino especial para as escolas isoladas das zonas coloniais. Além, do avanço em termos pedagógicos, o número de escolas da rede pública aumentou consideravelmente, bastando, para isso uma observação mais atenta aos quadros abaixo.

**QUADRO Nº 22**  
**RELATÓRIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS**  
**- 1926 -**

Nº	Municípios	Escola Urbana				Escolas Rurales	
		Comple- menta- res	Grupos	Reuni- das	Isola- das	Pro- vidas	Vagas
1	Araranguá	-	-	1	-	12	-
2	Biguassú	-	-	1	-	15	-
3	Bom Retiro	-	-	-	2	9	-
4	Blumenau	1	1	-	-	60	1
5	Brusque	1	1	-	-	15	-
6	Camboriú	-	-	1	-	6	-
7	Campo Alegre	-	-	-	2	2	-
8	Campos Novos	-	-	-	3	6	4
9	Chapecó	-	-	-	1	11	9
10	Crescuma	-	-	-	3	10	-
11	Cruzeiro	-	-	-	1	4	7
12	Curitybanos	-	-	-	2	4	1
13	Florianópolis	1	2	-	6	29	-
14	Imarúhy	-	-	-	2	10	1
15	Imbituba	-	-	-	2	15	1
16	Itayópolis	-	-	-	2	4	1
17	Itajahy	1	1	-	2	22	-
18	Joinville	1	1	1	-	44	3
19	Lages	1	1	-	-	11	5
20	Laguna	1	1	-	-	16	-
21	Mafrá	-	-	1	-	11	1
22	Nova Trento	-	-	-	2	10	-
23	Orléans	-	-	-	2	14	1
24	Ouro Verde	-	-	1	-	11	4
25	Palhoça	-	-	1	-	28	2
26	Paraty	-	-	-	2	9	-
27	Porto Bello	-	-	-	2	9	-
28	Porto União	-	-	1	-	5	3
29	São Bento	-	-	1	-	9	1
30	São Francisco	1	1	-	-	4	1
31	São José	-	-	-	4	23	-
32	São Joaquim	-	-	1	-	6	1
33	Tijucas	1	1	-	2	23	-
34	Tubarão	1	1	-	1	22	-
35	Urussangua	-	-	-	2	21	-
<b>T O T A L</b>		<b>10</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>47</b>	<b>510</b>	<b>47</b>

Fonte: Directoria da Instrução Pública. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Secretário do Interior e Justiça pelo Director da Instrução Pública. Antônio Mancio da Costa, ano de 1926.

**QUADRO Nº 23**  
**QUADRO GERAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS**  
**- 1930 -**

Tipos de Escolas	Masc.	Fem.	Mixtas	Total	Esc. Vagas
Escolas Isoladas	44	42	637	723	41
Escola Modelo	-	-	1	1	-
Grupos Escolares de 2ª Classe	-	-	15	15	-
Grupos Escolares de 1ª Classe	-	-	12	12	-
Escolas Complementares	-	-	15	15	-
Escola Normal	-	-	1	1	-
Curso Profissional Feminino	-	1	-	1	-
Escolas Noturnas	5	-	-	5	2
Escolas para Adultos	5	-	-	5	-
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>43</b>	<b>681</b>	<b>778</b>	<b>43</b>

Fonte: Relatório dos Serviços da Instrução Pública durante o ano revolucionário 25 de Outubro de 1930 a 25 de Outubro de 1931.

Para termos uma visão do progresso das escolas publicas, torna-se pertinente relacionarmos o número de escolas públicas estaduais do ano de 1926, no município de Blumenau, com o número existente em 1917. Havia, no ano de 1926 um total de 62 escolas estaduais, ao passo que em 1917 havia somente 10 escolas. É notório o aumento, também em outras áreas coloniais, como é o caso de Brusque, Joinville, Nova Trento e Urussanga.

No relatório de instrução pública de 1929 aparece outro dado interessante que nos auxilia a esclarecer este fenômeno. Diz o relatório que só no município de Blumenau foram doadas ou cedidas ao Estado 15 casa para a instalação de escolas públicas nas seguinte localidades: Ribeirão das Cobras, Alto Garcia, Gaspar Mirim, Caminho das Areias, Sharlack, Santa Maria, Sagrada Família, Guaricanas, Rio da Vargem, Poço Grande, Massaranduba Baixo, Ribeirão da Fruteira, Taboão, Serralta e Caminho Tiroleses. Ao to-

do, foram 65 as casas cedidas ao Estado até o ano de 1929. (51)

Justamente, a partir deste momento há um rápido declínio do número de estabelecimentos das Escolas Paroquiais. Foi determinante a ação do governo estadual em desenvolver uma política de nacionalização através do ensino; a gratuidade do ensino estadual, ao passo que nas escolas Paroquiais a comunidade tinha o compromisso de sustentar o professor; e, uma vez consentido para a Igreja os estabelecimentos públicos para o ensino religioso, não havia mais motivo para desafetos com o Estado.

Os quadros a seguir, ao menos apontam para esta perspectiva.

---

(51) SANTA CATARINA.. Relatório Apresentado pelo Dr. Manoel da Nóbrega Diretor da Instrução Pública Estadual de Santa Catarina ao Exmo. Snr. Dr. Cid Campos, Secretário do Interior e Justiça em 31 de maio de 1929. Florianópolis, 1929.

**QUADRO Nº 24**  
**RELATORIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1927 -**

Nº	Paróchia	Localidade	Denominação	Fun- dação	Professor	Alunos	
						Mas.	Fem.
1	Rodeio	Rodeio		1901	Irmãs	224!	230!
2	Rodeio	Santa Maria		1927	Irmãs Catechistas		
3	Angelina	Angelina	Collegio	1927	Irmã Aurora Schuttel		
4	Angelina	Perdidas	Escola Parochial	1910			
5	São Ludgero	Braço do Norte	São Ludgero	1870	Irmãs da Caridade	120!	80!
6	Azambuja	Rio Canela Grande	Santa Ana	1926	Carlos Cargnin	30!	20!
7	Blumenau	Blumenau	Collegio Santo Antônio	1877	P.P. Franciscanos	258!	
8	Blumenau	Blumenau	Collegio Sagrada Família	1875	Irmãs Divina Providência	49!	225!
9	Blumenau	Indaial	Escola Parochial	1898	Maria Vesely	22!	23!
10	Blumenau	Belchior	Escola Parochial	1900	Geraldo Wenhorst	25!	24!
11	Blumenau	Encanto Alto	Escola Parochial	1911	Basilía Deckmann	23!	24!
12	Blumenau	Encanto Baixo	Escola Parochial	1924	Florentina Vetter	12!	13!
13	Blumenau	Rio Morto	Escola Parochial	1924	Leocádia de Jesus	19!	17!
14	Blumenau	Estrada das Areias	Escola Parochial	1878	Jacob Tarnowski	21!	20!
15	Brusque	Brusque	Santo Antônio	1888	Irmãs	88!	97!
16	Ouro Verde	Ouro Verde	Collegio Cristo Rei	1927	Luiz E. Tack	35!	
17	Ouro Verde	Ouro Verde	Collegio Sagrado Coração	1921	Ir. Coleta/Cândida/Leonida	104!	124!
18	Pescaria Brava	Pescaria	Bom Jesus do Santissimo	1927	Salonão José Silva	20!	30!
19	Itacema	Itacema	Collegio S. Josafat	1919	Irmãs Servas Imaculado C.	43!	46!
20	Itajahy	Itajahy	São José	1910	Irmãs Divina Providência	168!	170!
21	Jaraguá do Sul	Jaraguá	Collegio São Luiz	1911	Irmãs Divina Providência	100!	73!
22	Joinville	Joinville	Collegio Parochial	1909	Irmãs Divina Providência	223!	224!
23	Lages		Collegio São José		P. P. Franciscanos	160!	
24	Lages		Escola Imaculada Conceição		Irmãs Divina Providência		65!
25	Laguna		Collegio Stella Maris	1911	Irmãs Divina Providência	153!	174!
26	Luiz Alves	Santo Antônio	Escola Parochial	1898	Maria Stoff	51!	45!
27	Luiz Alves	Rio Canoas	Escola Parochial	1922	Domingos Reichert	27!	22!
28	Luiz Alves	Ribeirão dos Padres	Escola Parochial	1918	Celeste Scola	31!	13!
29	Luiz Alves	Braço Secco	Escola Parochial	1920	José Bambi	18!	16!
30	Mafra	Mafra	Escola Parochial	1927	Francisco C.	27!	23!
31	Nova Trento	Nova Trento	Santo Antônio		Irmã Ernestina	50!	48!
32	Nova Trento	Salto	Santo Antônio		Irmã Cristina	35!	36!
33	Porto Novo	Porto Novo	São Canisio	1927	José Frauzer	11!	12!
34	Porto Novo	Caçalho	N. S. Imaculada Conceição	1927	Julia de Moraes	17!	10!
35	Braço do Norte	Quadro	Escola Parochial	1920	Pedro Scherf/é Professor	80!	32!
36	Braço do Norte	Córjuas	Escola Parochial	1917	Guilherme Rech	20!	26!
37	Braço do Norte	Apazém	Escola Parochial	1926	Arnaldo Figger	40!	60!
38	Rio do Oeste	Rjo do Oeste	Maria Auxiliadora	1916	Irmãs Catechistas	30!	27!
39	Rio do Oeste	Santo Antônio	Santo Antônio	1917	Irmãs Catechistas	41!	32!
40	Rio do Oeste	Rjo Café	Santa Anna	1923	Irmãs Catechistas	17!	13!
41	Rio Fortuna	Rjo Fortuna	Escola Parochial	1921	Artur A. Drechsel	25!	15!
42	Rio Vermelho	Rjo Velho			Marta G.	22!	22!
43	Rio Vermelho	Rjo Natal			Sofhia Augustina	40!	44!
44	São Bento	São Bento	Escola Parochial	1887	Irmãs Divina Providência	72!	97!
45	São Bento	Lençol	Escola Parochial			43!	29!
46	São Bento	São Pedro	Escola Parochial	1914	João	16!	11!
47	São Francisco	São Francisco	Stella Matutina	1915	Irmãs Divina Providência	85!	125!
48	S.P. Alcantara	Rachadel			Virgilio	30!	25!
49	S.P. Alcantara	Santa Maria			José Zimmermann	13!	24!
50	S.P. Alcantara	Várginha			José Fuck	9!	16!
51	S.P. Alcantara	Santa Philomena			Maria Zimmermann	9!	13!
52	Desterro	Centro	Collegio Sagr. Coração Jesus		Irmãs Divina Providência	113!	527!
53	Desterro	Centro	Escola Santa Catharina		Frei Evaristo	60!	58!
54	Desterro	Centro	Asilo de Orfãs		Irmãs Divina Providência		73!
55	Desterro	Centro	Escola São José		Frei Evaristo	298!	321!
Somma						3.192!	3.470!
Total							6.662!

Fonte: Pasta de Relatórios Paroquiais do ano de 1927.

Obs : Os dados em branco, não constam nos Relatórios Paroquiais.

**QUADRO Nº 25**  
**RELATORIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1928 -**

Nº	Parochia	Localidade	Denominação	Fun- dação	Professor	Alunos		
						Mas.	Fem.	
1	Nova Trento	Nova Trento	Santo Antônio		Irmã Ernestina	50	41	
2	Nova Trento	Salto	Santo Antônio		Irmã Cristina	27	29	
3	Angelina	Angelina	Collegio Nossa Senhora	1927	Irmã Emanoela	15	18	
4	Angelina	Perdidas	Escola Parochial	1910	Francisca Schappo	18	10	
5	Vargem Cedro	Vargem do Cedro	Collegio Santos Anjos	1928	Irmão São Francisco	32	32	
6	Braço do Norte	Braço do Norte	Collegio Parochial	1920	Pedro Scharf	60	30	
7	Braço do Norte	Corujas	Collegio Parochial	1917	Guilherme Rech	20	20	
8	Braço do Norte	Armazém	Collegio Parochial	1926	Arnoldo Giger	25	10	
9	Cocal	Linha Torres	Collegio Parochialer		Ignácio Kubacki	23	27	
10	Massaranduba		Collegio Parochial	1927	Irmãs de Curitiba	42	49	
11	Massaranduba		Collegio Parochial		Ladislaw Ostronski	36	37	
12	Massaranduba	Telegraphline	Collegio Parochial		Ladislaw Ostronski	28	32	
13	Massaranduba	13 de Maio	Collegio Parochial		Martins Wroblewski	13	16	
14	Luiz Alves	Santo Antônio	Collegio Parochial	1898	Irmãs Catechistas	56	40	
15	Luiz Alves	Braço Secco	Collegio Parochial	1920	Agostinho Bambi	14	13	
16	Luiz Alves	Canoas	Collegio Parochial	1922	Domingos Reichert	21	25	
17	Luiz Alves	Ribeirão do Padre	Collegio Parochial	1918	Celeste Scola	29	22	
18	Brusque	Brusque	Santo Antônio	1888	Irmãs	98	82	
19	Itajai	Itajai	Collegio São José	1910	Irmãs Divina Providência	161	201	
20	São Ludgero	São Ludgero	Collegio São Ludgero	1870	Irmãs de Caridade	123	82	
21	S.J.Batista	Itoupava	Nossa Senhora	1919	Irmãs Catechistas	23	15	
22	S.J.Batista	Taboão	Nossa Senhora do Rosário	1924	Irmãs Catechistas	11	5	
23	Santo Amaro	Santo Amaro	Santo Antônio		Irmãs	90	60	
24	Santo Amaro	Fazenda	Bon Jesus		Paulo	15	12	
25	Azambuja	Rio da Canela Grande	Santa Ana	1926	Carlos Cargin	30	20	
26	Iracema	Iracema	Collegio N.S.Inaculado Coração	1919	Irmãs Agnes/Teofhan	49	51	
27	Rodeio	Rodeio	Escola Parochial	1901	Irmãs Catechistas	220	230	
						Somma	1.329	1.209
						Total	2.538	

Fonte: Pasta de Relatórios Parochiais anno de 1928.

Obs : Os dados em branco, não constam nos Relatórios Parochiais.

**QUADRO Nº 26**  
**RELATORIO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS**  
**- 1930 -**

! Nº !	! Parochia !	! Localidade !	! Denominação !	! Fun- ! dação !	! Professor !	! Alunos !	
						! Mas. !	! Fem. !
! 1 !	! Braço do Norte !	! Braço do Norte !	! Grupo Escolar Don Joaquin !	! 1930 !	! Antonio Rohden/Pedro Schar !	! 130 !	! 90 !
! 2 !	! Braço do Norte !	! Corujas !	! Escola Parochial !	! 1917 !	! Roberto Knies !	! 20 !	! 9 !
! 3 !	! Itajaí !	! Itajaí !	! Collegio São José !	! 1910 !	! Irm. da Divina Providencia !	! 190 !	! 210 !
! 4 !	! Vale do Cedro !	! Vale do Cedro !	! Collegio Santos Anjos !	! 1920 !	! Irmãs (2) !	! 37 !	! 33 !
! 5 !	! Nova Veneza !	! Forquilha !	! Sagrado Coração !	! 1919 !	! Adolfo Back/Jacob A. !	! 45 !	! 43 !
! 6 !	! S.P.Alcantara !	! Rachadel !	! !	! !	! !	! 31 !	! 30 !
! 7 !	! S.P.Alcantara !	! Santa Maria !	! !	! !	! !	! 28 !	! 11 !
! 8 !	! S.P.Alcantara !	! Aegyptem !	! !	! !	! !	! 8 !	! 6 !
! 9 !	! S.P.Alcantara !	! Braço do Norte !	! !	! !	! !	! 10 !	! 9 !
! 10 !	! S.P.Alcantara !	! Varginha !	! !	! !	! !	! 17 !	! 11 !
! 11 !	! S.P.Alcantara !	! Santa Philomena !	! !	! !	! !	! 9 !	! 11 !
! 12 !	! São Bonifácio !	! Santo Antônio !	! !	! !	! Werner !	! 5 !	! 5 !
! 13 !	! Pescaria Brava !	! Freguesia !	! Bom Jesus !	! 1927 !	! Julia Dias Nunes !	! 25 !	! 30 !
! 14 !	! Pescaria Brava !	! Siqueiro !	! São Pedro !	! 1929 !	! Maria Francisca !	! 30 !	! 20 !
! 15 !	! Pescaria Brava !	! Varzea !	! Santo Antônio !	! 1929 !	! Feliciano Nunes C. !	! 30 !	! 40 !
! 16 !	! São Miguel !	! Sorocaba !	! Escola Parochial !	! 1918 !	! Thomazia Medeiros !	! 25 !	! 25 !
! 17 !	! S. J. Batista !	! Alto Tijucas !	! São João Batista !	! !	! !	! 59 !	! 35 !
! 18 !	! Laguna !	! Laguna !	! São Vicente (Not.) !	! 1924 !	! Robertina/Zélia/Carmen !	! 130 !	! 60 !
! Somma !						! 829 !	! 678 !
! Total !						! 1.507 !	! !

Fonte: Pasta de Relatórios Parochiais anno de 1930.

Obs : Os dados em branco, não constam dos Relatórios Parochiais.



Com estes dados chega-se ao final do período republicano com uma visão geral do desenvolvimento das Escolas Paroquiais, e paralelamente do ensino público estadual.

Foram determinantes para o estabelecimento destas Escolas Paroquiais a relação entre a Igreja e o Estado. Ou seja, as hostilidades entre a Igreja e o Estado começam a se amenizar, e isto faz diminuir em intensidade a criação das Escolas Paroquiais como a separação entre a Igreja e o Estado havia tornado necessário o processo de reorganização da Igreja Católica no qual se insere a criação das Escolas Paroquiais. O grande motivo era a educação religiosa e se essa era permitido nos estabelecimentos públicos diminui a preocupação da Igreja com as Escolas Paroquiais.

Desta forma a mudança de posicionamento das duas instituições, também em nível nacional, ocasionou o fim de um modelo de Igreja denominado de "Sociedade Perfeita" e inicia uma nova etapa da vida da Igreja Católica em que as relações com o Estado se estreitaram e se inaugura um novo modelo: a Igreja da Neo-Cristandade. Neste modelo a Igreja usa novamente a estrutura do Estado para manter sua inserção na sociedade.

## 6 - ORGANIZAÇÃO E PEDAGOGIA DAS ESCOLAS PAROQUIAIS

Antes de analisar algumas questões relativas a estrutura organizativa das Escolas Paroquiais, queremos expor a concepção do Episcopado sobre as mesmas.

O documento que melhor exprime uma definição do que seja uma Escola Católica e, notadamente Paroquial, é o comentário de Dom João Becker, a respeito de uma Carta Pastoral Coletiva dos Bispos da França. Baseado nesta carta, o bispo assim se expressa:

"A escola livre ou christã é aquella onde o "mestre" possui com as necessarias aptidões pedagogicas, a "felicidade de crer" e a coragem de viver segundo suas crenças, imitando assim o divino Educador, de quem narram as Sagradas Escripturas ter tido o cuidado de praticar a moral antes de ensinal-a. A escola christã é aquella onde o mestre tem principalmente em mira a "sciencia religiosa" e põe nas mãos de seus alumnos "livros" de uma "orthodoxia" perfeita, e cria em redor delles uma atmopghera favoravel ao desenvolvimento de sua fé e virtude".(1)

Em Santa Catarina o desenvolvimento dessas escolas está diretamente relacionado à pessoa do bispo. São eles os impulsionadores, e consequentemente os coordenadores deste movimento em primeiro plano. Em seguida vem os Párocos como cooperadores desta tarefa, até sob pena de perderem suas atividades eclesiásticas. Desta maneira, depois do bispo diocesano, são eles os responsáveis pelas escolas nas suas respectivas paróquias.

---

(1) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Anno 3 (10), Dezembro de 1913. p. 153.

"Em todas estas escolas a inspecção e a suprema direcção quanto a escolha de professores, horário e matéria de ensino compete ao Vigário e aos seus coadjutores".(2)

Somente em 1912, Dom João Becker cria na estrutura administrativa um cargo de Diretor do Ensino Diocesano, na ocasião o Rev. Sr. Pe. Nicodemos Grundhoff. O Bispo recomenda aos padres que obedeam prontamente às ordens e avisos promulgados no exercício e cumprimento de seus deveres, para que bem se organize o ensino diocesano.(3)

Esta forma de administração permanece até o final do período em estudo. Da mesma forma que há, em nível estadual, uma centralização no bispo ou no diretor de ensino por ele nomeado, há também uma centralização na pessoa do pároco à nível local. Isto fica mais claro se observarmos os estatutos que regem as Escolas Paroquiais.

#### 6.1 - Os Estatutos das Escolas Paroquiais

Estes estatutos ilustram a organização das Escolas Paroquiais em determinadas Paróquias. Percebe-se neles a centralização administrativa como forma de impedir qualquer ingerência que questionasse o ensino católico. Embora nem todas as paróquias tivessem tal organização é certo que se orientavam pelos mesmos princípios.

---

(2) DIOCESE DE CURITIBA, *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Anno 1 (3), Março de 1900. p.

(3) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Anno 2 (1), Março de 1912. p. 56

"ESTATUTOS DA SOCIEDADE DAS ESCOLAS PAROCHIAIS DA PARÓQUIA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

Os abaixo assinados moradores da Paróchia de São Pedro d'Alcântara á honra de Deus e para o bem da nossa Santa Religião Católica e da educação de seus filhos declaram que fundam uma sociedade particular para erigir e manter nesta paróchia escolas parochiais sob os seguintes estatutos.

1º . O curso escolar antes da Primeira Comunhão durará ao menos dois anos e comprehende as matérias do ensino elementar e a língua portugueza.

2º . A Sociedade será administrada pela directoria geral composta do vigário da paróchia como director, de secretario, de thesoureiro e dois assistentes. O Secretario e o thesoureiro assim como os assistentes serão nomeados pelo vigário d'entre os inspectores locais de que falla o artigo seguinte.

3º . Cada Escola terá uma administração local composta de inspector e quatro assistentes eleitos no fim de cada anno pelos sócios da respectiva escola. D'entre os assistentes o vigário nomeará o thesoureiro. A administração local dará conta cada anno á directoria geral.

4º . Os professores das escolas serão nomeados pelo vigário e estarão sujeitos ás ordens d'elle.

5º . Cada sócio pagará cada anno dois mil e quatrocentos réis á Caixa da Irmandade de Santo Antonio, fundada para subvencionar as escolas parochiaes.

6º . O honorário do professor será pago:

- a) pela caixa da Irmandade de Santo Antonio, e na falta,
- b) pelas contribuições dos sócios que tiverem filhos na escola.

7º . As despesas com o edificio e móveis da escola estarão a cargo da caixa local da Irmandade de Santo Antonio e de todos os sócios que contribuirão em partes eguaes seja em dinheiro seja em serviços.

8º . Os paes de familia que não são sócios poderão mandar seus filhos á escola sob a condição porém de pagarem o duplo das contribuições de que fallam os artigos 5º e 6º e além disso esses alumnos não participarão no concurso de premio e de outros favores a que tem direito os filhos dos sócios.

9º . A admissão de novos sócios competirá á administração local com consentimento do vigário.

10º . Sob proposta do vigário poderá a sociedade mudar os presentes estatutos em assembléa geral com maioria de votos dos comparecidos.

E em pleno accordo com os estatutos acima declarados obrigam-se e assignam de própria mão: (Seguem as assignaturas de 265 paes de família)".(4)

Na verdade o que os estatutos querem de todas as formas é garantir a manutenção das Escolas Paroquiais, além do controle efetivo do Paróco sobre o ensino religioso.

## 6.2 - O Currículo

O pressuposto básico de ensino nas Escolas Paroquiais era a educação religiosa das crianças. Ou seja, conforme os próprios Bispos "dar o pão da doutrina aos pequeninos"(5) ou um local onde a "mocidade nascente encontre o pasto espiritual da doutrina cristã e de outros conhecimentos úteis para a vida prática".(6) Era a primazia da catequese no ensino.

Entretanto, com o desenvolvimento das Escolas Paroquiais e com a intenção da Igreja Católica de dividir com o Estado a influência na sociedade, foram surgindo as escolas com estrutura idêntica ou até superior aos da Instrução Pública. Tomaremos como exemplo o currículo do Colégio Paroquial de São Francisco, em Florianópolis, que iniciou suas atividades aos 25 de janeiro de 1904 no pavimento anexo à Igreja da Venerável Ordem Terceira. Diz

---

(4) *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 25 de Janeiro 1903. p. 8.

(5) EPISCOPADO BRASILEIRO. Pastoral Colectiva de 1890. Em: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. A igreja da república; *Coleção pensamento político republicano*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 49.

(6) Id., *Pastoral Colectiva de 1915*. p.

o respectivo documento:

"Tem por fim este Collegio dar aos seus alunos uma boa educação christã e uma solida instrução baseada no ensino intuitivo.

A instrução comprehende um curso completo de cinco anos. As matérias de ensino são as seguintes:

1ª Classe (1ª e 2ª anno)

No verão das 8 horas às 11 resp. 12 p.m. e no inverno, das 9 horas às 11 resp. 12 p.m.

Ensino intuitivo resp. Lições de cousas; Legografia resp. leitura e escriptura; Ensino da Língua Vernácula; Aritmética.

2ª Classe (3ª, 4ª e 5ª anno)

Das 12 horas às 4 p.m. Leitura; Calligrafia; Língua Vernácula (Gramática, Ortografia, Composição); Aritmética; Geografia; História do Brasil e (Noções de História Universal); História Natural; Geometria prática (noções); Desenho; Musica Vocal; Gymnástica.

O Ilmo Senhor professor Wenceslau Bueno teve a gentileza de offerecer-se para lecionar o Portuguez.

Os interessados encontrarão o programa especificado no Collégio, onde poderão examiná-lo.

Um Boletim trimestral, reunindo as notas deste período, será enviado aos paes, que devovel-o-hão, subscrevendo-o

A pedido de deversos pais de alumnos, principiará em fevereiro próximo futuro um curso facultativo de allemão e francez, para principiantes, do qual poderão participar também os alumnos de outros collégios.

O ensino de cada uma d'essas línguas far-se-ha alternadamente à tarde, das 5 às 6 horas, tres vezes por semana. Somente admittem-se alumnos que já tenham alguns conhecimentos de gramática portugueza.

As mensalidades são: para a 1ª classe 3\$000 e para a 2ª 4\$000. Para o ensino facultativo de allemão ou francez pagarão os alumnos do Collégio Parochial 1\$000 e o dos outros Collégios 2\$000 mensaes. Os pagamentos serão effectuados adiantadamente, não se fazendo desconto algum pelas faltas.

Somente no início do ano serão admitidos alumnos analphabetos. Os alumnos que desejam frequentar as aulas de francez ou allemão devem, até o dia 17 do corrente, prevenir ao director.

Para a admissão dirijam-se ao revd. Vigário Pe. Francisco Topp ou ao revd. Pe. Gabriel Lux."(7)

Esta organização não aconteceu em todas as escolas, porque em muitas regiões do Estado não tinham condições para isso. E, via de regra, a "educação christã deve, em primeiro lugar, conferir aos meninos os thesouros da verdade, da graça e da salvação, deve introduzil-os no pleno gozo dos bens celestes" (8) podendo em seguida as escolas se utilizarem dos "programas das escolas correspondentes do governo".(9)

Desta forma o currículo se constituía basicamente no programa de ensino do governo, ou seja, a aprendizagem da escrita, da leitura, das operações matemáticas, de fundamentos de geografia e história, além de algumas horas de doutrina e história sagrada. Estas últimas eram as disciplinas mais importantes, seja pelo seu sentido para os indivíduos em particular, pois só aí encontrariam o caminho para a felicidade, seja para a comunidade que só se manteria com segurança quando firmada na religião, segundo a convicção da Igreja.

---

(7) Id., Anno 2, 10 Janeiro 1904. p. 58.

(8) Dom João BECKER. *Carta Pastoral sobre as Escolas Parochias*. Florianópolis, Typographia BRAZIL, 1909. p. 7.

(9) DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Terceiro Synodo da Diocese de Florianópolis*, Florianópolis, s.ed., 1925. p. 52.

### 6.3 - O Professor Paroquial

Na sua Segunda Carta Pastoral sobre as Escolas Paroquiais

Dom João Becker afirma que:

"os paes são os educadores natos dos seus filhos, que devem receber no lar paterno a primeira instrução, mas sobre ser impossível completar-se a educação na família, assiste á Igreja o direito, direito sacrossanto e inalienável, de educar os filhos de paes catholicos na sua religião".(10)

Para isso impõe-se a necessidade das Escolas Paroquiais onde o menino possa ser:

"educado segundo a doutrina de Jesus Cristo, de tal forma que se possa santificar neste mundo como digno instrumento divino, cooperando para o bem da sociedade humana e gloria de Deus, e alcance um dia, como herdeiro do céu, a vida eterna".(11)

Educar, significa, na concepção de Dom João Becker,

"dirigir, formar e proteger cuidadosamente as qualidades phisicas, bem como as faculdades da alma do menino, de sorte que se possam ellas desenvolver na mais bella harmonia".(12)

O homem deve ser educado não somente para o mundo, mas também para Deus. A mesma advertência fazem os Bispos na Pastoral Coletiva da Província Meridional:

"Cuidae por meio dos mestres, os quaes, na formação da intelligência e do coração da primeira idade, não podem prescindir da base de todos os conhecimentos, que é o conhecimento de Deus, e do fundamento de toda a honestidade nos costumes, e de toda a virtude, que é o mesmo Deus".(13)

---

(10) Ibid., p. 5.

(11) Ibid., p. 6.

(12) Ibid., p. 6.

(13) EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Colectiva dos Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil*, Anno 1904. p. 11.



Dentro desta visão a respeito da educação não é possível que qualquer pessoa, mesmo sabendo as operações fundamentais da matemática, gramática, história, geografia, seja designada para ser professor das Escolas Paroquiais. Se a ação educacional consistia em fazer andar, em estimular o avanço para a perfeição e a vida em Deus também necessitaria de um guardião destes valores, assegurado não somente pelo ensino, mas especialmente pelo seu exemplo de vida e pela sua incansável atuação no campo religioso e social.

Da mesma forma se expressam os Bispos na primeira reunião da Província Eclesiástica Meridional:

"Havemos de educá-los por meio de seus mestres, lembrando-lhes habilmente a obrigação indeclinável de formarem na verdadeira crença e nos princípios da moral christã os alumnos, que os paes lhes confiaram. E para obtermos dos professores o cumprimento deste dever e seu concurso valioso no cumprimento do nosso, é de necessidade termos com elles relações de bôa intelligência e de amizade. Esforcemo-nos por lhes ganhar o coração, e assim guial-os no altissimo mister de formar a mocidade; e si algum for pedra de escandalo por sua indiferença religiosa, ou por sua vida immoral, não trepidemos um instante em arrancar de suas garras as crianças, custe o que custar".(14)

Todas estas exigências fizeram com que o professor assumisse o magistério como uma vocação e como uma missão essencialmente religiosa associada à figura do vigário. O professor paroquial era uma espécie de extensão do vigário, como ilustra o relato:

"Desde o mez de Abril, está funcionando em Brusque a Escola parochial do sexo masculino com 58 meninos, numero que vae crescendo cada vez mais. Metade, mais ou menos, destes alumnos pagam mil reis por mez: o que serve para auxiliar o pagamento

---

(14) Id., Anno 1901. p. 24.

do professor, que e um moço solteiro, de boa conducta e que reside com o próprio parochio de Brusque. Este faz com prazer, o sacrificio de dar ao professor casa e mesa com os nobres fins de guardal-o dos perigos do mundo, de conservar o carácter genuinamente cathólico da Escola e de amparar e elevar aos olhos dos meninos a auctoridade moral do mestre".(15)

Nesta perspectiva, o professor parochial era considerado como um homem de confiança dos pais e da Igreja, que lhe confiavam as crianças para introduzi-las na doutrina sagrada. Um guardião da moral e dos bons costumes.

Estas exigências de virtudes no professor parochial eram cuidadosamente cultivadas pela Igreja. Pois nesta concepção do magistério como sacerdócio, a força interior que capacitava e dava energia para esta doação constante precisava ser cultivada. Ela era fruto, em parte, de uma conquista pessoal através da prece e da vida sacramental. Por isto, sugeria-se para os professores, para sua reciclagem e reafervoramento religioso, um recurso já tradicional entre o clero: o retiro espiritual anual. Costumava-se fazê-lo durante três dias em ambiente de recolhimento especial. Através de palestras, celebrações e muita prece, era buscado o aprofundamento da missão do professor.(16)

Um apelo feito por Dom João Becker na Resenha Eclesiástica, de março de 1912 vai de encontro à esta análise. Anuncia a referida Resenha:

"Está projectado um curso de exercicios espirituaes para os professores primários parochiaes desta diocese. Os revmos. srs. vigários não ignoram as difficuldades que impedem a dif-

---

(15) Id., *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Anno 1 (9), 1900. p. 18.

(16) Lúcio KREUTZ. *O Professor Parochial*, Florianópolis, Ed. da UFSC. 1991. p. 98.

fusão do ensino religioso e os perigos que, da parte do indiferentismo e do espirito anti-religioso, ameaçam os professores catholicos. Nestas emergências torna-se imperiosa obrigação conservar, antes de tudo, aquilo que com muitos sacrificios se tem obtido, quer dizer, avigorar e fortalecer mais no espirito christão os que são os auxiliares mais fortes do vigário, os professores do magistério parochial.

Na Europa, esses cursos de regeneração espiritual e de formação de homens decididos, estão em uso ha muito tempo, tendo produzido entre os membros do magistério primário, os mais estupendos resultados. Do retiro, o professor sahe animado pelos grandes ideaes e melhor armado contra os perigos actuaes.

Procurem, portanto, os revmos. vigários empregar todos os meios a seu alcance para que os seus professores possam gozar, este anno, do grande beneficio de um retiro espiritual. Os exercitantes encontrarão o melhor acolhimento e, no Gymnasio S. Catharina, terão alojamento gratuito. Os dias do retiro serão marcados no próximo número da resenha.

Está ahi o appello aos dignos vigários e o pedido que o transmitam, com o necessário encorajamento aos professores."(17)

Além desta preocupação eminentemente espiritual para com o professor paroquial, sugeria-se que nas escolas primárias fossem convidados os

"diplomados pelas escolas normaes, contanto que deem provas sufficientes da sua moralidade, fé firme e instrucção bastante, para bem ensinar às crianças a doutrina catholica, e, além disso, sejam em tudo catholicos fervorosos".(18)

As escolas normaes tinham a função de formar o professor paroquial em sua globalidade, e vinham atender à falta de bons professores que se dispuzessem a lecionar nas Escolas Paroquiais. Para amenizar esta deficiência no ensino religioso católico, Dom João Becker fundou uma escola normal que

---

(17) Id., *Resenha Eclesiástica*, Anno 2 (1), Março 1912. p. 141-142.

(18) Id., *Segundo Synodo da Diocese de Florianópolis*. Florianópolis, Livraria Cisne, 1919. p. 102.

"preparasse de acordo com as leis eclesiásticas e civis, um professorado devidamente instruído, no Collegio Santo Antonio de Blumenau".(19)

No entanto, para que o professor:

"seja admitido, e exerça o magistério em escolas primarias, nas quaes a Egreja exerce sua jurisdição, deve dar provas de fé e honestidade, como também de aptidão. A forma pela qual se fará este exame compete ao Bispo resolver. Mas convem que estes exames se façam em presença de homens práticos e entendidos em matéria escolástica e delegados para este officio pelo próprio Bispo. Feito o exame, dar-se-ha à cada um que tiver sido approvado pelos examinadores, um diploma de habilitação para maior ou menor espaço de tempo".(20)

Embora, tenhamos falado até o momento de professor paróquial no masculino, parece que ocultamos a enorme contribuição das professoras paróquiais. Mesmo na qualidade de mulher, não muda a sua função social e religiosa. O referido relatório ainda nos adverte para o fato que muitas escolas estavam sob a responsabilidade de Congregações Religiosas Femininas, entre elas, a Divina Providência e as Catequistas Franciscanas, esta última fundada em função das Escolas Paróquiais na região de Rodeio, em 1915.

#### 6.4 - As Congregações Religiosas

É inegável a contribuição proporcionada pelas Congregações Religiosas para o estabelecimento das Escolas Paróquiais. Já alu-

---

(19) Id., *Primeiro Synodo da Diocese de Florianópolis*. Florianópolis, Typographia BRAZIL, 1910. p. 124.

(20) Ibid., p. 21.

diu-se no parágrafo anterior às duas congregações femininas que mais se dedicaram ao ensino em Santa Catarina.

As Irmãs da Divina Providência chegaram a Santa Catarina em 1895 e se estabeleceram primeiramente em Tubarão. Posteriormente atingiram praticamente todo o Estado. Em 1912 contavam aqui com quinze obras em treze localidades, e, em 1917, conforme o relatório da Congregação das Irmãs da Divina Providência, mantinham 17 escolas e colégios.

**QUADRO Nº 27**  
**RELATÓRIO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA**  
**- 1917 -**

Escolas	Localidade	Masc.	Fem.	Total
Collégio Coração de Jesus	Florianópolis	457	460	917
Collégio São José	Tubarão	120	130	250
Convento Sagrada Família	Blumenau	140	150	290
Convento Menino Deus		130	140	270
Collégio Santa Rosa de Lima	Lages	140	150	290
Convento Santa Rosa	Santo Amaro	-	110	110
Collégio Paroquial	Santo Amaro	110	-	110
Collégio São José	Itajaí	210	220	430
Collégio Paroquial	Brusque	130	140	270
Collégio Stela Matutina	São Francisco	120	130	250
Collégio Paroquial	Joinville	410	420	830
Collégio Paroquial	São Bento	130	140	270
Collégio Santa Ana	Braço do Norte	150	160	310
Collégio Santa Maris	Laguna	100	110	210
Collégio N. Sra. de Lurdes	São José	60	70	130
Asilo das Orfãs da	Florianópolis	100	120	220
Irmandade do Espírito Santo				
<b>T O T A L</b>		<b>2.507</b>	<b>2.650</b>	<b>5.157</b>

Fonte: Pasta Relatório Paroquial, anno 1917

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas surgiu em virtude da falta de professores para as Escolas Paroquias na região de Rodeio. Diante desta dificuldade o vigário, Frei Polycar-

po Schuhen convidou três moças para lecionarem nas escolas onde vagava a cadeira de professor. Preparava-as devidamente enviando ao Convento Menino Deus da Irmãs da Divina Providência, onde durante dois meses se recolhiam a fim de ampliar os conhecimentos, no estudo, no silêncio, na oração, e preparar a mente, o coração e o espírito para as funções que lhes estavam reservadas como professoras paroquiais. A primeira candidata foi a Srta. Amábile Avosani. Em seguida se dispuseram Maria Avosani e Liduína Venturi e depois, em virtude do aumento das professoras, se constituíram em uma associação de moças dedicadas ao magistério, núcleo inicial do Instituto das Irmãs Catequistas Franciscanas. (21)

Além destas duas Congregações aparecem nos relatórios as Irmãs Salesianas, Franciscanas da Caridade, Irmãs do Coração de Jesus, Servas do Espírito Santo e Catequistas Franciscanas.

#### 6.5 - A Manutenção das Escolas Paroquiais

A manutenção das Escolas Paroquiais se constituía numa das grandes dificuldades para a Igreja. Com a promulgação da Constituição de 1890 a Igreja se tornou independente, mas sem nenhuma base de sustentação econômica. Até esse momento, toda a administração e arrecadação de fundos, no caso o dízimo, era feita pelo Estado.

Essa situação exigiu que a Igreja procurasse meios pró-

---

(21) Ede Maria VALANDRO. *Em resposta ao clamor do povo*. Joinville, s.ed., 1990. p.

prios para manter suas atividades. Em relação às escolas, a Igreja procurou recursos junto ao governo, que eram constantemente negados, a não ser em casos de Colégios com certa tradição e influência na sociedade, como o Ginásio Catarinense.

Outra maneira encontrada para a manutenção das escolas é a solicitação de ajuda aos países dos quais vieram a maioria dos imigrantes: Itália e Alemanha principalmente. Não conseguimos fazer levantamento de todas as escolas subvencionadas, mas apresentaremos os dados relativos ao ano de 1913.

**QUADRO Nº 28**  
**RELATÓRIO DAS ESCOLAS SUBVENCIONADAS - 1913**

Paroquia	Localidade	Subvenção	Valor
Joinville	Joinville	Governo Alemão	DM 1.200
Cresciuma	Paróquia	Cons. Italiano	540#000
	Rio Maina	Cons. Italiano	212#000
	Rio Patrimônio	Cons. Italiano	212#000
	1ª Linha	Cons. Italiano	212#000
	2ª Linha	Cons. Italiano	212#000
	Morro Albino	Cons. Italiano	212#000
Brusque	Sede	Camara/Governo	20#000
	Guabiruba	-	
	Neinestrasse	Governo Alemão	DM 1.100
	Langestrasse	Governo Alemão	DM 1.100
	Peter Strasse	Governo Alemão	DM 1.100
	Grossenfluss	Governo Alemão	DM 1.100
	Hachebem	Governo Alemão	DM 1.100
Braço do Norte	São Ludgero	Governo Alemão	DM 1.200
	São Mauricio	Governo Alemão	DM 150
	São Marcos	Governo Alemão	DM 150
	Cachorrinho	Governo Alemão	DM 150
	Rio Pinto	Governo Alemão	DM 150
	Rio Bonito	Governo Alemão	DM 150

Fonte: Pasta de Relatorios Paroquiais, anno 1913

A Igreja também procurou desenvolver meios próprios de manutenção de suas Escolas Paroquiais. Criou para isso a Associação

de Santo Antonio, já anteriormente mencionada, pela influência que exerceu na criação e manutenção das Escolas Paroquiais.

#### "ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO

Art.I. À exemplo da Obra de São Francisco de Salles, fundada em Paris, approvada e muito recomendada pela Santa Sé, esta Associação se propõe:

1º. Fundar e manter escolas primarias, de ambos os sexos, em cada parochia.

2º. Estabelecer outras obras de utilidade social, conforme os recursos de que dispozer.

Art.II. A Associação será dirigida por um Conselho Superior, residente em Curitiba e por Directores locais nas parochias.

Art.III. Os Socios dirão, cada dia, uma Ave-Maria com a jaculatoria: Santo Antonio, rogue por nós em honra do mesmo Santo e por intenção de todos os Socios e darão cem reiz por mez. Os Socios, mais generosos, não ficam impedidos, antes são vivamente convidados a darem maior quantia mensal, se isto lhe aprouver.

Art.IV. A Associação admite também uma outra cathegoria de Socios com a denominação de Socios Benemeritos. Serão Socios Benemeritos aquellas pessoas que derem, por uma só vez, a quantia de sessenta mil reis. Receberão um diploma especial e gozarão de todas as vantagens espirituaes da Associação.

Art.V. Os Socios terão parte em todas as orações dos associados e em uma missa que, na primeira terça feira de cada mez, será celebrada em cada parochia por intenção dos Socios vivos e mortos e pela qual se dará a esmola usual.

Art.VI. Na primeira terça feira de Novembro um serviço funebre solemne será celebrado em cada parochia em suffragio das almas dos Socios, fallecidos durante o anno.

Art.VII. As festas solemnes da Associação são a 13 de Junho, dia de Santo Antonio, padroeiro principal da Associação e a 8 de Setembro, dia da Natividade da Santissima Virgem, padroeira desta Diocese.

Nestes dias, bem como nos dias das missas, os Socios devem reunir-se para orarem em commum pela prosperidade das Obras da Associação.

Disposição Provisória: Logo que esta Associação tenha um bom numero de Socios e algumas de suas obras em solido andamento, estes Estatutos serão apresentados a Santa Sé, para que juntamente com a approvação e a bençam do Santo Padre, recebem também a graça de algumas indulgências plenarias e parcia-



es."(22)

Preocupado com a uniformidade na direção da Associação Dom José de Camargo Barros também institui um Regimento Interno para a Associação de Santo Antônio.

#### REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO

Art.I . A Associação de Santo Antonio é uma só e a mesma em toda a Diocese e terá personalidade jurídica, representada pelo Conselho Superior da mesma.

Art.II . Os Membros do Conselho Superior serão nomeados pelo Bispo Diocesano.

Art.III. A propriedade dos bens da Associação pertence ao Conselho Superior, mas o uso-fructo delles deve ser applicado nos logares onde elles existem, salvo quando essa applicação seja inutil ou impossivel.

Art.IV. Todo o Parocho ou Capellão Cura, devidamente provisionado é ipso facto Director local da Associação em sua parochia ou capellania.

Art.V. O presidente do Conselho Superior pode, em caso de necessidade, apresentar á Auctoridade diocesana alguns bons catholicos, além dos vigarios, para directores locais.

Art.VI. Ao director local compete encarregar-se por todas as obras da Associação.

Art.VII. Ao secretario compete encarregar-se de toda a escripturação da Associação e mandar no fim de cada anno ao Conselho Superior o relatório das diversas obras já realizadas.

Art. VIII. Ao thesoureiro compete encarregar-se da Caixa da Associação, tendo em boa ordem o livro de receita e despeza, e mandar no fim de cada semestre ao Conselho Superior vinte por cento da receita total de cada mez, bem como o balancete da receita e despeza. Esta porcentagem enviada ao Conselho Superior será empregada nas despezas geraes da Associação e em obras diocesanas.

---

(22) Dom José de Camargo BARROS. Carta Pastoral sobre as Escolas Parochiaes, *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, s.ed, Anno 1. (3), 1900. p. 29.

Art. IX. Aos zeladores compete propagar a Associação, alistando novos socios e angariar esmolas.

Art.X. As creanças, desde que tenham uso da razão e saibam rezar a Ave-Maria, podem também ser admittidas como Socios, contribuindo por ellas os seus paes, ou quaesquer outros.

Art.XI. As escolas não serão totalmente gratuitas, mas os paes pagarão mensalmente a quantia que puderem e as pessoas, sumamente indigentes nada pagarão.

Art.XII. Somente os directores locaes terão ingerência na administração e direcção das escolas e das outras obras da Associação.

Art. XIII. Este Regimento poderá ser modificado mediante consentimento e aprovação da Auctoridade diocesana.(23)

Os aspectos ressaltados, demonstram que as Escolas Paroquiais, tiveram uma razoável base administrativa, constituindo-se ao longo dos anos como uma forma privilegiada de propagar os ensinamentos da religião. Entretanto, toda esta estrutura dependia da centralização na pessoa do Bispo ou Vigário, que a tornava vulnerável de acordo com as situações particulares, por que passava a Diocese ou Paróquia.

---

(23) Ibid., p. 30.

## 7 - A REAPROXIMAÇÃO ENTRE A IGREJA E O ESTADO: O OCASO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS

Com a implantação da República em 1889, a Igreja teve que redefinir sua relação com a sociedade civil. O primeiro momento foi o de surpresa geral, mas, aos poucos, a Igreja percebeu a necessidade de se inserir no novo contexto.

Dom Silvério Gomes Pimenta, afirmava, na ocasião:

"A mudança rápida por que passaram as instituições pátrias e os decretos subseqüentes de que tendes notícias, amados irmãos, criaram para a Igreja Católica no Brasil uma situação nova, e que exige novas medidas para sua permanência e prosperidade..."<sup>(1)</sup>

O fato de a Igreja sentir-se ameaçada em seus níveis de influência, e ainda mais, por considerar a separação legal entre a Igreja e o Estado uma heresia da modernidade, levou-a realizar reformas internas que ajudaram a melhorar sua imagem. As ações de reorganização prevaleceram na (a) ampliação das bases institucionais; (b) aglutinação do Episcopado com maior dinâmica na ação pastoral, e; (c) influência nos setores básicos, entre eles a educação.

Essa situação inaugura um novo modelo de Igreja: Igreja como Sociedade Perfeita. Suplanta-se o modelo precedente, a Igre-

---

(1) Oscar F. LUSTOSA, *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1991. p. 19.

ja da Cristandade, no qual o Estado e a Igreja se confundiam.

"Não há dúvida nenhuma de que o novo modelo de influência surgiu depois da Separação da Igreja, em 1889. Com a separação, a Igreja pôde associar-se a Roma numa relação de coalizão, tendo que mudar algumas partes do modelo antigo, tanto por causa dessa associação como porque as estruturas do Estado não estavam mais à sua disposição. Da mudança da relação emergiu uma nova abordagem da influência e parece-me claro que pelo menos em potencial, a influência aumentou. A instituição se tornou maior e melhor organizada, passou a receber idéias e pessoal de fora, e ficou capaz de tomar decisões com mais autonomia. (2)

Com esta mentalidade, a Igreja passa a desenvolver atividades e cria uma estrutura semelhante ao Estado. Organiza assim os Colégios, as Universidades, os Partidos, os Hospitais e Associações.

Para definir a Igreja como modelo de Sociedade Perfeita, recorremos a Dom João Becker, na sua Carta Pastoral de 1911:

"É uma sociedade perfeita no seu gênero; sociedade cuja missão é compenetrar o genero humano dos preceitos e instituições evangélicas, salvaguardar a integridade dos costumes e o exercício das virtudes christans, e por isso mesmo conduzir os homens á felicidade celestial que lhes é proposta".(3)

Mas, se em termos práticos, a Igreja e o Estado competem entre si para influenciar nos setores básicos da sociedade, o fazem dentro de uma concepção diversa:

"O Estado ou a sociedade política, representa uma comunidade de famílias, que unem seus esforços sob a direção de uma autoridade suprema, para que se auxiliarem na consecução do seu fim temporal. A Igreja, sociedade perfeita como civil, tem seu fim peculiar. Ambas as sociedades têm seus fins especiais.

---

(2) Thomas BRUNEAU, *O Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974. p. 72-73.

(3) Dom João BECKER, *Carta Pastoral Pró Ecclesia et Pontífice*. Petrópolis, Typografia das "Vozes de Petrópolis", 1911. p. 22-23.

Qual é o fim do Estado ou da Sociedade Civil? É a propriedade pública, ou o conjunto das condições exigidas, para que todos os membros da sociedade possam alcançar, em quanto for possível, directamente a sua omnimoda felicidade temporal, subordinada ao seu último fim. O fim do Estado é temporal. Elle deve procurar aos cidadãos os bens temporaes que a todos são necessários ou úteis, mas que, pelo esforço particular, não podem ser alcançados. O fim da Igreja é sobrenatural, e abrange a vida presente e futura do homem. Porque, justamente, a fim de conduzir a humanidade ao seu destino eterno, fundou Deus a sua Igreja, cujo fim não se limita a esta terra, mas é elevado como a corôa do Altíssimo, amplo como os campos da gloria, profundo, como os abysmos da bemaventurança divina". (4)

Nesta perspectiva, a Igreja se preocupa com as almas dos homens. Ao Estado cabe o corpo, aquilo que é humano, material. A imagem que a Igreja faz de si mesma é a de poder espiritual prevalecente, paralelo, e independente do poder civil. Ao Estado compete a orientação política e econômica da nação; à Igreja, a orientação espiritual.(5)

Para delimitar o âmbito de atuação de cada uma destas instituições, Dom João Becker, cita na referida Carta Pastoral uma declaração do Governador Vidal Ramos:

"O Estado e a Igreja devem desenvolver-se paralelamente sem invasões, dada a grande variedade de vistas, existentes no paiz, o Estado deve restringir-se em uma esfera tão nitidamente determinada, que não possa interferir nas manifestações das crenças e dos sentimentos religiosos dos cidadãos, que o compõem".(6)

Esta posição é afirmada novamente, por Dom João Becker, na sua última Carta Pastoral, a de Despedida, quando retoma as palavras utilizadas na sua tomada de posse nesta Diocese. Na ocasião

---

(4) Ibid., p. 15.

(5) José Carlos de Souza ARAÚJO, *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade Ideológica*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1986. p. 78-79.

(6) Dom João BECKER. *Carta Pastoral Pró Ecclesia et Pontifice*. p. 58.

prometeu:

"Colaborar com os poderes públicos constituídos para o engrandecimento material e moral do heróico povo de Santa Catharina, de modo que as duas bandeiras da Pátria Republicana e do Catholicismo possam marchar paralelamente ao lado uma da outra, completando a ação que ambas devem realizar".(7)

Em seguida conclui:

"Essas relações amistosas sempre as cultivámos com honra para o cargo que indignamente ocupamos, como também prestamos de boamente, essa colaboração sem transigirmos, entretanto, com os deveres da nossa posição. E podemos afirmar que a nossa acção episcopal contribuiu, ainda que talvez tangencialmente, para o progresso moral e intelectual do Estado, em virtude da influência saudável que a Religião exerce sobre os espíritos e os costumes".(8)

Entretanto, mesmo reconhecendo que as duas instituições devessem caminhar paralelamente e com liberdade, algo ainda se acrescenta para compreender a concepção de Igreja como Sociedade Perfeita pois:

"o fim a que a Igreja tende é de muito o mais nobre de todos, assim também o seu poder prevalece sobre todos os outros poderes e de modo algum pode ser inferior ou sujeito ao poder civil".(9)

Por conseguinte, em razão de seu fim eterno, a Igreja exerce seu poder sem qualquer subordinação ao Estado, porque dele independe, e também porque ao Estado são atribuídas somente coisas temporais.

Dentro dessa concepção de Igreja que o Episcopado Brasileiro defendeu, a partir de 1890, aconteceu o desenvolvimento das Escolas Paroquiais. Mesmo buscando suas origens históricas nos

---

(7) Dom João BECKER, *Quinta e última Carta Pastoral*. Florianópolis, Typografia "d'A Época", 1912. p. 27.

(8) *Ibid.*, p. 27.

(9) J. C. S. ARAÚJO. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade Ideológica*. p. 78.

Padres da Igreja Católica, ao nosso ver, elas só foram possíveis nesta intensidade, em Santa Catarina, pelos fatos que marcaram a ruptura com o Estado em consequência do processo de romanização que configurou um modelo de Igreja nos moldes do Concílio Tridentino, a Igreja como Sociedade Perfeita.

Até a década de 1920 em Santa Catarina, e 1916 para o Brasil, as duas instituições lutaram para que não houvesse interferência nos seus objetivos e dinâmica de trabalho. De um modo geral, entre 1890 e 1916 a Igreja se preocupou sobretudo com a consolidação de reformas internas, (10) com especial atenção em Santa Catarina à educação, com a criação das Escolas Paroquiais.

Estas datas marcam, respectivamente, a colaboração por parte do Governo do Estado de Santa Catarina para com a Igreja, ao ceder o espaço das escolas públicas estaduais para o ensino religioso (1919) com o subsequente agradecimento da autoridade eclesiástica diocesana (1920). E, a publicação da Carta Pastoral de Dom Leme, dirigida ao povo de Olinda e Recife, preocupando-se com a pouca influência da Igreja na Sociedade (1916).

A preocupação de Dom Leme era, na verdade, um paradoxo. Como a Igreja Católica, que representava a religião da grande maioria dos brasileiros, tinha tão pouco impacto sobre as pessoas? Havia falta de vocações, de finanças, de organizações e ausência de católicos entre as elites intelectuais. E qual a razão para isto?

---

(10) Scott MAINWARING, *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989. p. 42.

"Na opinião de Dom Leme, falta de educação religiosa. O povo não era instruído na fé, ignorava os ensinamentos da religião que, por isso não causava impacto neles. Qual a solução? Organizar, unificar e pressionar o governo para conseguir a posição que lhe cabia por direito nos negócios públicos".(11)

Em suma, a estratégia de Dom Leme era usar o poder civil para promover a influência, deixando claro que isso só poderia ser alcançado com o apoio do Estado.

Portanto, a década de 20 inicia com a tentativa de reaproximação entre a Igreja e o Estado, e o florescimento de um novo modelo de Igreja, o modelo da Neo-Cristandade. Conforme Scott Mainwaring, este modelo, embora tivesse precedentes anteriores a 1920, iria atingir seu apogeu entre os anos de 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas foi presidente.(12)

Para Oscar F. Lustosa, a Igreja Católica já tenta uma aproximação a partir de 1910.

"Os acontecimentos mostram uma hierarquia sempre disposta a aproveitar todas as oportunidades que o Estado lhe oferece, para afirmar o poder e a força da comunidade eclesial. Na opinião de Lacerda de Almeida, chegou a hora da revisão capaz de levar à aceitação do regime republicano".(13)

Ainda, conforme o mesmo autor, durante a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1919), a reconciliação entre governo civil e governo eclesiástico se consolidava cada vez mais.

"A própria linguagem dos católicos ultramontanos e dos bispos, outrora tão rude e agressiva, contra o Estado Laico e ateu, mudava agora de registro e de tom, achando que a situação de fato criada

---

(11) T. BRUNEAU. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. p. 74.

(12) S. MAINWARING. *Igreja Católica e Política no Brasil*. p. 43.

(13) O. F. LUSTOSA. *A igreja católica no Brasil República*. p. 31.



com a separação em 1890, foi uma benção".(14)

Thomas Bruneau prefere acreditar que esta gradual aproximação das duas instituições, nos primeiros anos da década de 1920, deve-se a situação geral do país. "Os baixos níveis de industrialização, urbanização, diferenciação social, centralização política, distúrbios civis, movimentos revolucionários e tentativas de revolta" (15), fizeram com que as "autoridades se voltassem para a Igreja como um meio de aumentar a sua legitimidade aos olhos do povo".(16)

"Quando o governo do Presidente Epitácio Pessoa (1918 - 1922) foi ameaçado por atividades revolucionárias, ele procurou o auxílio de Dom Leme, pedindo-lhe que se apresentasse ao seu lado numa manifestação pública, ... para mostrar ... Que a autoridade eclesiástica no Rio apoiava a autoridade civil tão odientamente combatida".(17)

Esta atitude de realinhamento de forças transparece claramente na Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro por ocasião do Centenário da Independência do Brasil:

"... se nacionalidade é um dos principais fatores de sua grandeza, como disse nosso primeiro Embaixador junto ao Vaticano, de estranhar seria que não fosse de benevolência a atitude dos poderes públicos para com o catolicismo. Proceder de modo contrário seria cerrar os olhos às lições da experiência e do saber"(18)

Tem-se, como exemplo dessa amizade recíproca, a celebração solene do Congresso Eucarístico Nacional, no Rio de Janeiro, ao ensejo das Comemorações do Centenário da Independência do Brasil,

---

(14) Ibid., p. 33-34.

(15) T. BRUNEAU. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. p. 77.

(16) Ibid., p. 77.

(17) Ibid., p. 78.

(18) O. F. LUSTOSA. *A igreja católica no Brasil República*. p. 34.

bem como a visita oficial que o governo federal, em companhia dos ministros, fez ao Cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, ao celebrar este o cinquentenário de sua ordenação sacerdotal. Os discursos, tanto do ministro das Relações Exteriores, como do próprio homenageado, traduzem a cordialidade e a mútua compreensão dos dois poderes".(19)

A Igreja tentou colher os frutos dessa reaproximação por ocasião da reformulação da Constituição de 1891 em 1925. Dom Leme aproveitou a oportunidade para apresentar uma emenda que daria reconhecimento oficial à Religião Católica como a fé do povo, e permitiria a educação religiosa nas escolas públicas. Entretanto, a emenda foi rejeitada pelo Presidente Bernardes, desprezando a legitimidade auferida pelo apoio da Igreja.(20)

Juntamente, com este novo modelo - da Neo-Cristandade - a Igreja conseguiu uma das mais influentes gerações de líderes leigos católicos da América Latina, conforme Scott Mainwaring. Essa geração cresceu em torno do Centro Dom Vital, criado em 1922 por Jackson de Figueiredo, íntimo colaborador do Cardeal Leme. Eram colaboradores do Centro, Alceu Amoroso Lima, Hélder Câmara (depois Bispo), Hamilton Nogueira, Gustavo Corção, Plínio Correia de Oliveira, Sobral Pinto, Perilo Gomes, Allindo Vieira e Jônatas Serrano. (21)

Também em Santa Catarina o modelo da Igreja como Sociedade

---

(19) Ibid., p. 35.

(20) T. BRUNEAU. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. p. 78.

(21) S. MAINWARING. *Igreja Católica e Política no Brasil*. p. 46-47.

Perfeita vai sendo suplantado pelo da Neo-Cristandade, em torno do início da década de 1920. A concessão, por parte do Estado, de seus estabelecimentos de instrução pública para o ensino religioso (1919) e a Carta Pastoral de Dom Joaquim Domingues de Oliveira (1920) em que elogia a ação do Estado na área da Educação, marcam uma lenta reaproximação.

Estas considerações nos levam a afirmar, em primeiro lugar, que as Escolas Paroquiais evoluíram e se firmaram em Santa Catarina dentro de um modelo específico de Igreja: a Igreja como Sociedade Perfeita. No modelo anterior, o da Cristandade, o Estado providenciava a estrutura a partir da qual a Igreja mantinha sua ação evangelizadora. E, a partir do surgimento do modelo da Neo-Cristandade, novamente o Estado coloca à disposição suas escolas para a Igreja usar como local de ensino religioso, poupando a Igreja Católica da instalação e manutenção de novas Escolas Paroquiais.

Portanto, as Escolas Paroquiais estão condicionadas a uma relação de maior ou menor aproximação entre a Igreja e o Estado. Porque, somente quando a Igreja se viu ameaçada pelo laicismo dos republicanos e pelas correntes modernistas, como o positivismo, liberalismo, que de um modo geral abalaram suas estruturas é que ela dispensou um esforço enorme para se adaptar aos novos tempos e à nova situação.

A preocupação básica da mesma não era montar uma rede ou sistema de ensino católico, mas, fundamentalmente, proporcionar o ensino da fé aos seus fiéis, o que resultou num número considerável de Escolas Paroquiais. O dilema era não deixar o Brasil se

tornar uma nação atéia, e para isso as Escolas Paroquiais contribuíram de maneira privilegiada na influencia de valores cristãos na Sociedade.

Em segundo lugar, a penetração das Escolas Paroquiais também está relacionada à eficácia do sistema de instrução pública do Estado. Ou seja, à medida que o Governo Estadual investia na área da educação, principalmente, a partir das reformas de "Orestes Guimarães" (1910 - 1914) e culminando no Programa de Ensino para Zonas Coloniais, em 1926, as Escolas Paroquiais vão cedendo lugar às Escolas Públicas.

Em terceiro lugar, em virtude do abandono pelo Estado e problema de inculturação, o imigrante não concebia o fato de seus filhos ficarem sem escola. Razão pela qual, incentivados pelo clero, organizaram inúmeras escolas particulares, entre elas as Paroquiais.

Além disso, as Escolas Paroquiais sempre foram alvo de severas críticas pelas autoridades estaduais, em virtude de, na maioria as aulas serem ministradas em língua estrangeira. Escolas Públicas eram abertas como estratégia de nacionalização progressiva das comunidades de origem estrangeira.

Essa política de nacionalização surtiu maior efeito nas pequenas comunidades rurais, onde as dificuldades para a manutenção de uma Escola Paroquial eram enormes. A vantagem da gratuidade e a possibilidade dos alunos apreenderem melhor o português, começaram a falar mais alto para muitas famílias, do que as exortações de fidelidade às Escolas Paroquiais feitas pelo Clero.

Chega o final da década de 20 e, a partir de 1930 em dian-

te, permanecem apenas os grandes Colégios, que são dirigidos por Congregações Religiosas, de maneira harmoniosa com as autoridades civis constituídas.

Inicia-se, em 1930, um relacionamento com o Estado em que a Igreja sente-se prestigiada e colaboradora do Presidente Vargas. É o modelo de Igreja da Neo-Cristandade que vigora e que se estabelece legalmente na Constituição de 1934. A Igreja já não precisa dividir e competir com o Estado o mesmo espaço. Doravante, o espaço é comum para uma ação comum.

## CONCLUSÃO

O século XIX se inicia no Brasil com a Igreja Católica atravessando um período de profundas crises e dando sinais visíveis de decadência. Problemas tais como: influência do Governo nos negócios da Igreja; a ignorância e imoralidade do clero; não pagamento das cômputas por parte do governo ao clero; falta de padres e religiosos na evangelização; pouca ação pastoral; número reduzido de dioceses. Em suma, os destinos da Igreja estavam alheios à própria Igreja.

Percebendo o estado alarmante em que se encontrava, a Igreja busca a partir de meados do século passado restaurar o Catolicismo no Brasil. Nesta tentativa surgem dois grupos. O primeiro de tendência regalista e inspirados nas idéias renovadoras e de sentimentos liberais buscava distanciar-se de Roma e aproximar-se de um clero mais nacionalista, não celibatário e pouco distinto dos leigos.

O segundo grupo se baseava num programa inspirado no Concílio de Trento: formação de um clero ilustrado e santo, instrução religiosa do povo pela catequese, supervalorização dos quadros institucionais, uniformização pastoral, expansão das devoções de cunho sentimental e a concepção societária da Igreja independente do Estado.

Ao final do Império a situação da Igreja estava modifica-

da. O processo de romanização do catolicismo no Brasil desencadeado pela segunda tendência faz surgir uma nova mentalidade de Igreja que se incompatibiliza com o sistema do padroado régio a tal ponto das duas instituições protagonizarem dois importantes conflitos: a "Questão Religiosa" e depois a Separação entre a Igreja e o Estado.

Uma vez decretado o fim do Placet, a Igreja vive uma fase de constantes atritos com o Estado, pois, ela aspirava uma liberdade de ação mas não queria renunciar a proteção do Estado.

Entretanto, as forças republicanas de inspiração liberal e positivista aprovaram na Constituição a laicização total do ensino, secularização dos cemitérios, liberdade de cultos que no entender das autoridades eclesiásticas declarava o Brasil uma nação atéia.

Tentando reverter a situação, o Episcopado brasileiro lança a publicação da Pastoral Coletiva de 1890 e a Reclamação do Episcopado Brasileiro, dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório. Embora não alcancem seus objetivos estes dois documentos vão estabelecer a base para o terceiro momento de reação da Igreja.

Este momento se caracteriza por uma "ação conjunta" dos Bispos brasileiros. Com a impossibilidade de contar com a influência do Estado, para difundir a sua mensagem, a Igreja volta-se sobre si mesma e toma consciência de que é preciso ela própria montar seus mecanismos de influência e adaptar sua estrutura à nova situação em que vive.

Esta nova etapa consiste fundamentalmente na consolidação de um novo modelo de Igreja, ou seja, o modelo de Igreja da Cris-

tandade cede lugar a um modelo de Igreja que incorpora na sua maneira de ser e agir o espírito tridentino, reforçado pelo ultramontanismo do Concílio Vaticano I. A Igreja Católica passa a ser considerada como uma sociedade hierárquica perfeita, cujo funcionamento se realiza de um modo paralelo ao Estado, utilizando os mesmos mecanismos de influência do Estado como por exemplo: escolas, hospitais, partidos, obras assistenciais.

A partir desta nova mentalidade de Igreja se inicia um processo de reorganização da Igreja Católica no Brasil. São características deste processo em níveis gerais: a aglutinação episcopado em nível nacional e regional; ampliação das bases institucionais já que até então a Igreja no Brasil não tinha evoluído como instituição porque dependia inteiramente das estruturas do Estado; e, a instrução religiosa do povo.

Sob o impulso deste processo a Igreja de Santa Catarina dá um enorme passo na sua organização. Influenciaram principalmente a criação da diocese de Curitiba que deu novas perspectivas pastorais mediante o dinamismo impregnado por Dom José de Camargo Barros na tentativa de proporcionar a educação religiosa do povo; e, paralelamente, a vinda do clero estrangeiro em número razoável, bem como, as congregações religiosas. Somam-se a estes fatos o processo imigratório que contribuiu sobremaneira para a consolidação do processo de romanização da Igreja Catarinense.

Contudo, não bastava uma nova estrutura se não houvesse uma maneira eficiente de influenciar a enorme legião de fiéis. Para isso se investiu também em setores básicos da sociedade, especialmente a educação através da criação de Escolas Paroquiais.

Estas escolas eram uma maneira privilegiada de combater o



ateísmo, positivismo e o liberalismo da constituição brasileira.

Os documentos episcopais do período demonstram a constante preocupação e insistência dos Bispos. No estado de Santa Catarina cabe destacar o esforço de Dom José de Camargo Barros e Dom João Becker. A análise dos Documentos Episcopais deste período é fundamental para a compreensão do fenômeno das Escolas Paroquiais como um movimento à nível de episcopado.

Portanto, as Escolas Paroquiais em nosso estado se inserem no processo de re-estruturação da Igreja Católica que em virtude de seu rompimento com o Estado, viu-se na obrigação de buscar seus próprios mecanismos de influência na sociedade.

Podemos distinguir três fases no processo de criação e desenvolvimento das Escolas Paroquiais: a primeira, que abrange o último decênio do século XIX, no qual surgem escolas católicas mas estritamente ligado aos carismas individuais das congregações ou algum clérigo mais esforçado. A ação da Igreja é mais direcionada ao aspecto da catequese.

A segunda fase se inicia com a publicação da Carta Pastoral de Dom José de Camargo Barros sobre as Escolas Paroquiais aos dois de março de 1900. Neste documento Dom José declara a necessidade da Igreja influir de maneira sistemática na educação religiosa do povo e propõe a criação de uma "rede" de Escolas Paroquiais idêntica aos países europeus e América do Norte. Esta fase se estende até a década de 1920, momento em que as relações conflituosas entre a Igreja e o Estado se amenizam. Ainda se destacam nesta fase a atuação de Dom João Becker como elemento positivo no estabelecimento das Escolas Paroquiais e a influência da Primeira Guerra Mundial como fator desagregador.

A terceira fase se configura a partir da mudança ocorrida nas relações entre a Igreja e Estado no início da década de 1920. E em termos quantitativos decresce o número de Escolas Paroquiais em virtude da política de reaproximação das duas instituições que permite o uso dos estabelecimentos estaduais de ensino público por parte da Igreja para ministrar suas aulas de educação religiosa. Não há mais razão para competir com o Estado se ele se propõe a colaborar.

Basicamente as Escolas Paroquiais se organizavam em torno do vigário paroquial. Algumas paróquias chegaram a elaborar um estatuto paroquial como é o caso de São Pedro de Alcântara. Mesmo sendo uma prioridade diocesana estas escolas se desenvolveram em áreas específicas, predominando a área de imigração alemã e italiana. O currículo escolar praticamente era o mesmo da instrução pública acrescentando-se a parte correspondente ao ensino religioso.

Para a manutenção das Escolas Paroquiais Dom José de Camargo Barros concebeu a Associação de Santo Antonio, cujos sócios contribuíam mensalmente. Além dessa estratégia de Dom José as escolas paroquiais recebiam ajuda de países estrangeiros.

Nesta estrutura, o Professor Paroquial adquiriu um papel fundamental. Não poderia ser qualquer pessoa que soubesse as operações fundamentais da matemática, gramática, história ou geografia. Era necessário alguém que estimulasse o avanço para a perfeição e a vida em Deus, um guardião de valores cristãos, assegurado não somente pelo ensino, mas especialmente pelo seu exemplo de vida e pela sua incansável atuação no campo religioso e social.

No final da década de 1920 as Escolas Paroquiais começam a diminuir em seu número em virtude da mudança nas relações entre a Igreja e o Estado e as reformas no ensino público estadual. A aproximação das duas instituições inaugura um novo modelo de Igreja, a da Neo-Cristandade, no qual se busca uma relação de cooperação mútua.

Dentro desta nova mentalidade a Igreja já não precisa mais se preocupar com o espaço físico para educar o povo, basta ocupar o espaço cedido pelo Estado e não há mais razão para instalação de novas casas de ensino, permanecendo somente os tradicionais colégios das congregações religiosas.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 - ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja católica no Brasil; um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1986.
- 2 - AZEVEDO, Ferdinand. A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil império, *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, Faculdade da Companhia de Jesus, (20), 1988.
- 3 - AZZI, Riolando. Dom Manoel Joaquim da Silveira, primaz da Bahia (1861-1874), e a Luta pela liberdade da igreja. *REB*, Petrópolis, Vozes, 34 (134), 1974.
- 4 - AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. *REB*, Petrópolis, Vozes, 34 (135). 1974.
- 5 - AZZI, Riolando. *A vida religiosa no Brasil*. São Paulo. Ed. Paulinas, 1983.
- 6 - BARROS, Dom José de Camargo. *Carta Circular recomendando o ensino do Catecismo*. São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo. 1897.
- 7 - BARROS, Dom José de Camargo. Carta Pastoral sobre as Escolas Parochiais, in: *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Anno I
- 8 - BARROS, Dom José de Camargo. *Carta Pastoral sobre o Ensino do Catecismo*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1897.
- 9 - BECKER, Dom João. *Carta Pastoral Pró Ecclesia et Pontífice*. Petrópolis, Typografia das "Vozes de Petrópolis", 1911.
- 10 - BECKER, Dom João. *Carta Pastoral sobre Escolas Parochiaes*. Florianópolis, Typographia BRAZIL, 1909.
- 11 - BECKER, Dom João. *Quinta e Última Carta Pastoral*. Florianópolis, Typographia d'A Época, 1912.
- 12 - BEOZZO, Oscar. *As igrejas e a imigração*. Brasil, CEHILA, mimeo.
- 13 - BESEN, José Artulino. *A arquidiocese de Florianópolis*. Florianópolis, s.ed., 1983.

- 14 - BESEN, José Artulino Besen. Idéias para uma História da Igreja em Santa Catarina. Florianópolis. *Revista da Pastoral de Conjunto*, 13(143), 1977.
- 15 - BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974.
- 16 - CABRAL, Osvaldo R. Subsídios para a História Eclesiástica de Santa Catarina. A Diocese de Florianópolis. Sua Criação. Seus Prelados. *Revista de História*, 72, 1967
- 17 - CABRAL, Osvaldo L. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, 2ª edição, Editora Landes. 1970.
- 18 - DIOCESE DE CURITIBA. *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno I (1), 1900.
- 19 - DIOCESE DE CURITIBA. *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno I (4), 1900.
- 20 - DIOCESE DE CURITIBA. *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno I (7), 1900.
- 21 - DIOCESE DE CURITIBA. *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno I(9), 1900.
- 22 - DIOCESE DE CURITIBA, *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno 1 (3), Março de 1900.
- 23 - DIOCESE DE CURITIBA. *Boletim Eclesiástico*, Curitiba, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno 1 (9), 1900. p.
- 24 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Primeiro Synodo da Diocese de Florianópolis*, Florianópolis, Typographia BRAZIL, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1910.
- 25 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Segundo Synodo da Diocese de Florianópolis*, Florianópolis, Livraria Cisne, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1919.
- 25 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Terceiro Synodo da Diocese de Florianópolis*, Florianópolis, s.ed., Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1925.
- 26 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno II (1), 1912.
- 27 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Estatística das Escolas Paroquiais 1918-1921*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis.
- 28 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno 3 (10), Dezembro de 1913.

- 29 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno 2 (1), Março de 1912.
- 30 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno I(10), 1911.
- 31 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Terceiro Synodo da Diocese de Florianópolis*, Florianópolis, s.ed., Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1925.
- 31 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Resenha Eclesiástica*, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno 2 (1), Março 1912.
- 32 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Segundo Synodo da Diocese de Florianópolis*. Florianópolis, Livraria Cisne, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1919.
- 33 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Primeiro Synodo da Diocese de Florianópolis*. Florianópolis, Typographia BRAZIL, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1910.
- 34 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno IX (nº especial), 1921
- 35 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Resenha Eclesiástica*, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno X, 1920.
- 36 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno V(1), 1915.
- 37 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Resenha Eclesiástica*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, Anno VII (2), maio de 1918.
- 38 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Livro Tombo da Diocese de Florianópolis (1900-1914)*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1914.
- 39 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Pasta de Relatórios Parochiaes*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1913.
- 40 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Pasta de Relatórios Parochiaes*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1917.
- 41 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Pasta de Relatórios Parochiaes*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1918.

- 42 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Pasta de Relatórios Paroquiais*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1921.
- 43 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Pasta de Relatórios Paroquiais*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1924.
- 44 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Pasta de Relatórios Paroquiais*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1927.
- 45 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Pasta de Relatórios Paroquiais*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1928.
- 46 - DIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. *Pasta de Relatórios Paroquiais*, Florianópolis, Arquivo Arquidiocesano de Florianópolis, 1930.
- 47 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva de 1890*. Em: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. A igreja da república; *Coleção pensamento político republicano*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- 48 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva dos Senhores Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil de 1901*. Rio de Janeiro, Typographia LEUZINGER, 1902.
- 49 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Nova edição da pastoral coletiva de 1915*. Canoas, Tipografia LA SALLE, 1950.
- 50 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva de 1890*. Em: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. A igreja da república; *Coleção pensamento político republicano*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- 51 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva de 1890*. Em: J. C. S. ARAÚJO, *Igreja Católica no Brasil*.
- 52 - EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva dos Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil*, Anno 1904.
- 53 - FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público*, Florianópolis, Secretaria da Educação, 1975.
- 54 - FRAGOSO, Hugo. A igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875). In: *História da igreja no Brasil; ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, Vozes, 1985. Tomo II/2.
- 55 - HAUCK, João Fagundes. A igreja na emancipação (1808-1840). In: *História da igreja no Brasil; ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- 56 - *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 12 abril 1903.

- 57 - *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 03 maio 1903.
- 58 - *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 21 junho 1903..
- 59 - *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 07 fevereiro 1904.
- 60 - *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 25 janeiro 1903..
- 61 - *Jornal A VERDADE*, Florianópolis, 25 de Janeiro 1903.
- 62 - KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial*, Florianópolis, Ed. da UFSC. 1991.
- 63 - Lei nº 1187 de 5 outubro de 1917, que estabelece disposições sobre o Ensino Privado.
- 64 - LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformismo da igreja no Brasil império; do celibato à caixa eclesiástica*. São Paulo, Loyola, s.d.
- 65 - LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Separação da igreja e do estado no Brasil (1890): uma passagem para libertação*. *REB*, Petrópolis, Vozes, 35 (139), 1975.
- 66 - LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Pio IX e o Catolicismo no Brasil*. *REB*, Petrópolis, Vozes, 40 (158). 1980.
- 67 - MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- 68 - OLIVEIRA, Dom Joaquim Domingos de. *Carta Pastoral o problema da instrução*, Florianópolis, Livraria Cisne, 1920.
- 69 - PIAZZA, Walter Fernando. *Os diários de Dom José de Camargo Barros e as suas visitas pastorais ao território catariense*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase (5); 1984.
- 70 - PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis, Editora da UFSC & Editora Lunardelli, 1983.
- 71 - PIAZZA, Walter Fernando. *A Igreja em Santa Catarina: Notas Para sua História*. Florianópolis, Edição do Estado de Santa Catarina, 1977.
- 72 - RABUSKE, Arthur. *Os inícios da República Brasileira e a Igreja Católica*. São Leopoldo, UNISINOS, 1989..
- 73 - RABUSKE, Arthur. *Notas abrangedoras a respeito do Concílio Plenário Latino-Americano de 1899*. Apostila do Instituto Anchietano de Pequisas, São Leopoldo, s.d., mimeo.
- 74 - RIBEIRO, Elcion. *Da periferia um povo se levanta*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1988.
- 75 - RIBEIRO, Pedro A. *Gênese e estrutura do catolicismo romanizado brasileiro*. Petrópolis, Vozes, s.d.



- 76 - SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação. Proposta Curricular. Florianópolis, IOESC, 1991.
- 77 - SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo na instalação da 3ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 10/08/1897, pelo Governador Hercílio Pedro da Luz. Florianópolis, Gabinete Typographico Catarinense, Arquivo Público, 1897.
- 78 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. Ofícios da Instrução Pública, Arquivo Público, 1897.
- 79 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. Ofícios da Instrução Pública, Arquivo Público, Jul-Set/1890.
- 80 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. Ofícios da Instrução Pública, Arquivo Público, Jan-Mar/1890.
- 81 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, Ofícios da Instrução Pública, Arquivo Público, 1916.
- 82 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, Ofícios da Instrução Pública, nº 1102, Arquivo Público, 1918.
- 83 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, Ofícios da Instrução Pública, nº 1964, Arquivo Público, 02/09/1918.
- 84 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, Ofícios da Instrução Pública, nº 1534, Arquivo Público, 1918.
- 85 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, Ofícios da Instrução Pública, Arquivo Público, 1918.
- 86 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, Ofícios da Instrução Pública, Arquivo Público, 1919.
- 87 - SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de Julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos, Florianópolis, Gabinete Typographico do Dia, Arquivo Público, 1911.
- 88 - SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos, Florianópolis, Gabinete Typographico do Dia, Arquivo Público, 1912.
- 89 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, Ofícios da Instrução Pública, Arquivo Público, 1908.
- 90 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado. Chefia Escolar de Araranguá, Arquivo Público, 10/11/1913.

- 91 - SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Directoria da Instrucção Pública, Arquivo Público, 19/03/1919.
- 92 - SANTA CATARINA. Directoria Geral da Instrução Pública, Florianópolis, Arquivo Público, Arquivo Público, 1891.
- 93 - SANTA CATARINA. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Florianópolis, Arquivo Público, 1896.
- 94 - SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negócios do Estado, movimento de 1930, Florianópolis, Arquivo Público, 1930.
- 95 - SANTA CATARINA. Directoria da Instrução Pública; Relatórioa apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça, Florianópolis, Arquivo Público, 1926.
- 96 - SANTA CATARINA. Relatório dos Serviços da Instrução Pública, Florianópolis, Arquivo Público, 1930.
- 97 - SANTA CATARINA. Mensagem do governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo no ano de 1916. Fpolis. Biblioteca Pública. 1916.
- 98 - SCAMPINI, José. *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 99 - SILVA, Carlos Alberto Pinto da. História Eclesiástica Catarinense. *RIHGSC*, 3ª fase(8), 1988/1989.
- 100- WERNET, Augustin. *O Concílio Plenário da América Latina e a Igreja do Brasil*. Apostila da USP, São Paulo, s.d., mimeo.
- 101- VALANDRO, Ede Maria. *Em resposta ao clamor do povo*. Joinville, s.ed., 1990.